

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

MESTRADO EM: ECONOMIA INTERNACIONAL

**O ACORDO CAMBIAL ENTRE PORTUGAL E CABO VERDE:
IMPACTOS SOBRE UMA PEQUENA ECONOMIA ABERTA**

CARLOS ALBERTO ANDRADE ESTEVES

**ORIENTAÇÃO: PROFESSOR DOUTOR
ANTÓNIO AUGUSTO da ASCENÇÃO MENDONÇA**

JÚRI:

**PRESIDENTE: Doutor António Augusto da Ascensão Mendonça,
Professor associado com agregação do Instituto Superior
de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa**

**VOGAIS: Doutor Carlos José Gomes Pimenta,
Professor catedrático da Faculdade de Economia do Porto**

**Doutor João António Ramos Estêvão,
Professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e
Gestão da Universidade Técnica de Lisboa**

ABRIL/2002

O ACORDO CAMBIAL ENTRE PORTUGAL E CABO VERDE: IMPACTOS SOBRE UMA PEQUENA ECONOMIA ABERTA

Carlos Alberto Andrade Esteves

Mestrado em: Economia Internacional

Orientador: Professor Doutor António Mendonça

Provas concluídas em: 09 de Abril de 2002

RESUMO

A política portuguesa de cooperação caracteriza-se pela generosidade, pautada pelo rigor e no interesse dos países em desenvolvimento. O empenho de Portugal em termos de cooperação pretende mostrar que não existem limites, como estratégia de desenvolvimento sustentável de uma economia.

Este documento, em primeiro lugar tem o propósito de analisar as transformações ocorridas na última década do século XX, na economia cabo-verdiana, como economia em transição, quer em termos económicos ou sociais, analisando os condicionalismos a que está sujeita, evidenciando a importância da estabilidade macroeconómica e as reformas económicas operadas. É feita uma análise da evolução económica com o intuito de verificar os impactos económicos ocorridos na economia cabo-verdiana desde a celebração do Acordo de Cooperação Cambial luso cabo-verdiano.

É analisado o Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde à luz da Teoria das Zonas Monetárias Óptimas, recorrendo aos critérios inerentes para a criação de uma Zona Monetária Óptima e dessa forma se poder enquadrar Portugal e Cabo Verde como uma Zona Monetária Natural Incompleta. São analisados os custos e benefícios de todo o processo, a importância da perda do instrumento cambial e a perda de autonomia da política monetária, evidenciando a estabilidade cambial como factor credível para uma economia e os aspectos associados à manutenção de um regime de câmbios fixos. É também feita uma abordagem à Zona Franco de idêntica natureza.

Finalmente, é realizada uma análise sobre as potencialidades de Cabo Verde de se poder afirmar e projectar em termos internacionais, bem como de uma eventual ancoragem ao espaço europeu, como forma de obtenção de sinergias que potenciem essa projecção evidenciando o contexto africano e o fenómeno da globalização.

Palavras Chave: Cabo Verde; Acordo de Cooperação Cambial luso cabo-verdiano; Economia em Transição; Zonas Monetárias Óptimas; Internacionalização; Zona Monetária Natural Incompleta;

THE EXCHANGE-RATE AGREEMENT BETWEEN PORTUGAL AND CAPE VERDE: IMPACTS ON A SMALL OPEN ECONOMY

Carlos Alberto Andrade Esteves

M. Sc.: International Economics

Scientific orientation: Professor Doutor António Mendonça

Concluded on: 09 April 2002



ABSTRACT:

The Portuguese cooperation policy is characterized by generosity, marked by rigor and on the interest of the developing countries. Portugal's commitment in terms of cooperation pretends to show that there are no limits, as a sustainable development strategy of an economy.

This document has the purpose, first of all, of analysing the changes occurred on the last decade of XXth century, in the Cape-verdean economy as a transition economy, not only in the economic aspect but also in the social one, analysing the constraints faced by Cape Verde, giving emphasis to the importance of the macroeconomics stability and the economic reforms operated. It's also made an analysis of the economic evolution in order to verify the impacts occurred on the cape-verdean economy since the celebration of the exchange-rate agreement between Portugal and Cape Verde.

The agreement is, also, examined under the Optimum Monetary Areas Theory, using the inherent criteria to the foundation of an Optimum Monetary Area, on this way could be framed Portugal and Cape Verde as an Natural Incomplete Monetary Area. There are analysed the costs and benefits of the whole process, the importance of the loss of the exchange rate instrument and the loss of the autonomy of the monetary policy, emphasizing the exchange rate stability as a credible issue for an economy and the items associated with the maintenance of a fixed exchange rate regime. It's also make an introduction to the "Franc Zone" in a similar vein.

Finally, it will be analyse the Cape Verde's potential to be able to affirm itself in international terms, as a possible anchorage in the European space, as a mean of attaining synergy that potentate such an evolution emphasizing the African framework and the phenomenon of the globalisation.

Keywords: Cape Verde; Exchange-Rate Agreement between Portugal and Cape Verde; Optimum Monetary Areas; Internationalisation; Natural Incomplete Monetary areas.

Índice

	Página
1. Introdução	11
2. Cabo Verde – Uma economia em transição e sua evolução	14
2.1. Principais características geográficas, económicas e sociais	14
2.2. Planos Nacionais de Desenvolvimento	25
2.3. Desenvolvimento Económico	26
2.3.1. Instrumentos para o Desenvolvimento	26
2.3.2. Entidades participativas no desenvolvimento económico de Cabo Verde	32
2.4. Reformas económicas	36
2.4.1. A Estabilidade Macroeconómica versus Crescimento Económico	37
2.4.2. Liberalização da economia	39
2.4.3. A Importância das Privatizações	40
2.4.4. Reforma do Sector Financeiro	43
2.4.5. Modernização da Administração Pública	44
2.4.6. A Reforma do Sistema Educativo	44
2.4.7. Redução da Pobreza e Desenvolvimento Social	45
2.5. Evolução Recente da Economia cabo-verdiana	46
2.5.1. Produção, Procura e Preços	48
2.5.2. Emprego	51
2.5.3. Contas Externas	52
2.5.4. Política Cambial	56
2.5.5. Política Orçamental	56
2.5.6. Política Monetária	62

3.	Integração Monetária	67
3.1.	Zonas Monetárias Óptimas – Teoria tradicional	67
3.1.1.	Critérios inerentes a uma Zona Monetária Óptima	72
3.1.2.	Críticas à teoria das Zonas Monetárias Óptimas	76
3.1.3.	A nova abordagem da teoria das Zonas Monetárias Óptimas	78
3.1.4.	Análise de custos e benefícios associados à criação de uma União Monetária	80
3.1.5.	Câmbios fixos <i>versus</i> Câmbios Flexíveis	85
3.1.6.	Das origens do sistema <i>Currency board</i> até à actualidade	87
3.2.	A zona do franco CFA	87
3.2.1.	As origens da zona do franco	87
3.2.2.	O franco CFA	89
3.2.3.	A zona do franco CFA e a zona Euro	90
3.3.	O Acordo de Cooperação Cambial	92
3.3.1.	Condições estabelecidas no Acordo	94
3.3.2.	A comissão do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde	95
3.3.3.	A Unidade de Acompanhamento Macroeconómico do ACC	96
3.3.4.	A facilidade de crédito prevista no ACC	97
3.4.	Portugal e Cabo Verde, uma Zona Monetária Óptima?	98
4.	A “internacionalização” de Cabo Verde	110
4.1.	A internacionalização de Cabo Verde por via da <i>Zona Monetária Natural Incompleta</i>	110
4.2.	Condicionalismos africanos	112
4.3.	A globalização – perspectivas para Cabo Verde	114
4.4.	As relações entre a União Europeia e Cabo Verde	116

4.5. Integração Regional e Desenvolvimento	119
5. Conclusão	123
Referências Bibliográficas	126
Anexos	131

Tabela 3. Indicadores econômicos para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 4. Desempenho econômico para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 5. Indicadores econômicos para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 6. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 7. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 8. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 9. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 10. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 11. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 12. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 13. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 14. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 15. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	

Tabela 16. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 17. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 18. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 19. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 20. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 21. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 22. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 23. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 24. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	
Tabela 25. Tabela de indicadores para o PIB e o Produto Interno Bruto	

Lista de Tabelas

Tabela 1: Rubricas da Balança de Pagamentos (1995 até 3º trimestre 2000)

Tabela 2: Produto Interno Bruto

Tabela 3: Indicadores Internacionais – E.U.A. e Área Euro

Tabela 4: Financiamento das operações fiscais do Estado

Tabela 5: Taxa de crescimento real do PIB (antes da revisão de 1998)

Tabela 6: Taxa de crescimento real dos salários (sector privado)

Tabela 7: Taxa de crescimento real dos salários (sector público, em média)

Tabela 8: Evolução das transferências de recursos para Cabo Verde

Tabela 9: Estrutura do comércio externo português (1999)

Tabela 10: Estrutura do comércio externo de Cabo Verde (2000)

Tabela 11: Grau de abertura da economia cabo-verdiana (1995-1999)

Tabela 12: Distribuição geográfica das exportações cabo-verdianas

Tabela 13: Distribuição geográfica das importações cabo-verdianas

Lista de Figuras

Gráfico 1: PIB real (1995-2000)

Gráfico 2: Evolução da inflação em Cabo Verde

Gráfico 3: Evolução do IDE (1987-2000)

Gráfico 4: Evolução das remessas de emigrantes (1985-2000)

Gráfico 5: evolução das importações cabo-verdianas (1993-2000)

Gráfico 6: Déficit Orçamental (1988-2000)

Gráfico 7: Dívida Pública (1992-2000)

Gráfico 8: Saldo Global excluindo donativos (1995-2000)

Gráfico 9: Receitas Correntes (1995-2000)

Gráfico 10: Despesas Totais (1995-2000)

Gráfico 11: Despesas Correntes (1995-2000)

Gráfico 12: Taxas de Juro activas de longo prazo

Gráfico 13: Taxas de juro passivas

Gráfico 14: Taxa de crescimento real do PIB (1991-1997)

Gráfico 15: Evolução dos salários reais (1992-1998)

Anexos

Anexo 1: Evolução da população total residente por ilha de 1940 a 2000

Anexo 2: Superfície das ilhas de Cabo Verde

Anexo 3: Contribuição de cada sector para o PIB no período 1998 a 2000

Anexo 4: Comércio externo no período de 1993 a 1999

Anexo 5: Distribuição Geográfica das Importações, 1990 – 1999

Anexo 6: Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 – 1999

Anexo 7: Donativos recebidos por Cabo Verde entre 1998 – 2000

Anexo 8: PIB percapita e população: número e crescimento

Anexo 9: Indicadores de Saúde

Anexo 10: Indicadores de Saneamento

Anexo 11: Indicador de Nutrição

Anexo 12: Indicadores de Comunicação e Média

Anexo 13: Indicadores de área e população

Anexo 14: Produção agrícola (%) da quota agrícola; taxa de crescimento média anual

Anexo 15: Indicadores demográficos

- Anexo 16: Sector industrial: taxa média de crescimento anual e quota no PIB
- Anexo 17: Principais indicadores económicos, 1995 – 2000
- Anexo 18: Investimento: taxas de crescimento médio anual e quota no PIB
- Anexo 19: Índice de Preços no Consumidor, 1993 – 2000
- Anexo 20: Economia Nacional: Indicadores de Produção e Mercado de Trabalho
- Anexo 21: Balança de Pagamentos, 1995 – 2000
- Anexo 22: Distribuição do Investimento Externo por países e ramos de actividades até
Setembro de 1999
- Anexo 23: Remessas de Emigrantes por país de origem
- Anexo 24: Dívida Externa Total
- Anexo 25: Situação da Dívida Externa de Cabo Verde por Credores – Dez. 99
- Anexo 26: Taxas de Câmbio (médias), 1998 – 2000
- Anexo 27: Operações Financeiras do Estado, 1995 – 2000
- Anexo 28: Indicadores – Finanças Públicas
- Anexo 29: Síntese Monetária, 1995 – 2000
- Anexo 30: Principais indicadores Monetários e Financeiros (Área Euro)
- Anexo 31: Taxas de Juro, 1995 – 2000

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível, sem o apoio de muitas pessoas às quais quero agradecer sinceramente neste espaço.

Começo por expressar o meu mais profundo agradecimento e gratidão para com o meu orientador Professor Doutor António Mendonça, pelo acolhimento e interesse demonstrado aquando da sugestão do tema, pelo apoio, paciência e disponibilidade que concedeu sempre que solicitado, ajudando a ultrapassar dificuldades e dúvidas que iam surgindo.

Os meus agradecimentos são também extensíveis para o Professor Doutor José Fonseca, Mestre Helder Reis e Dr. Nuno Venes, docentes da Universidade Lusíada, pelo incentivo, confiança e amizade demonstrada ao longo desta etapa da minha vida.

Para o ISEG, uma palavra de agradecimento. Mediante o protocolo existente entre a instituição e o Banco de Cabo Verde facilitou-me a obtenção de informação estatística quer contactos pessoais aquando da minha deslocação a Cabo Verde. Para o Banco de Cabo Verde, Sr. Governador Olavo Correia, Dr. Péricles Silva (Director Dep. Estatística e Estudos) e restante staff, a todos os meus sinceros agradecimentos.

Para os meus amigos que me apoiaram e encorajaram, a todos eles agradeço a compreensão e amizade transmitida.

Agradeço aos meus pais por me terem apoiado, incentivado e terem acreditado nesta minha decisão de dar continuidade aos estudos académicos.

Por fim, à Maria Manuela Soares, que é, e será para sempre a razão da minha existência, que me acompanhou nesta caminhada, espero compensar-te por todos os momentos em que não pude prestar-te a atenção que tanto mereces. É para ti que dedico este trabalho.

1. Introdução

Ao se escrever sobre a realidade de uma pequena economia aberta africana, por si só é algo extremamente interessante e aliciente, no entanto as dificuldades são constantes. O presente documento, revela ao leitor uma outra face da actual realidade africana se encontra em evolução. Em finais da década de 90 do século XX, assistiu-se a uma forma de cooperação bilateral inovadora por parte de Portugal com um país africano- Cabo Verde. Assim propusemo-nos estudar o Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde celebrado em 1998. A principal razão pela qual nos propusemos em ter como objecto de estudo o acordo cambial, reside por um lado na importância que se reveste esta forma de cooperação e por outro ao reduzido número de trabalhos publicados ou investigações realizadas sobre o presente tema. Entendemos que pela importância que um acordo desta natureza por si só representa, para as partes envolvidas, e os impactos daí resultantes, que seria importante investigar e aprofundar este tema. Considerámos de igual forma que sendo o acordo uma forma de cooperação inovadora, por parte de Portugal com um país menos desenvolvido, seria uma oportunidade de ser estudado num documento desta natureza. Apesar de ser uma modalidade de cooperação diferente das demais, a verdade é que não é impar. Apenas se aplicou uma determinada modalidade que na realidade existe há várias décadas, falamos da zona franco, sendo igualmente objecto de análise.

Ao se estudar o acordo cambial entre Portugal e Cabo Verde, os objectivos propostos desde logo foram por um lado, o estudo da economia cabo-verdiana como uma economia em transição, analisando os impactos ocorridos na economia cabo-verdiana após a celebração e entrada em vigor do mesmo, por outro, se o acordo prevê a fixação

da taxa de câmbio entre o escudo cabo-verdiano ao escudo português importava saber até que ponto esta fixação poderia resultar numa zona monetária entre os dois países envolvidos, pelo que recorremos à teoria tradicional das zonas monetárias óptimas para encontrar uma resposta, bem como saber quais as possibilidades ou potencialidades de Cabo Verde se poder afirmar a nível internacional e de se inserir na economia mundial.

Devido à falta de informação sobre dados estatísticos, a análise que fizemos apenas teve por base a informação disponível, pelo que não nos foi possível aplicar modelos macroeconómicos e econométricos como pretendia-mos. Assim, neste trabalho a metodologia recaiu numa análise descritiva.

Assim o presente documento foi estruturado e organizado da seguinte forma:

- após a introdução, no capítulo 2 procurámos descrever sucintamente a economia cabo-verdiana, a transição operada na década de 90, a evolução económica e a identificação de alguns impactos provocados em termos económicos consequentes da celebração do acordo cambial;
- no capítulo 3, procedemos a um survey das teorias de integração monetária, recorrendo à teoria das zonas monetárias óptimas, a partir da qual constatámos que Portugal e Cabo Verde formam entre si uma zona monetária óptima com determinadas características, resultando o conceito de zona monetária natural incompleta;



- no capítulo 4, procedemos a uma análise da possibilidade de projecção e internacionalização de Cabo Verde à luz do enquadramento e contexto africano;
- por último a conclusão, na qual podemos extrair algumas notas conclusivas da investigação realizada, deixando em aberto questões para investigações posteriores.

2. CABO VERDE – Uma economia em transição e sua evolução

Este capítulo, pretende dar a conhecer e perceber a realidade geográfica, económica e social cabo-verdiana, com especial enfoque para a última década do século XX, sendo a década de transição da economia cabo-verdiana. Assim ao tomar-mos contacto com inúmeros aspectos relativos à economia cabo-verdiana e, apesar dos condicionalismos a que está sujeita, percebemos que na última década se iniciaram um conjunto de reformas e transformações nos mais variados domínios.

Neste capítulo elaboramos uma análise da evolução recente da economia cabo-verdiana, procurando dar uma maior ênfase a partir de 1998, ano da celebração do Acordo de Cooperação Cambial.

2.1. Principais características geográficas, económicas e sociais

Decorria o ano de 1460 quando a ilha de Santiago era descoberta por Diogo Gomes¹ e António Nola². Pela sua localização estratégica o arquipélago desde sempre assumiu grande importância nas escalas da navegação entre a Europa, América e África.

Cabo Verde, um arquipélago de formação vulcânica tem uma superfície de 4033 Km² e, as 10 ilhas que o constituem situam-se na parte meridional do Atlântico Norte, a Oeste do Senegal, distando apenas 500 km do continente africano. É constituído por dois grupos de ilhas: o de Sotavento (Santiago, Maio, Fogo, Brava e os ilhéus do Rombo) e o de Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Sal Santa Luzia, Boavista, São Nicolau e os ilhéus Branco e Raso).

¹ Piloto português da casa do Infante D. Henrique

² Mareante de Génova que veio a Portugal servir o Infante D. Henrique

É um país pobre, apresentando desequilíbrios em consequência da descontinuidade geográfica, mas também devido à distribuição populacional e ao estado de desenvolvimento das ilhas. No entanto devido aos fracos recursos disponíveis, Cabo Verde tem conseguido chamar atenções internacionais devido: i) à sua localização que lhe permite situar no cruzamento das principais rotas de ligação entre a Europa, a América e África; ii) à sua estabilidade política, com legislação estimulante para investimento directo estrangeiro (IDE); iii) à mão-de-obra abundante, qualificada, de baixo custo e de grande capacidade de adaptação. Como o mercado interno é reduzido, o próprio país oferece-se como plataforma de distribuição internacional de produção, muito embora como factor menos favorável Cabo Verde seja um país importador de matérias-primas devido aos escassos recursos.

As infra-estruturas razoáveis em comunicações, no que diz respeito a ligações aéreas e marítimas internacionais torna um lugar apetecível em termos de IDE. Por outro lado, a existência de acordos bilaterais e multilaterais permitem aceder a vários mercados de que a CEDEAO³ é um exemplo. Estas vantagens são complementadas com o acordo entre Cabo Verde e Portugal sobre a convertibilidade da moeda caboverdiana⁴ com o escudo português.

É certo que o fenómeno da globalização⁵ dos mercados e a internacionalização das economias implica que os agentes económicos em geral, diversifiquem as suas

³ Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Países membros: Cabo Verde, Senegal, Guiné-Bissau, Burkina Faso, Nigéria, Benin, Gâmbia, Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim, Togo, Gana, Mali, Guiné-Conakry, Mauritânia e Níger.

⁴ Por via do Acordo de Cooperação Cambial.

⁵ C. Oman (1994). "(...) crescimento da actividade económica para além fronteiras políticas, regionais e nacionais sob a forma de fluxo mais ou menos intensos de bens e serviços, entre países, através das trocas e dos investimentos de populações através de migrações. Os diversos agentes económicos (empresas, bancos, indivíduos) são os principais motores da globalização." Dunning (1997). "(...) processo que visa por um lado o alargamento da extensão das transacções através das fronteiras. É um aprofundamento da interdependência económica entre as acções das entidades globalizadoras (instituições privadas/públicas) localizadas num país e outras localizadas noutros países."

actividades, orientando-as no sentido da competitividade, neste sentido Cabo Verde poderá ser sem dúvida um mercado alvo.

A República de Cabo Verde é uma nação, com laços históricos a Portugal que perduram há mais de 500 anos. Durante 5 séculos, Portugal exerceu o controlo directo nesse território Ultramarino. Com o processo da independência, alcançado em 1975, o país viveu um momento histórico. Desde logo se procuraram transformações políticas e sociais para dinamizar um processo de desenvolvimento económico⁶. Contudo, quando se fala em desenvolvimento económico para uma pequena economia insular surgem algumas questões ou interrogações inerentes às particularidades do país.

Philippe Heine (1998), chamou à atenção para aspectos relacionados com as pequenas economias insulares, como o é Cabo Verde, podendo condicionar o desenvolvimento das mesmas, nomeadamente:

- Pequena Dimensão

É uma condicionante, na medida em que a população existente pode de certa forma ser insuficiente para a existência de um mercado interno dinâmico. Contudo e de acordo com o anexo 15 os indicadores demográficos são comparativamente com outros países africanos positivos. Assim a mortalidade infantil tem estado a reduzir-se, a esperança média de vida tem aumentado, o rácio de nascimentos por cada 1000/indivíduos apesar de uma ligeira redução (em relação ao período 1985-1990 para 1998) tem sido acompanhado por uma baixa mortalidade por cada 1000/indivíduos, prevendo-se um acréscimo no futuro. Mas Cabo Verde, é considerado um país pequeno⁷, pela população que é reduzida, conforme anexo 1, o qual evidencia a evolução da população residente

⁶ ver Filho, João (2000)

⁷ ver, Vellas, François (1988)

por ilha (1940-2000), sendo a ilha de Santiago a mais populosa do arquipélago desde sempre. Por outro lado, e de acordo com o anexo 13 a população apresentava uma densidade/km² em 1998 das mais elevadas do continente africano (101), sendo que no mesmo ano 59% da população vivia nas cidades, valor não superado por qualquer país africano. Em termos de taxa de actividade é relativamente mais baixa que outros países africanos. No que se refere à superfície terrestre, esta excede em pouco 4.000 Km², conforme anexo 2.

Isto causa deseconomias de escala, com implicações na competitividade das empresas e do próprio país. Assim para aproveitar as vantagens das economias de escala, Cabo Verde não deve apenas produzir para o mercado interno (que é reduzido) mas também para o mercado mundial. Claro está que isto apenas é possível para serviços e produtos onde existam “vantagens competitivas”, como exemplos do turismo e pescas. Se por um lado o mercado interno ser reduzido há necessidade de especialização, por outro, temos a dimensão do mercado, a insularidade e a escassez de recursos, assumindo a ajuda internacional grande importância, tornando o país dependente de fluxos financeiros externos. Por tudo isto, naturalmente que é uma economia com um elevado grau de dependência face ao exterior, reflectindo-se essa dependência pela análise da taxa de cobertura das importações pelas exportações. Como se podemos verificar pelo anexo 4 e, analisando a taxa de cobertura a economia cabo-verdiana depende fortemente do exterior, apresentando uma estrutura de comércio externo muito deficitária.

No que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) e à sua estrutura (anexo 3), o peso de cada um dos sectores de actividade na economia e a sua contribuição para o PIB reflecte uma evolução constante nestes últimos anos.

1. *Sector primário*

A agricultura, tem uma contribuição para o PIB reduzida, apesar de empregar uma considerável parte da população. A fraca contribuição para o PIB deve-se ao reduzido potencial agrícola, consequência dos fracos recursos naturais e condições climáticas desfavoráveis, pelo que a taxa média de crescimento anual da produção agrícola tem sido irregular nos últimos anos (anexo 14). Assim, a agricultura não responder às necessidades alimentares do país causando uma dependência face ao exterior com repercussões no crescimento económico. No anexo 13, a taxa de terra arável em 1997 era de 10,2%, valor que evidencia características da existência de recursos fracos em consequência do clima desfavorável. E se compararmos com outros países a percentagem é muito reduzida.

Em termos de pescas, Cabo Verde apresenta potencialidades de desenvolvimento⁸. O país tem uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 734.265 Km², sendo a actividade piscatória uma actividade enraizada no povo cabo-verdiano, mas de carácter artesanal. Para a qual constituem factores⁹ como: a fraca autonomia das embarcações; a fraca polivalência da embarcações; a falta de um espírito empresarial; a quase inexistência de incentivos financeiros; a falta de formação profissional e carências de isco vivo.

Para piorar ainda mais a situação, o escoamento da produção é difícil, devido à falta de um sector de comercialização eficiente bem como a falta de condições ao nível da conservação e transformação do pescado.

⁸ Em termos de capacidade de captura de pescado

⁹ ver Ferreira, Eduardo (1997)

2. *Sector Secundário*

A indústria não desempenha um papel de destaque na economia. As empresas são de pequena dimensão. Da mesma forma que a pesca, esta está condicionada a diversos factores que impedem o seu desenvolvimento e em termos gerais, a indústria defronta-se com inúmeras questões que impedem o seu desenvolvimento, destacando-se; a reduzida dimensão do mercado; a escassez de matérias-primas e de recursos humanos com formação; custos elevados nos factores produtivos; falta de tradição industrial; escassez de recursos financeiros e grande dependência externa em termos de fornecimentos.

Apesar destes condicionalismos a indústria existente é de natureza transformadora (construção naval, construção civil, calçado, conservas de peixe, carpintaria e mobiliário). Existem ainda indústrias ligadas à produção de sal e extracção de pó vulcânico para a produção de cimento.

Em termos de contribuição para o PIB a indústria tem tido ao longo dos últimos anos uma evolução constante. De acordo com anexo 16, o sector industrial e a sua taxa de crescimento média anual não tem evoluído de forma tão positiva como seria de esperar, comparando com outros países africanos. durante a década de 80 a taxa de crescimento média anual foi de 8,6%, acima da média de todos os países menos desenvolvidos.

3. *Sector terciário*

É sem dúvida o sector mais importante para a economia. O comércio em geral bem como a utilização dos portos e aeroportos contribuem em grande parte para o peso que este sector tem na economia, apesar de uma inversão da tendência a partir de 1998.

Neste contexto a economia cabo-verdiana apresenta desequilíbrios de natureza estrutural, reflectindo-se no défice da Balança Comercial, sendo que esta situação piora quando a evolução da conjuntura internacional é menos favorável.

Esta situação reflecte-se na Balança de Pagamentos que evidência os défices comerciais sendo colmatados pelas Transferências Correntes, conforme tabela 1, na qual verificamos a importância das Transferências Correntes para a economia cabo-verdiana.

Tabela 1: Rubricas da Balança de Pagamentos (1995 até 3º trimestre 2000)

Milhares ECV

	1995	1996	1997	1998	1999	2000 *
B. Comercial	- 16019	- 14545	- 15930	- 18191	- 22097	- 18019
B. Serviços	477	614	1808	- 400	-1082	548
T. Correntes	11352	11651	11163	13445	16366	11104
• Oficiais	3698	3733	4580	5361	5029	3204
• Privadas	7653	7918	6583	8084	11337	7900

Fonte: Banco de Cabo Verde; FMI e cálculos de Banco de Portugal

*Dados para 2000 disponível até 3º trimestre

- Insularidade

A questão de insularidade, esta tem implicações sobre a economia. Desde logo, surgem problemas ao nível das comunicações, transportes, isolamento das populações e distâncias que provocam obstáculos à circulação das pessoas. Sem dúvida que a insularidade causa constrangimentos à actuação governamental quer ao nível económico quer social. Desta forma, tem influência nas orientações governamentais ao nível das políticas de desenvolvimento. No caso particular devido à descontinuidade geográfica que contribui para o aparecimento de deseconomias de escala e pela distância geográfica entre as várias ilhas, reflecte-se num isolamento económico entre as mesmas e em termos internacionais.

Segundo João Estevão (1991), a pequena dimensão de uma economia e a distância aos mercados internacionais é um problema complicado, isto porque, passo citar:

“ Se a pequena dimensão impede que a estratégia de desenvolvimento possa basear-se no mercado interno, a distância em relação aos mercados internacionais torna mais difícil o aproveitamento das possibilidades de abertura à economia internacional; ou seja, enquanto que a pequena dimensão empurra as economias insulares para uma maior integração no comércio internacional, a distância tende a limitar os benefícios dessa integração.”

O isolamento e a distância entre as ilhas é uma realidade, advindo dessa situação custos internos, reduzindo os benefícios provenientes do comércio internacional. Com efeito a integração de Cabo Verde na economia mundial, passa pela criação de infra-estruturas necessárias ao nível dos transportes marítimos, aéreos entre outros.

Ao pensarmos numa integração a nível regional ou local, necessariamente que haverá que se criar infra-estruturas adequadas que assegurem entre ilhas uma maior aproximação, possibilitando uma maior qualidade na prestação de serviços.

Estas exigências requerem disponibilidades financeiras avultadas, havendo necessidade de financiamento junto de entidades externas, através de empréstimos bancários e ajuda internacional para o desenvolvimento. Não menos importantes serão as remessas dos emigrantes, os fluxos das transferências privadas constituem para o país grande importância, podendo estas ficar limitadas de existirem reduções nos fluxos migratórios devido a entraves por parte de países terceiros. Naturalmente que uma situação desta natureza desestabilizará a economia, quer em termos populacionais quer mesmo em termos de bem-estar das famílias devido ao rendimento disponível diminuir, levando ao aumento da despesa pública comprometendo a actuação das autoridades.

É certo que a estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, segundo o governo, está definida nas Grandes Opções do Plano (GOP) de 1997-2000. Esta estratégia refere que a inserção dinâmica¹⁰ de Cabo Verde no sistema económico mundial representa um passo para atingir um objectivo maior que é o de um desenvolvimento económico e social auto sustentado. Desta forma, num período no qual a globalização económica é cada vez maior, com rápidas transformações tecnológicas e sociais, o país por si só não conseguirá desenvolver-se e apenas o conseguirá fazer se encontrar o seu lugar e a sua função no seio das nações. É uma tarefa árdua, mas só será alcançável se houver uma actuação profunda ao nível dos condicionalismos internos, estando atendo aos factores externos que podem dificultar ou não a estratégia de desenvolvimento.

As GOP, visam por um lado o desenvolvimento, não apenas o económico mas também uma componente de desenvolvimento humano traduzindo-se numa melhoria das condições de vida das populações. Por outro lado, este desenvolvimento deverá ser auto sustentado como um processo contínuo, permanente e sem limites, não se desejando que seja um modelo de desenvolvimento baseado no esgotamento dos recursos existentes, por forma a assegurar às gerações vindouras um determinado nível de vida.

Se a inserção dinâmica de Cabo Verde no sistema económico mundial é uma estratégia para poder atingir um desenvolvimento económico e social auto sustentado, nas GOP é entendido como resultado da transformação progressiva dos factores internos, através da criação de um ambiente económico que possa absorver as inovações tecnológicas, condições de mercado, estabilidade e segurança económica com vista a impulsionar a iniciativa privada, investimento directo estrangeiro, poupança entre outros.

¹⁰ No sentido a que se refere a modelos de especialização que não são estáticos mas sim evolutivos. Sendo que os elementos determinantes da inserção serão as oportunidades oferecidas pelo meio envolvente combinadas com o desenvolvimento e as transformações dos condicionantes externos.

Nesta estratégia de inserção dinâmica no sistema económico mundial, existem 8 pontos de orientação. i) assegurar os equilíbrios interno e externo; ii) desenvolver o mercado e a iniciativa privada; iii) aproveitar as vantagens da regionalização e da globalização; iv) valorizar os recursos naturais; v) desenvolver os sistemas de transportes, comunicações e energético; vi) promoção do saneamento e da defesa do ambiente; vii) consolidação e desenvolvimento da democracia; viii) promoção do desenvolvimento humano e social.

Apesar das dificuldades, há possibilidades de ultrapassar os condicionalismos, pois o país apresenta vantagens que pode explorar dinamizando a sua base económica.

Existe estabilidade social e política. Embora com algumas diferenças de ilha para ilha, existe uma real estabilidade social. Os conflitos étnicos e religiosos não existem, existindo uma segurança patente por parte dos cidadãos. Desde 1991, data das primeiras eleições multipartidárias foi estabelecido um sistema político pluripartidário sustentado em eleições livres e viabilizando a alternância política¹¹.

A abundância de mão-de-obra e o seu custo relativamente baixo é uma realidade. Desde sempre o país apresentou níveis de educação e qualificação elevados em parte devido à formação técnica, permitindo ao país a existência de trabalhadores qualificados. Porém, devido à estrutura produtiva implica que nem toda a mão-de-obra disponível seja empregue originando dessa forma desemprego. Esta situação permite a disponibilidade de trabalhadores com salários relativamente baixos.

Cabo Verde goza de prestígio internacional. Em resultado da actuação após a independência, com uma gestão criteriosa das ajudas postas à disposição bem como de uma condução da política externa realista, face ao momento por que atravessava, permitiu-lhe obter um prestígio internacional. Assim, mobilizou recursos da cooperação

¹¹Com a independência, em 15 anos houve um regime de partido único, mas sempre existiu estabilidade.

internacional e a forma como esses recursos foram utilizados permitiram que tivesse uma imagem de seriedade internacional. Por outro lado, a forma de condução da políticas monetária, orçamental e cambial de forma prudente e criteriosa possibilitaram gozar de credibilidade e com capacidade de cumprir as obrigações internacionais.

A localização geográfica do país é uma vantagem por si mesma e deve ser aproveitada. Após a descoberta do arquipélago, constituiu um ponto de apoio à navegação que se dirigia para a América do Sul, Índia e costa ocidental africana. Em meados do século XX, a ilha do Sal com o seu aeroporto passou a desempenhar um importante papel de apoio aeroportuário à navegação aérea. Cabo Verde apresenta vantagens comparativas em termos de localização geográfica pois situa-se no cruzamento das rotas¹², beneficiando de acesso preferencial a mercados, fornecedores e compradores diversificados (União Europeia (UE), E.U.A, Japão e CEDEAO). Em resultado dos acordos internacionais celebrados¹³, possibilita às empresas situadas em território cabo-verdiano o acesso a mercados mais vastos, como a Europa, E.U.A. e África Ocidental. Existindo um potencial elevado que se encontra subaproveitado, em termos de turismo e pesca. Se o clima é desfavorável à agricultura por outro é favorável ao turismo, potenciando desta forma o desenvolvimento de um sector, que por si só constitui uma vantagem comparativa. No que se refere às pescas, apesar de constituir uma actividade tradicional ainda não foi dada a merecida importância a este sector, tendo em conta a ZEE que se estende por mais de 730 mil Km².

¹² entende-se por rotas as marítimas, atlânticas e aéreas

¹³ Convenção de Lomé; do Sistema Generalizado de Preferências dos E.U.A e da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Acordos bilaterais de pesca com a Mauritânia, Senegal, Guiné-Bissau, Guiné-Conakry e Angola.

2.2. Planos Nacionais de Desenvolvimento



Após a independência e até 1995, o país teve 3 planos nacionais de desenvolvimento (PND). O I PND vigorou de 1982 até 1985, o II PND entre 1986 e 1990 e o III PND entre 1992 e 1995.

Os dois primeiros, implementados durante a década de 80 implicavam uma gestão planificada e controlada da economia, de forma a atingir o equilíbrio macroeconómico e o desenvolvimento social, sectorial e regional. Esta ambição, pretendia, melhorar as condições de vida, criação de emprego, aumento da escolarização e generalização do ensino, consolidação económica e preparar o país para desafios futuros.

Em 1990, o governo no poder (PAICV) autorizou o multipartidarismo e o partido (MPD) nesse ano vence as eleições. No entanto e, devido ao anterior governo no poder (PAICV) não ter conseguido responder aos seus desafios e perante um declínio económico, o governo eleito delineou e implementou um III PND, no qual se pretendia assegurar estabilidade macroeconómica¹⁴, reduzir a pobreza e o desemprego, através do envolvimento activo do sector privado, desenvolver todas as ilhas de forma equilibrada através de uma política de desenvolvimento regional.

Desde as eleições de 1995, que as autoridades cabo-verdianas, se preocupam em consolidar as reformas económicas, promovendo a abertura da economia ao exterior com a iniciativa privada a deter um papel fulcral, promover o crescimento económico sustentado e eliminar ou superar o subdesenvolvimento económico.

¹⁴ controlo da inflação, défice público e contas externas.

2.3. Desenvolvimento Económico

Perante uma economia de pequena dimensão, afectada pela insularidade e de fracos recursos, sem dúvida que o desafio do desenvolvimento é de extrema complexidade, no entanto o bom funcionamento de uma economia de mercado é uma condição para o seu desenvolvimento.

Actualmente, existe a certeza de que existem inúmeros instrumentos de desenvolvimento. A aplicação de instrumentos em prol do desenvolvimento, pretendem como objectivo final melhorar o nível de vida das populações, sendo o crescimento do rendimento *percapita*, um dos vectores principais do desenvolvimento e é este aspecto que torna o desenvolvimento económico um enorme desafio.

A estratégia de desenvolvimento da economia cabo-verdiana, está orientada para a modernização e sua industrialização, com a iniciativa privada a ser considerada “vector” da estratégia de desenvolvimento.

2.3.1. Instrumentos para o desenvolvimento

Em termos da agricultura, silvicultura e pecuária, existe desde a independência do país, vontade e esforço no combate à desertificação através da florestação do arquipélago. Esta acção visa sobretudo reduzir a erosão dos solos que compõem a superfície do país. Com condições climáticas adversas para a agricultura, devido aos períodos cíclicos de seca, a água tornou-se um bem escasso, pelo que se teve de desenvolver prospecções de águas subterrâneas, construção de diques para reter a água das chuvas. Desta forma será possível aumentos de produção e produtividade.

A pecuária também tem sido penalizada pelos efeitos da seca, que afecta o arquipélago e toda a zona do Sahel, com perdas de produção pelo que se fomentou a introdução de certas espécies arbóreas.

Em termos das pescas com extrema importância para o país¹⁵, as autoridades têm procurado medidas estratégicas de desenvolvimento neste sector, desde logo: i) procedeu à privatização de empresas do sector; ii) procurou ajuda internacional para poder modernizar a frota artesanal e industrial; iii) melhorou portos já existentes e construiu alguns cais de pesca noutras ilhas; iv) procedeu à revisão da legislação sobre a concessão de licenças¹⁶; v) incentivou dando estímulos à iniciativa privada; vi) procurou modernizar a indústria transformadora; vii) procurou melhorar os recursos humanos; viii) procurou dar continuidade ao desenvolvimento das infra-estruturas.

Na indústria, logo após a independência o país orientou o seu desenvolvimento industrial para a substituição das importações, num ambiente de centralização, onde o sector público assumia um peso forte. Mas a falta de recursos, levou que estas importassem matérias-primas. Com a globalização dos mercados internacionais e, a exigência de eliminação das medidas proteccionistas, levaram à revisão deste modelo. Assim, as opções do investidor são orientadas para o mercado global, cujo acesso é desde logo assegurado por acordos bilaterais e multilaterais celebrados por Cabo Verde. Com a falta de recursos naturais, procurou-se dar mais importância no desenvolvimento de indústrias ligeiras e mesmo em indústrias ligeiras deslocalizadas dos países mais desenvolvidos. A criação de zonas industriais nas ilhas de Santiago e São Vicente, dotam essas zonas de infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento industrial.

¹⁵ Potencial fonte de emprego, fonte de captação de divisas e reserva alimentar da população.

¹⁶ A concessão de licenças e reforço na fiscalização permitirá incrementar receitas para o Estado.

O turismo, até 1995 beneficiou de um programa de desenvolvimento. Este programa, continua em vigor e tem por finalidade melhorar a qualidade, aumentar a oferta promovendo Cabo Verde como destino turístico internacional. É um sector com um potencial enorme. Diversas acções têm sido levadas a cabo no sentido de melhorar as infra-estruturas turísticas. Com programas de desenvolvimento do sector, este será visto como destino turístico internacional sendo uma importante porta de entrada de divisas.

O sector energético é essencial e é um determinante do desenvolvimento económico e social, no entanto a falta de fontes energéticas, causam constrangimentos à actividade económica, e dependência do exterior. Assim, dada a grande importância que o sector constituiu houve por parte das autoridades a consciencialização de que o desenvolvimento do sector energético, era prioritário, daí que no PND se tenha evidenciado a importância e a necessidade de desenvolvimento deste sector mediante a elaboração de programas, desde a criação de infra-estruturas e sistemas de distribuição de energia bem como a racionalização dos sistemas de produção de energia eléctrica em todas as ilhas e acções que visam a racionalização dos consumos.

A inserção de Cabo Verde na economia mundial, implica que as telecomunicações tenham um papel estratégico. Com o desenvolvimento dos sistemas de ligação ao exterior e recorrendo a tecnologias que permitem um rápido transporte da informação e a diversificação da oferta de serviços¹⁷, permitirá cobrir o território nacional, reduzindo a distância do campo à cidade. O acesso à Internet, e à rede de telefones móveis são uma realidade para o país permitindo-lhe uma inserção cada vez maior na economia mundial, de acordo com o anexo 12 e, no que respeita ao número de telefones por 1000/habitantes conclui-se que é o valor mais elevado em termos absolutos do

¹⁷ Redes telefónicas, fax, telex, redes de fibra óptica submarina, que estabelecem ligações (canais de televisão, audio e conversações telefónicas) entre ilhas.

continente africano. Este valor é extremamente elevado comparado com a média de todos os países desenvolvidos. Conclusão idêntica se pode fazer para o número de rádios por cada 1000/habitantes. Porém nesta área ainda há muito por fazer, pois as inovações e o desenvolvimento de novas tecnologias mais sofisticadas em termos de telecomunicações exigem a existência de novos serviços que podem ser explorados e implementados.

Em termos de transportes e comunicações, a localização privilegiada, determina que o país tenha que ter infra-estruturas para responder às necessidades. O Banco Mundial tem disponibilizado meios financeiros, para melhorar a rede de infra-estruturas e o sistema geral de transportes do país. O projecto, designado de “Programa de Infra-estruturas e Transportes”, contemplava o desenvolvimento rodoviário, portuário e desenvolvimento do teleporto¹⁸. Em termos de desenvolvimento do transporte marítimo, este desempenha um papel de destaque nas trocas comerciais, entre ilhas e com o exterior. Para aumentar o movimento nos principais portos realizaram-se importantes obras de ampliação e de modernização.

Por outro lado, o transporte marítimo de passageiros assume-se como uma actividade de forte desenvolvimento, para dar resposta à crescente procura. Mais, se existe um potencial desenvolvimento do turismo, é uma área com potencial de desenvolvimento e crescimento. Directamente relacionado com o desenvolvimento do transporte aéreo, como factor de sucesso para o turismo, construiu-se um novo aeroporto internacional na cidade da Praia e modernizaram-se outros aeroportos. Este novo aeroporto na ilha do Sal, terá capacidade para movimentar cerca de um milhão de passageiros por ano. Naturalmente que os transportes aéreos são um factor de integração interna e por outro

¹⁸ Processamento/tratamento da informação e difusão via satélite.

de abertura da economia cabo-verdiana à economia mundial. Este novo aeroporto terá um papel de placa giratória, de distribuição internacional de mercadorias e passageiros africanos¹⁹ com destino à Europa e à América, aproveitando a localização geográfica do país. Sem dúvida que o complexo aeroportuário da ilha do Sal será uma das fontes de crescimento do PIB, das exportações e das receitas do Estado, através das margens sobre a reexportação de combustíveis, serviços de handling e de receitas do aeroporto.

No projecto de infra-estruturas e transportes, o programa rodoviário também era visado, reabilitação e manutenção das redes viárias existentes. No entanto, há estradas construídas de raiz, sobretudo para o “desencrave” de populações ou minimização de custos na movimentação de pessoas e mercadorias, de forma que possam transitar de forma mais rápida e segura sendo isto um sinal de desenvolvimento económico. Relativamente ao comércio, a política comercial está orientada para o mercado interno, sem esquecer a sua inserção na economia mundial, apoiando-se na iniciativa privada, no desenvolvimento da concorrência e na liberalização do comércio externo. Os produtos nacionais, têm uma particular atenção na sua comercialização, possuindo potencialidades de conquistarem mercados internacionais. Porém, o comércio em Cabo Verde ainda não se desenvolveu como seria de esperar. Mas podemos dizer que o comércio se encontra lentamente em mutação. Apesar de um aparente desenvolvimento, a verdade é que sendo Cabo Verde uma economia bastante dependente do exterior, as importações são pouco diversificadas, isto é, os mercados abastecedores são tradicionalmente os mesmos (E.U.A, Portugal e Holanda), conforme anexo 5, assumindo enorme importância na estrutura das trocas. Por outro lado, no que diz

¹⁹ Será mais importante se a companhia nacional (TACV), operar em mais cidades da costa oeste africana.

respeito às exportações e, de acordo com o anexo 6, Portugal é sem dúvida o principal comprador dos produtos cabo-verdianos.

O desenvolvimento económico também passará pelo desenvolvimento do sistema financeiro, mercado de valores mobiliários, promoção de estabelecimentos de instituições não monetárias e desenvolvimento de um mercado de capitais. Assim, o processo de privatizações em curso, permite contribuir para esse objectivo e para o desenvolvimento económico do país.

De extrema importância temos a questão do ambiente. Cabo Verde é uma entidade passiva no que diz respeito às alterações globais do ambiente devido ao reduzido parque industrial. Mas como qualquer país, ou como a maioria, possui problemas ambientais: erosão dos solos, desertificação, escassez de água, lixos urbanos, saneamento básico deficiente, destruição de praias (recolha de areias). Contudo, estes problemas poderão piorar devido ao desenvolvimento económico em curso, isto porque: i) a exploração de areias nas praias provocará danos num desenvolvimento da actividade turística futura; ii) o próprio turismo causa normalmente impactos negativos no meio ambiente; iii) com o êxodo do campo para a cidade, a população urbana aumenta de tal forma, piorando as condições ambientais. Se existir uma protecção e preservação haverá uma melhoria do ambiente, sendo condição de sucesso para o desenvolvimento do país. A sociedade deve participar activamente, ter educação e formação ambiental e estar informada. Actualmente está em prática, o *Plano Nacional para o Ambiente* com duração até 2005. Ao se falar de educação e formação, estas são áreas chave para o grau de desenvolvimento de um país. No caso particular pode-se dizer que são essenciais para o desenvolvimento económico. A qualificação da mão-de-obra, e a preparação desta para estar apta a enfrentar novos desafios, permitirá que o país possa maximizar as vantagens

da sua inserção na economia mundial através da captação de investimento directo estrangeiro (IDE) e, posterior exportação de bens e serviços. Assim, no PND são estabelecidas políticas que visam a promoção do ensino, desde o pré-escolar ao superior. A criação e a remodelação de estabelecimentos de ensino ou até mesmo a promoção e articulação do sistema educativo com o mundo do trabalho. Em termos de formação profissional, a estratégia dirige-se em prol do desenvolvimento, procurando dar resposta à procura, com programas de formação e envolvimento do sector privado em actividades de formação. Na saúde a existência de um sistema desenvolvido, eficaz e eficiente é o objectivo de qualquer governo. Naturalmente, que para Cabo Verde há muito caminho a percorrer, melhorar a eficácia e a eficiência na prestação de cuidados de saúde, reduzir as taxas de mortalidade infantil, melhorar os cuidados de saúde e reduzir a vulnerabilidade das populações a doenças são metas a atingir.

Para além destes aspectos, o governo debate-se com problemas relacionados com a pobreza, emprego e emigração, daí ter desenvolvido um conjunto de acções entre as quais, formação profissional, educação, alfabetização, criação de micro-empresas, criar condições na medida em que haja uma redução das assimetrias entre o campo e a cidade, entre outras, tendo por horizonte o desenvolvimento económico.

2.3.2. Entidades participativas no desenvolvimento económico de Cabo Verde

Cabo Verde tem tido apoio da Comunidade Internacional, em parte pela boa gestão que tem feito dos recursos postos à disposição e, pela política económica adequada face à evolução da economia mundial, obtendo desta forma apoios extremamente importantes por parte do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Devido à estabilidade política e social, com uma estabilidade macroeconómica em que a inflação é reduzida, desemprego controlado e com um crescimento do produto em bom ritmo, o país passou a ser considerado como um parceiro que vale a pena apoiar.

Com a questão da dívida interna controlada, devido ao apoio que foi prestado para consolidar a dívida interna, o país assistiu a uma realidade, a convertibilidade da moeda nacional em escudo português e dessa forma em divisas europeias. O crescente apoio, por parte da Comunidade Internacional é patente ao analisar-mos os donativos recebidos pelo país entre 1998 e 2000. Como se constata pela análise do anexo 7.

Dos principais parceiros da Comunidade Internacional, destaca-se a colaboração do Banco Mundial e suas afiliadas que têm assumido grande importância em termos de financiamento a partir de 1991, pelo que Cabo Verde assumiu várias orientações, entre elas a promoção da competitividade internacional, modernizando portos, reorganizando o sector de transportes marítimos bem como construção, reabilitação e manutenção de estradas, incentivando a integração económica nacional. O BM, por um lado, tem uma acção directa relativamente a reestruturações de empresas públicas e gestão das mesmas, para que possam ter um melhor desempenho, por outro, visa criar condições que permitam desenvolver um sector privado cada vez mais forte. Apoia de igual forma a modernização de instituições públicas chave e, acompanha a gestão das políticas económicas. O BM, tem ainda acções ao nível da educação e formação profissional, e na promoção e criação de empregos no sector privado, acções que visam melhorar o desempenho financeiro assim como reforço das instituições bancárias e não bancárias. Nas reformas económicas operadas no país o BM assume um papel activo, em prol da

continuidade da política de liberalização²⁰ em curso, num quadro macroeconómico possibilitador de crescimento, diminuição da pobreza e criação de emprego.

A UE, tem-se pautado por uma estratégia de cooperação com os ACP's, e neste sentido Cabo Verde tem beneficiado consideravelmente. A cooperação da UE com Cabo Verde tem sido orientada para melhoramentos de infraestruturas, como exemplo o aeroporto do Sal, projectos de electrificação, adução de águas, saneamento e rodoviário.

Estes apoios visam por um lado, melhorar as infra-estruturas, para que haja condições de atracção de IDE e por outro servir de plataforma para melhorar o ambiente económico, com o objectivo de aumentar a competitividade e melhorar as condições de vida existentes.

As Nações Unidas, também participam de forma activa na ajuda a Cabo Verde, sendo o PNUD, a agência do sistema das Nações Unidas que tem tido um papel mais activo, financiando projectos que lhe sejam submetidos. Paralelamente existem outras agências do sistema das Nações Unidas, com envolvimento em acções com Cabo Verde, destacando-se: a FAO, prestando apoio no desenvolvimento da produção agrícola. A ONUDI está orientada para prestar assistência pontual ou específica a nível industrial. A UNESCO, que focaliza a sua acção para as questões relacionadas com a melhoria da qualidade de ensino, alfabetização das populações, formação profissional entre outras. A OMS que colabora com o Ministério da Saúde nas suas áreas de actuação. A UNICEF que actua com programas nas áreas da saúde, nutrição, educação, assistência a crianças em condições difíceis. A PAM, cujas acções se orientam em termos de ajuda alimentar. A FNUAP que promove acções que visam reforçar a capacidade institucional do Estado para desenvolver uma relação viável entre a população, os recursos e o

²⁰ A liberalização necessitará de reformas legais que possam permitir o funcionamento do mercado.

desenvolvimento. A OIT que em colaboração com o BM, PNUD e a cooperação portuguesa participa em programas de luta contra a pobreza e promoção do emprego. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), presta um considerável apoio financeiro no desenvolvimento de Cabo Verde, tendo como exemplo, o apoio na construção do novo aeroporto²¹ na Praia, bem como projectos de menor dimensão, mas que não deixam de ser importantes, tais como: projectos relacionados com a indústria e pescas (estaleiros navais), desenvolvimento rural e telecomunicações, melhoria e reabilitação da rede viária. O Banco Árabe de Desenvolvimento dos Estados Africanos (BADEA), financia projectos de desenvolvimento no arquipélago, sobretudo ao nível da construção, reabilitação e melhoria de estradas.

Para além destas instituições e organizações, que apoiam o desenvolvimento de Cabo Verde, existem países que por si só também assumem uma posição de relevo, é o caso de Portugal em termos de cooperação. A cooperação portuguesa em Cabo Verde cobre vários sectores de actividade. Desde logo financiou a modernização do aeroporto internacional Amílcar Cabral (ilha do Sal); a construção de portos marítimos de (Maio e da Boavista); promove programas de assistência técnica e cursos de formação profissional em Portugal; apoia projectos relacionados com o sector agrícola; ao nível ambiental troca experiências com as estruturas homólogas cabo-verdianas.

Outros países, apesar de estarem afastados em termos de laços culturais, também têm cooperado. A maior parte deles coopera na ajuda alimentar quer directamente, quer através de organismos multilaterais, assim passamos a destacar:

A Alemanha, que concentra a sua acção em diversos projectos de diversas áreas de actividade, modernização de aeroportos, preservação do meio ambiente, reflorestação,

²¹ O novo aeroporto na Praia, será financiado pelo BAD, BADEA e Governo de Cabo Verde.

abastecimento de água, formação de recursos humanos e desenvolvimento da capacidade produtiva sobretudo ao nível da pesca artesanal.

A Áustria, que concentra as suas acções de cooperação na promoção de micro e pequenas empresas, educação e formação profissional.

A França, que comparticipa no desenvolvimento de projectos em áreas distintas como, telecomunicações, energia, recursos hídricos, cultura, formação de quadros, entre outras.

A Holanda que é depois de Portugal o parceiro mais importante em termos de cooperação, ajuda financeiramente diversos projectos e serviços de assistência técnica.

O Japão, que privilegia através das suas acções de cooperação, a agricultura, mediante o fornecimento de factores produtivos; nas pescas, através da construção de cais e fornecimento de equipamentos e transporte marítimo e em, telecomunicações rurais.

Por fim a cooperação do Luxemburgo que, se concentra no desenvolvimento de projectos orientados para a prestação de serviços às populações locais, construção de hospitais, centros de saúde, projectos de electrificação rural, programas de habitação social e apoio a iniciativas empresariais.

2.4. Reformas económicas

Desde 1991, Cabo verde encetou um processo de reformas económicas, de forma a substituir o seu modelo de economia centralizada por um modelo de economia aberta de base privada, para poder enfrentar a economia global em que as palavras de ordem são a globalização e a liberalização. Através das reformas económicas operadas pretende promover a qualidade dos seus produtos e serviços, aumentar a produtividade e

competitividade, para que seja mais fácil a sua inserção na economia mundial. As condições para que possa ter uma economia sustentada, baseiam-se em eixos que consubstanciam o processo de reformas em curso e que a seguir se desenvolvem. Conforme anexo 17, apesar de taxas de crescimento do PIB real serem nos últimos anos elevadas, a economia do país ainda tem um longo caminho a percorrer, sobretudo ao nível da dívida externa que continua a aumentar, representando em 1999 (estimativa) 54,4% do PIB. Assim, podemos constatar através dos anexos 24 e 25, que a dívida externa disparou a partir de 1996, situando-se em Dezembro de 1999 nos 288,8 milhões de USD (em termos de dívida efectiva) sendo que a dívida contratada em igual período se situava nos 544,1 milhões de USD.

2.4.1. A Estabilidade Macroeconómica versus crescimento económico

Actualmente, a estabilidade macroeconómica é uma condição necessária para o crescimento de uma economia. Uma variável importante para a estabilidade macroeconómica é a taxa de inflação. A existência de taxas de inflação elevadas causam efeitos negativos ao crescimento, daí que haja a necessidade de controlar esta variável de forma a que possa transmitir aos agentes económicos confiança no sistema de preços. Por outro lado, taxas de inflação elevadas, têm um impacto negativo no investimento, dado que a incerteza se apodera dos próprios investidores.

Dornbusch (1998), refere “... *nos países onde os preços duplicam todos os meses, a moeda deixa de ser um meio útil de troca e, por vezes, o produto diminui drasticamente. Mas com níveis baixos de inflação de um só algarismo (...), os custos da inflação tornam-se mais difíceis de identificar.*”

Assim, podemos considerar que taxas de inflação elevadas são um entrave ao crescimento económico, mas taxas de inflação baixas lubrificam a economia, sobretudo pela redução dos salários.

Um outro aspecto fundamental para a estabilidade macroeconómica e com repercussões no crescimento do produto é a questão do défice orçamental. Quando o Estado financia o seu défice pela emissão de moeda provoca aumentos na taxa de inflação devido ao aumento de moeda em circulação. Caso o Estado se financie no mercado para fazer face ao défice provocará a subida da taxa de juro. Se o financiamento do défice for interno terá repercussões na taxa de juro (que subirá), provocando um fenómeno que se denomina de “crowding-out”, repercutindo-se numa diminuição do investimento privado com consequências negativas no crescimento económico.

No que se refere a Cabo Verde e à estabilidade macroeconómica, pode-se dividir a década de 90 em dois períodos. No primeiro até meados da década, caracteriza-se pela existência de défices orçamentais, que eram financiados através da emissão monetária, provocando crises de endividamento interno, condicionando a política macroeconómica. A emissão monetária provocou na economia um excesso de liquidez, tendo sido absorvida através da venda de meios internacionais de pagamento, evitando-se dessa forma um processo inflacionista dramático para o país. Como resultado de todo este processo as reservas monetárias sofreram uma drástica redução.

Nos últimos anos a situação macroeconómica têm-se caracterizado por uma inflação moderada, com tendência para diminuir. Por sua vez, o crescimento económico tem evoluído satisfatoriamente. Cabo Verde pretende a estabilização dos indicadores macroeconómicos para eliminação da dívida interna, reduzir ainda mais a taxa de inflação, equilibrar a balança de Pagamentos com recurso a aumentos da exportação



proveniente de aumentos de investimento. E este de acordo com o anexo 18 tem evoluído positivamente nos últimos anos excepto em 1996. Se a taxa de crescimento na década de 80 foi negativa a mesma não se registou na década de 90, com uma taxa de crescimento média anual de 10,5%. Em 1998 a taxa de crescimento foi de 8%, acima da taxa média de todos os países menos desenvolvidos que foi de 5,8%.

2.4.2. Liberalização da Economia

Quando o MPD (Movimento para a Democracia), venceu as eleições em 1991, o então governo anunciou medidas que visavam a liberalização da economia de forma que o mercado fosse a força preponderante do desenvolvimento económico. Sendo um país pequeno, cuja descontinuidade geográfica é em certa medida, compensada pela localização geográfica numa posição de “charneira” Leste/Oeste e Norte/Sul, o governo então considerou a médio prazo a criação de uma economia orientada para a exportação, passando pelo desenvolvimento das pescas, indústria, criação de novas empresas com vista a estimularem as exportações. Neste contexto o governo incentivou o IDE. Contudo, *“o exemplo de Cabo verde ilustra bem um dos erros mais graves na sequência da liberalização económica. Com efeito, a convertibilidade da Balança de Pagamentos, nesta particular, da Balança de Transacções Correntes, nunca deve ser prosseguida sem que antes se resolva o problema de excesso de liquidez na economia, nomeadamente através da redução do financiamento monetário do défice orçamental. A excessiva pressão sobre as reservas do país determinou, em 1996, o recuo na política*

*de liberalização das importações mediante a eliminação das quotas de importação de diferentes produtos*²².”

Em 1998, o acordo cambial luso cabo-verdiano, serviu de garantia e relançou a política de liberalização das importações. É neste contexto que se espera que haja maior estabilidade e segurança económica de forma que o país consiga atrair IDE, atraindo capitais tão necessários para equilibrar as contas externas. Por si só, o país oferece, grandes incentivos para o investidor estrangeiro apesar de alguns condicionalismos que devem ser considerados, dos quais se destacam os recursos naturais escassos, mas devemos ter em conta a integração de Cabo Verde como membro activo na CEDEAO, e o fácil relacionamento com os países vizinhos.

2.4.3. A Importância das Privatizações

A substituição de um modelo de economia centralizada por uma economia aberta de base privada, “implica” uma reestruturação do sector empresarial do Estado e a consequente transferência da propriedade para entidades privadas. A passagem da propriedade de capitais públicos para privados, pressupõe de uma maneira em geral ganhos de eficiência económica e aumentos da concorrência. Actualmente a, maioria das empresas públicas debatem-se com problemas financeiros (endividamentos) e com uma estrutura em termos de recursos humanos extremamente pesada e ultrapassada. Com as privatizações, é feito um redimensionamento do pessoal e, dessa forma toda a estrutura produtiva é reestruturada podendo assim tornar-se mais competitiva e eficiente. No entanto tal reestruturação poderá levar à criação de postos de trabalho.

²² ver Burgo, Carlos (2000)

Por opção da política económica a partir de 1991, o Estado começou a renunciar progressivamente à sua participação no sector empresarial. A economia mundial também passou por uma profunda transformação. Passamos a assistir a tempos de liberalização e desregulamentação dos mercados, acompanhados por fortes aumentos de competitividade. Apesar da sua pequenez, não poderá alhear-se ao que se passa na economia mundial. A globalização e a desregulamentação dos mercados é uma realidade e a liberalização da economia mundial está orientada para o mercado seguindo os preceitos da iniciativa privada. A integração de Cabo Verde na economia mundial, exige maior competitividade na produção de bens e prestação de serviços, desenvolvimento de competências, ganhos de produtividade, num mercado dominado pela livre concorrência. É neste sentido que as empresas terão que se direccionar.

O desenvolvimento do sector privado é uma prioridade, sendo um instrumento fulcral para o desenvolvimento da economia. Em 1992, o governo cabo-verdiano iniciou o processo de privatizações. No início do programa havia quase 50 empresas públicas e mistas que apresentavam baixa produtividade, elevados prejuízos financeiros e um crescente endividamento. O Estado ao desinvestir nas empresas públicas introduziu uma nova disciplina financeira.

O programa, regido pela Lei *Quadro das privatizações* (Lei nº 47/IV/92 de 6 de Julho) contemplava:

- Liquidação das empresas consideradas inviáveis
- Reestruturação das restantes empresas, tendo em vista a sua privatização total ou parcial, manutenção do sector público por razões de estratégia económica

De acordo com o GARSEE²³ as empresas estatais apresentavam em 1991 como resultado antes de impostos prejuízos. A partir dessa data os resultados melhoraram. Isto evidencia o enorme sucesso que o programa de privatizações teve até então. Este programa pretendia no essencial: i) melhorar o ambiente económico, investimento privado e incrementar a produção; ii) reduzir o peso financeiro das empresas públicas no orçamento de Estado e aumentar as receitas fiscais; iii) encaixe financeiro das privatizações, aumento de divisas e melhoria na Balança de Pagamentos; iv) melhorar a performance das empresas.

Este programa, beneficia a população local e a própria comunidade empresarial. A população beneficia no acesso a bens e serviços quer na qualidade quer na quantidade e, em termos de emprego, devido ao crescimento mais acelerado das actividades das empresas. A Comunidade empresarial beneficia através de novas oportunidades de investimento, redução de custos de factores produtivos e serviços mais eficientes e baratos devido à melhoria da competitividade da economia, bem como aumentos de produtividade do trabalho em consequência do aumento da concorrência.

O programa de privatizações abarcou, instituições financeiras, empresas de transportes e de outros sectores e infra-estruturas portuárias. Vários processos alvo de privatização já se encontram concluídos, enquanto outros se encontram em fase de desenvolvimento, como a privatização da companhia aérea TACV, agendada para 2002.

²³ Gabinete de Apoio à Reestruturação do Sector Empresarial do Estado.

2.4.4. Reforma do Sector Financeiro

O sector financeiro desempenha um papel extremamente importante no circuito económico. Mas há que ter um sistema de regulação e supervisão capaz e responsável, caso contrário, todo o processo fica comprometido em termos de desenvolvimento, segurança e solidez do sistema. Num mundo cada vez mais global e onde a informação é cada vez mais importante o sector financeiro deve estar atento de forma a poder responder imediatamente, precavendo-se de crises. Um sistema financeiro moderno era uma das prioridades do governo em 1991. O Banco de Cabo Verde assumia até então o monopólio da actividade bancária e financeira do país. A abertura desta actividade ao sector privado foi então uma meta a atingir. O Estado criou legislação, com a finalidade de reestruturar o sistema financeiro do Estado, revisão do estatuto do Banco Central, e, criação de outras entidades bancárias. O processo de privatizações no sector bancário, deverá contribuir para ganhos de eficiência e solidez do sistema. Um sistema mais disciplinado, terá consequências positivas, por exemplo na avaliação de risco de crédito. A concessão de crédito a empresas e a particulares será feita de forma mais cuidada. É neste sentido que o Banco Central, autoridade monetária, assume o seu papel de supervisão e regulação, pelo que terá de exercer no sistema financeiro controlo, sob pena de contribuir indirectamente para a instabilidade, devendo o Banco Central gozar de independência no cumprimento da sua missão. Da Bolsa de Valores em Cabo Verde espera-se que tenha um bom desempenho (tendo em conta a dimensão do país).

2.4.5. Modernização da Administração Pública

Um bom desempenho a todos os níveis da administração central e local é essencial para o desenvolvimento da economia, assim espera-se mais eficácia, dinamismo e menos burocracia. Modernizar a administração pública, dar formação aos quadros, dotar as instituições com tecnologias de informação modernas, melhorar o funcionamento dos serviços públicos, entre outros, permitirá melhores desempenhos das instituições. Pensamos que as políticas adoptadas, já produziram transformações estruturais na economia. Um aspecto importante reside nos quadros da administração pública, com qualificações desajustadas e, com contratos considerados vitalícios para além da influência política dos funcionários públicos ser elevada²⁴. Porém em Cabo Verde a redução de funcionários tem sido feita através de reformas antecipadas. A descentralização é outra questão que merece atenção, pois contribui para um melhor desempenho do papel do Estado, permitindo às populações participarem na vida política e social. Por outro lado, garante uma maior eficácia, eficiência por parte da administração, pela proximidade às populações.

2.4.6. A Reforma do Sistema Educativo

O ser humano é das maiores riquezas de um país, pelo que a acção do Estado passa pelo desenvolvimento da sua educação. A reforma do sistema educativo é de extrema importância visando melhorar a escolarização da população e capacitar a mão-de-obra com conhecimentos. A escolaridade do ensino obrigatório tem vindo a ser dilatado e a

²⁴ ver Burgo, Carlos (2000)

frequência do ensino secundário e superior tem vindo a aumentar. Em termos de ensino profissional as autoridades acreditam que a formação profissional para jovens diminua a taxa de desemprego de curto prazo, daí que haja cursos de formação feitos dentro e fora do país com a finalidade de colmatar as faltas nos sectores estratégicos. Contudo, o ensino profissional é insuficiente, o crescimento económico é evidente, e de acordo com o anexo 8 podemos concluir que na década de 80 a sua taxa de crescimento médio do PIB real per capita foi de 4,1%, enquanto que para todos os países menos desenvolvidos esta registou um valor negativo de 0,1%. Comparando com a média de todos os países desenvolvidos Cabo Verde teve um bom desempenho já que esta foi de 2,2%. No período de 1990-1998, apesar de um abrandamento do crescimento este situou-se nos 3,0%, praticamente ao mesmo nível que o verificado em termos médios de a todos os países desenvolvidos que era de 3,1%. Relevante será o PIB *percapita* a preços de 1995. Em 1998 era de 1380 superior a todas as economias africanas e acima da média dos países desenvolvidos que se situava em 1260. Assim, a criação de emprego tem potencial de crescimento e, a qualidade do serviço em determinados sectores é essencial.

2.4.7. Redução da pobreza e desenvolvimento social

Todas as reformas e medidas visam contribuir para o crescimento sustentado da economia para melhorar o nível de vida das populações. Por outro lado, a educação, alfabetização, formação profissional são factores de integração social, evitando a exclusão social. Em Cabo Verde as dificuldades relacionam-se com a assistência médica e medicamentosa, previdência social, financiamento, qualidade de serviço, pelo que as

autoridades, pretendem resolver estas questões complexas e difíceis de resolução, para solucionar parte da questão da pobreza no seu território. De acordo com anexo 9, relacionado com indicadores de saúde, comparando Cabo Verde com outros países africanos em termos de percentagem de crianças que foram vacinadas contra 3 doenças entre 1995-1998, foi de 80%, um valor bastante acima da média de todos os países menos desenvolvidos e 5% acima da percentagem média a todos os países desenvolvidos. Da mesma forma que correlacionado com o estado de saúde das populações se encontra a nutrição das mesmas. Pelo anexo 11, verificamos que Cabo Verde em 1998 detém a melhor performance em termos de alimentação relativamente aos países africanos. Contudo o Estado deve continuar a apoiar os mais carenciados, levando a cabo programas e acções que permitam “erradicar” a pobreza e promover o desenvolvimento social. No anexo 10, verifica-se que o país ainda apresenta valores que comparados com outros países africanos são inferiores, mas apresenta uma evolução positiva, devendo as autoridades prosseguir com as reformas económicas, para dar continuidade à evolução positiva que se tem verificado.

2.5. Evolução Recente da Economia cabo-verdiana

Após a autorização do multipartidarismo, instalou-se um regime democrático e as autoridades do país optaram por uma economia de mercado. As mudanças operadas no país acrescido do facto de se ter implantado uma orientação de inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial, fizeram com que o país fosse um mercado preferencial de IDE. Com as suas instituições democráticas consolidadas, a estabilidade

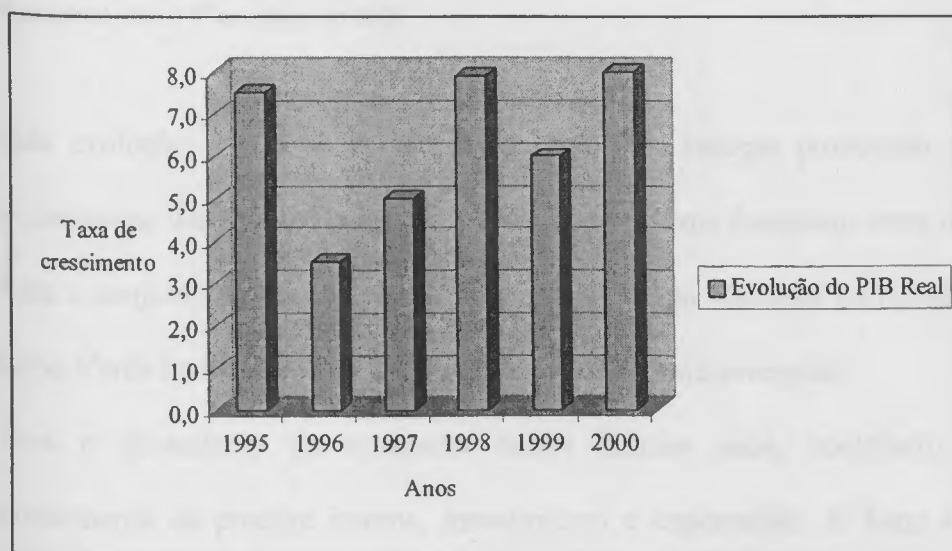
política e o reforço da estrutura económica do país, favorecerá uma continuidade, por muitos anos.

Em 1998, houve uma viragem na economia cabo-verdiana. Várias reformas foram tomadas no sentido da modernização, abertura da economia ao exterior, incentivos à iniciativa privada, conversão da dívida interna (eliminando o ónus para o orçamento de Estado até então superior a 3% do PIB), aceleração das privatizações (atração de capitais, novas tecnologias, estimulando o sector privado e libertando recursos para a conversão do orçamento em geral). O acordo de *stand by* firmado com o FMI (asseguraria a consistência macroeconómica do programa) e o novo regime cambial que assegurava a convertibilidade do escudo cabo-verdiano em escudo português traduzido pelo Acordo de Cooperação Cambial (ACC), consagrava uma paridade fixa da moeda cabo-verdiana face à moeda portuguesa.

2.5.1. Produção, Procura e Preços

A economia cabo-verdiana regista nos últimos anos boas “performances”. De acordo com o anexo 17 e pelo gráfico 1, constatamos que desde 1995 que a economia tem crescido a bom ritmo.

Gráfico 1: PIB REAL (1995-2000)



Fonte: BCV, FMI e BP

Os anos 1996 e 1997 apesar de terem sido anos de crescimento, registaram uma desaceleração, 3,5% e 5% em termos reais respectivamente, devido ao mau ano agrícola. Em 1998 e 1999 o PIB, voltou a crescer a taxas elevadas de 7,9% e 8% em termos reais respectivamente. A avaliar pelos dados disponíveis para o primeiro semestre de 2000, o PIB continuará a expandir, situando-se entre 8-8,4% conforme tabela 2.

Tabela 2: Produto Interno Bruto

Milhões de CVE

	tv. volume	1998 tv preços	valor	tv volume	1999 tv preços	valor	tv volume	2000 * tv preços	valor
C. Famílias	8.0	4.4	42719	9.0	4.4	48600	6.0	-1.0	51001
C. Público	5.4	4.0	11425	11.9	4.0	13294	11.8	4.0	15456
Invest.	-0.4	4.0	20552	16.4	2.4	23739	10.2	-3.5	25402
Export.	-0.5	5.3	10271	31.4	4.3	14079	7.4	4.0	15768
(-) Import.	5.5	1.7	32007	22.9	-1.3	38534	7.8	3.0	42779
PIB	5.9	6.1	52960	8.0	7.0	61178	8.4	-2.2	64849

Fonte: Banco Cabo Verde
disponível para o 1º semestre de 2000

Esta evolução, é reflexo de um dinamismo e da reacção provocada pelas reformas económicas, desde as privatizações, abertura do sistema financeiro entre outros.

Para o conjunto da década de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde houve uma elevação global do rendimento *percapita*.

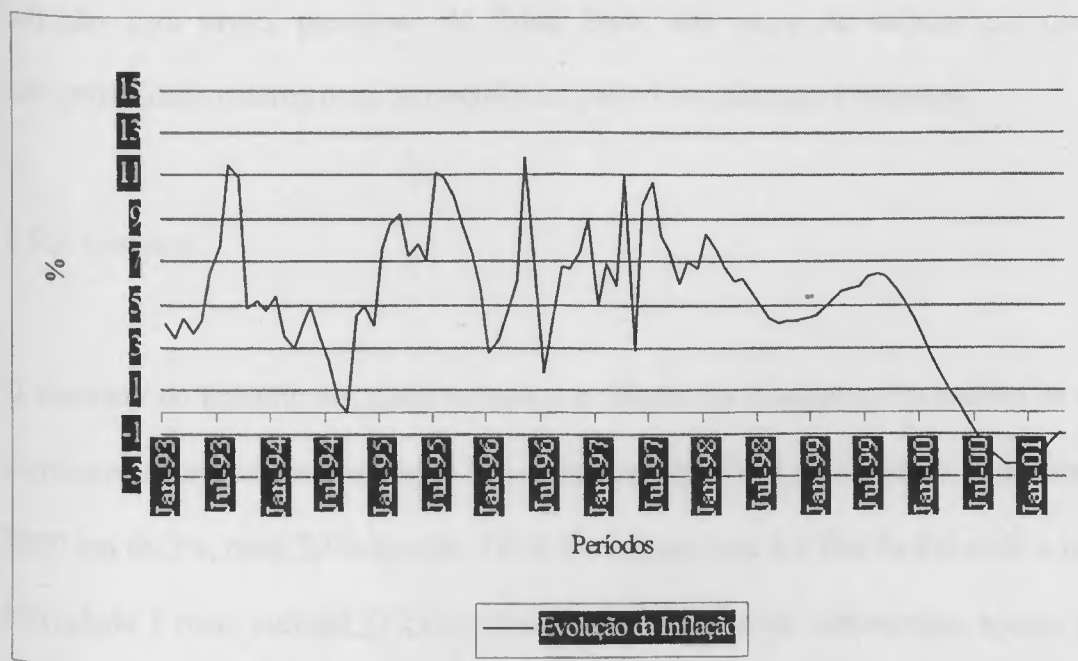
Para o dinamismo da economia destes últimos anos, contribuiu fortemente o crescimento da procura interna, investimento e exportações de bens e serviços, não obstante a rubrica consumo das famílias ser a principal componente da procura. O aumento das trocas externas tem sido relacionado com a abertura da economia ao exterior, sinal de desenvolvimento de uma pequena economia, sendo o programa da privatizações e a entrada de fluxos de capitais (IDE), os “motores” do crescimento. Para a expansão da procura interna em 1999 contribuíram as exportações, 31,4% e o investimento 16,4%. Se em 1998 o valor era de 5,5%, em 1999 disparou para 22,9%²⁵, sendo em 2000 (1º semestre) de 7,8%. A rubrica de consumo privado reflecte uma expansão em 1999, resultado do bom ano agrícola. Em 2000 o crescimento do consumo

²⁵ As importações e o investimento público de 1999 incluem a compra de um ferryboat.

privado continuou a bom ritmo mas encorajado pelas importações. No que respeita ao consumo público, tem evidenciado uma expansão que não é favorável à sustentabilidade da despesa pública. O investimento nestes últimos anos tem estado em expansão em 2000 (10,2%), para o qual contribui a componente pública e privada. O investimento público reflecte, a construção de infraestruturas pelo arquipélago (aeroporto, portos, etc) e, projectos de IDE ligados ao turismo (construção de hotéis). Em termos de exportações, são sobretudo de serviços e, registam nos últimos anos acréscimos significativos.

Quando existe estabilidade de preços, existe credibilidade, com resultados positivos em termos de competitividade e de atracção de capitais. De acordo com o anexo 19 e gráfico 2, podemos constatar que tem havido uma evolução positiva na inflação sobretudo a partir de 1999.

Gráfico 2: Evolução da inflação em Cabo Verde



Fonte: BCV

O abrandamento do aumento dos preços, que se verificou em 1999, conduziu a níveis reduzidos de inflação. A inflação acumulada em 1999 registou um valor negativo de 1,54%, isto é, a inflação homóloga que era de 8,3% registava em Dezembro de 1999 um valor negativo, tendo continuado a decrescer até aos (-2,6%) apurados em Maio de 2000. Porém devido à evolução dos preços dos combustíveis a nível mundial a taxa média de inflação em Dezembro de 2000 era cerca de 2,0%.

A evolução do IPC (índice de preços no consumidor) justifica-se pela boa campanha agrícola, permitindo o normal abastecimento dos mercados, pressionando os preços à baixa do lado da oferta. Por outro lado o Banco Central adoptou uma política monetária restritiva contribuindo para a redução de pressões inflacionistas pelo lado da procura.

O reconhecimento da importância de um ambiente macroeconómico estável, para o investimento e crescimento tem levado as autoridades a apostar no combate à inflação (quase sempre a um dígito). Por outro lado o novo enquadramento cambial com a paridade fixa face ao escudo português e ao euro, obriga as autoridades a controlar a inflação para níveis próximos da Zona Euro, sob pena de colocar em causa a competitividade externa com consequências para o crescimento e emprego.

2.5.2. Emprego

O mercado do trabalho em 2000 reflecte a evolução da economia. Da análise de dados disponíveis apresentados no anexo 20, a taxa de actividade situou-se no 3º trimestre de 2000 em 66,3%, mais 3,1% que em 1999. De registar que é a ilha do Sal onde a taxa de actividade é mais elevada (77,1%). Em termos de taxa de desemprego apesar de ter existido uma evolução positiva em relação a 1999, ainda se situa a níveis muito

elevados, situando-se em 20,9% em 2000, menos 4,5% que em 1999. Mas Cabo Verde sempre teve taxas elevadas que comparadas outras em termos internacionais, na tabela 3 verificamos que são elevadas, em relação à zona euro quer para os E.U.A..

Tabela 3 – Indicadores Internacionais- E.U.A. e Área Euro

	Em %		
	1998	1999	2000
Tx desemprego E.U.A ¹	-	4,1	4,0
Tx desemprego Área Euro ³	10,9	10,0	9,2 ²

Fontes: Adaptação. Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, Outubro 2000; Federal Reserve Board of Governors; Department of Labor

¹ Dez 99, média de Jan. a Nov. 2000; ² Setembro;

³ Valores corrigidos de sazonalidade.

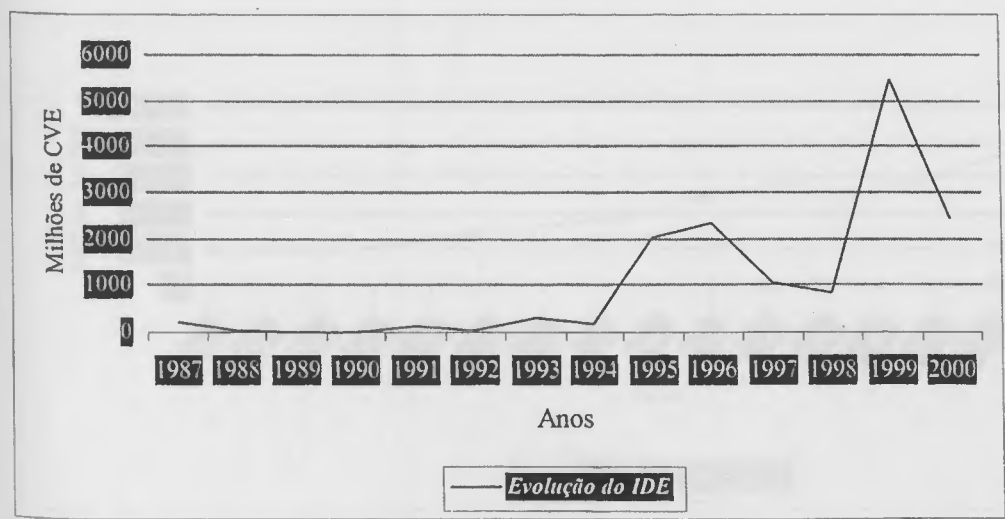
2.5.3. Contas Externas

As reformas empreendidas na economia reflectem a alteração do padrão de especialização internacional, levando a um melhor aproveitamento das potencialidades do país, mas sem deixar de estar dependente do exterior. Isto, pressupõe algumas alterações na Balança de Pagamentos, que no anexo 21, evidencia um aumento das exportações de bens e serviços a partir da década de 90 e captação de IDE²⁶.

Um dos elementos que se tem destacado nestes últimos anos é o IDE e de acordo com o gráfico 3, verificamos essa evolução positiva.

²⁶ O IDE realizado em Cabo Verde, segundo a Promex, destacam-se 76,6% afectos a hotéis e outros investimentos no sector do turismo e 9,9% destinados à indústria transformadora. A maioria dos fluxos, destinam-se a participar no programa de privatizações, no sector financeiro, telecomunicações, distribuição, produção, etc.

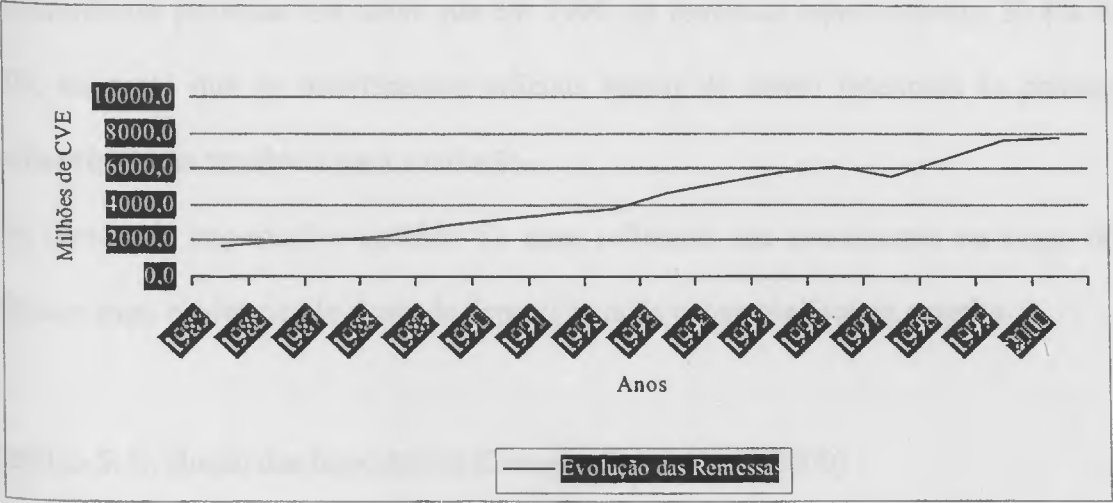
Gráfico 3: Evolução do IDE (1987-2000)



Fonte: BCV

Países como Portugal, Reino Unido e Itália destacam-se positivamente conforme anexo 22, atingindo o valor de 5432 milhões de CVE em 1999, cerca de 10% do PIB de acordo com anexo 21, contribuindo para a melhoria da posição externa do país. Como se constata pelo anexo 22 o IDE até Setembro de 1999 pressupunha a criação de empregos. Assim em termos de empregos previstos o número era superior a 4000, repartidos pelos sectores do turismo e indústria. Para o ano 2000 o valor programado era de 5800 milhões de CVE. Esta situação tem consequências positivas na Balança Global, com impacto nas reservas cambiais, ajudando o regime de câmbios fixos. Para além da, confiança nos investidores, que podemos verificar pelos montantes de IDE, bem como pelas remessas dos emigrantes que têm evoluído favoravelmente e que de acordo com o gráfico 4 evidenciam essa tendência, devido em parte ao Acordo de Cooperação Cambial.

Gráfico 4: Evolução das Remessas (1985-2000)



Fonte: BCV

A este Acordo estava associada uma facilidade de crédito²⁷, para fazer face a insuficiências de reservas cambiais cabo-verdianas, tendo sido sacada ao longo de 1999 para eliminação dos “atrasados cambiais”, pagamentos ao exterior em atraso, pela falta de divisas, sendo eliminada esta situação em inícios de 2000.

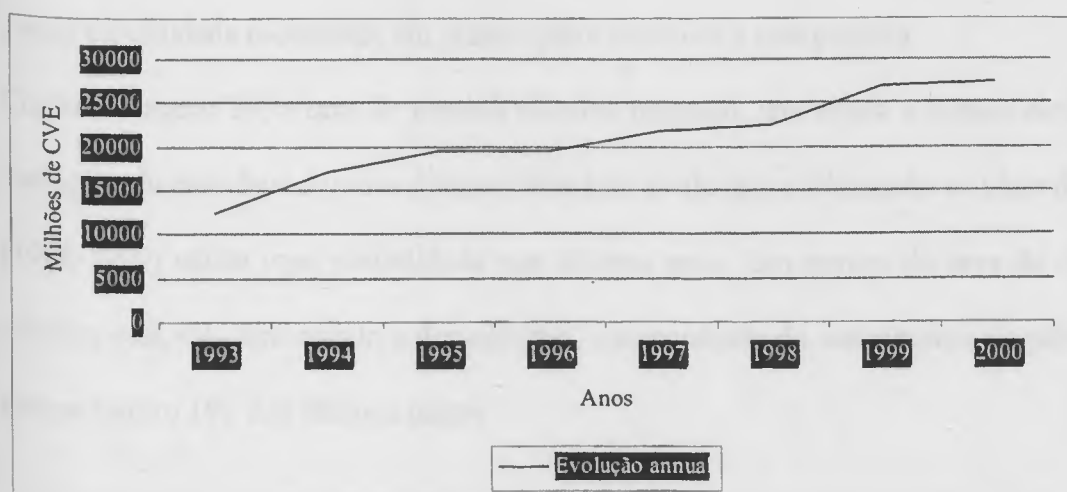
No que respeita à Conta Corrente, evidência ao longo dos anos défices constantes, registando-se em 1996, o menor défice. De 1998 para 1999, o agravamento do défice, reflecte, em grande parte a aceleração do crescimento económico - construção e turismo, agravando a rubrica das importações, assim como as sequelas do conflito na Guiné-Bissau, que provocou um desvio de rotas marítimas. Importante será referir que as reexportações de combustíveis passaram de 1569 em 1998 para 607 milhões de CVE em 1999, estimando-se para 2000, 2253 milhões de CVE. Contudo, estes factores são parcialmente compensados pelas remessas dos emigrantes (anexo 23). De registar que as transferências privadas têm tido uma evolução bastante positiva ao longo da década, mais que duplicaram de valor durante os anos 90, sendo as remessas provenientes dos

²⁷ Disponibilizada a curto prazo pelo Tesouro português.

E.U.A., Portugal e Países Baixos (Holanda), as que /mais contribuíram para o saldo das transferências privadas. De notar que em 1999, as remessas representavam 20,8% do PIB, enquanto que as transferências oficiais apesar de serem inferiores às privadas evidenciam uma tendência para a redução.

Em termos de importações (gráfico 5), estas reflectem um crescimento ao longo dos últimos anos, evidenciando a grande dependência da economia face ao exterior.

Gráfico 5: Evolução das Importações Cabo-verdianas (1993-2000)



Fonte: BCV

A progressão negativa do ano de 1998 para 1999 deveu-se à forte subida do preço internacional do petróleo: o preço de Brent subiu 39% em relação a 1998. As exportações de mercadorias têm evoluído favoravelmente, pelo que se espera um prolongamento desta tendência conforme anexo 21.

O saldo da Balança de Capitais e Operações Financeiras, manteve-se constante até 1998. Em 1999 quase que triplicou registando 11954 milhões de CVE, contra os 4310 milhões de CVE em 1998, contribuindo para este forte aumento o IDE e a entrada de cerca de metade das contribuições estrangeiras para o *Trust Fund*. No entanto devido ao

processo de privatizações e consequente entrada de capitais, as reservas de divisas aumentaram.

2.5.4. Política Cambial

O ACC, pressupõe que a política cambial prosseguida por Cabo Verde esteja definida pelo *peg* do escudo cabo-verdiano face ao escudo português, desde 1998. Em Janeiro de 1999 o *peg*, passou a estar directamente ligado ao euro. Se Cabo Verde, a partir de 1998 sentiu estabilidade monetária, em grande parte deveu-se a esta política.

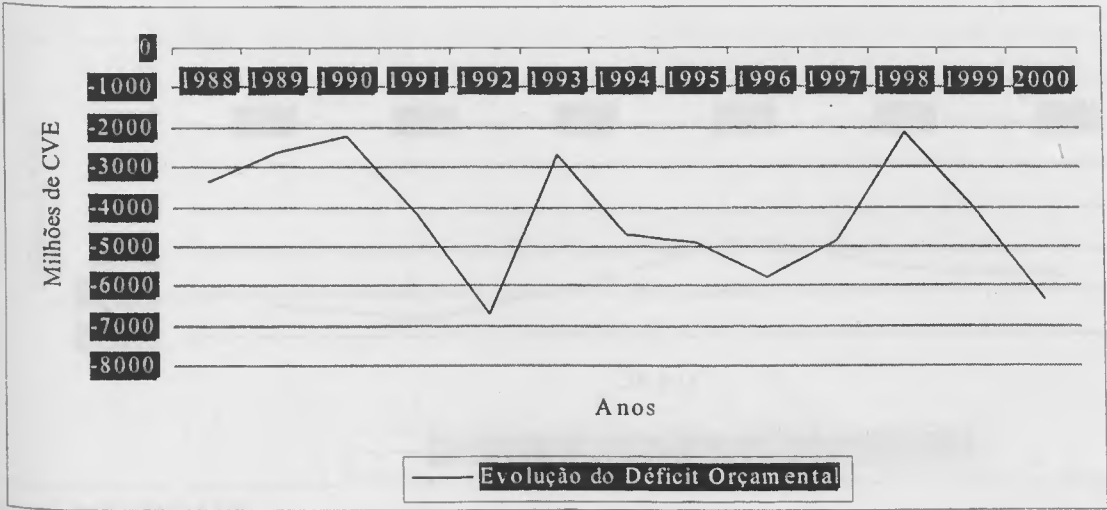
Conforme anexo 26, a taxa de câmbio efectiva nominal, tem vindo a flutuar devido às variações do euro face a outras divisas. Mas pela evolução, evidenciada na série de anos (1988-1999) existe uma estabilidade nos últimos anos. Em termos de taxa de câmbio efectiva real, esta tem estado a desvalorizar, consequência do crescimento negativo dos preços (anexo 19), nos últimos meses.

2.5.5. Política Orçamental

O abandono do modelo de desenvolvimento cabo-verdiano (centralizado e relativamente fechado ao mundo), levou à abertura do país, à liberalização económica, menor intervenção do estado na economia, passando por reformas a todos os níveis. Sabemos que o saneamento orçamental é fundamental para o sucesso da estabilidade. A contenção do défice orçamental é com efeito determinante para a estabilidade, assim, modernizar a economia e promover o crescimento e a estabilidade foram esforços

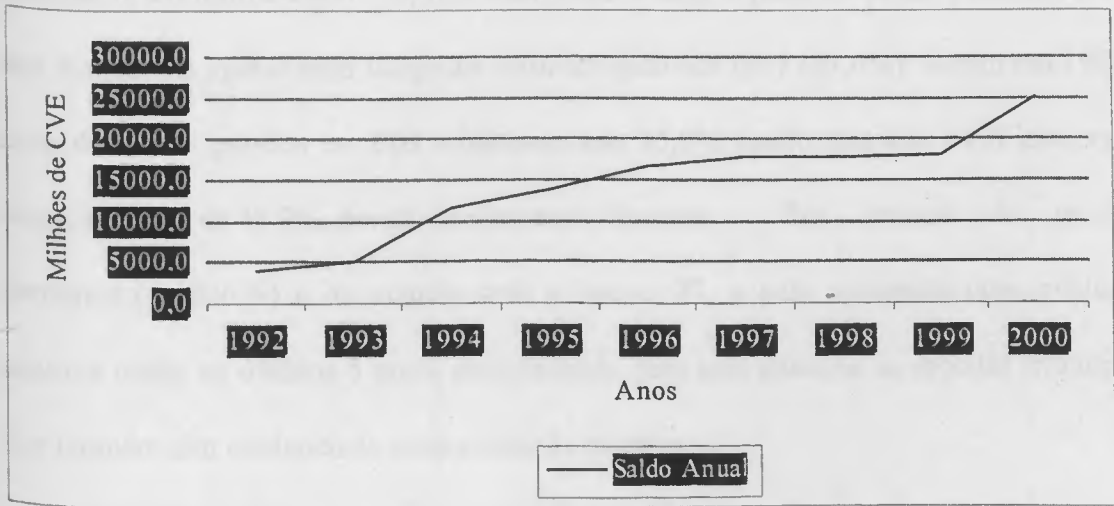
envolvidos pelas autoridades. Nos últimos anos a política orçamental tem sido expansionista conforme podemos constatar pelos gráficos 6 e 7.

Gráfico 6: Déficit Orçamental (1988-2000)



Fonte: BCV

Gráfico 7: Dívida Pública (1992-2000)

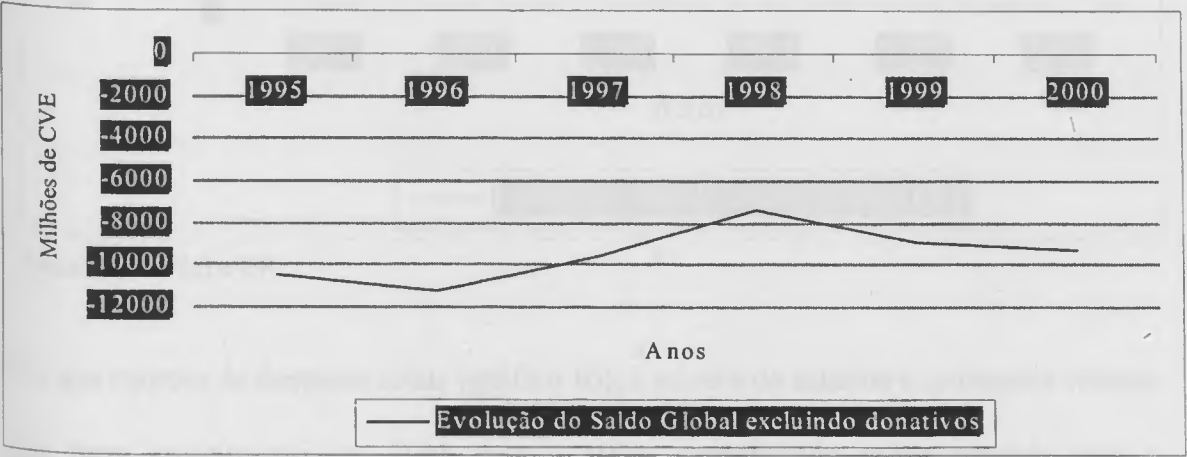


Fonte: BCV

De acordo com o anexo 27 e gráfico 8, o saldo Global tem evidenciado nos últimos anos (1998-2000) uma evolução negativa, da mesma forma o saldo Global excluindo

donativos tem apresentado um défice cada vez maior, sendo esta evolução determinante para o défice da Balança Corrente Externa.

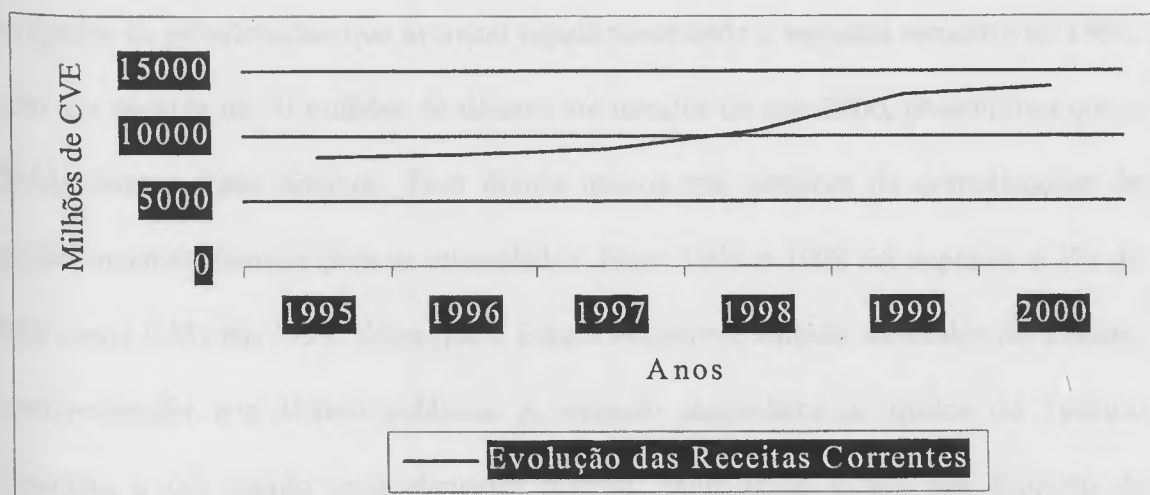
Gráfico 8: Saldo Global excluindo donativos (1995-2000)



Fonte: BCV, FMI e BP

Verifica-se igualmente, em termos de saldo primário um défice cada vez mais acentuado. Conforme anexo 28, nos dois últimos anos o peso do sector público no PIB tem aumentado apesar estar longe do valor atingido em 1997 (41,4%). Assim em 1998 o peso do sector público no PIB situava-se nos 35,9% sendo que em 1999 este valor aumentou para os 38,0%, devido às despesas correntes. Em termos de receitas correntes (gráfico 9) e de acordo com o anexo 27, o país apresenta uma evolução positiva desde os últimos 5 anos, contribuindo para esta situação as receitas tributárias que também têm evidenciado uma evolução positiva.

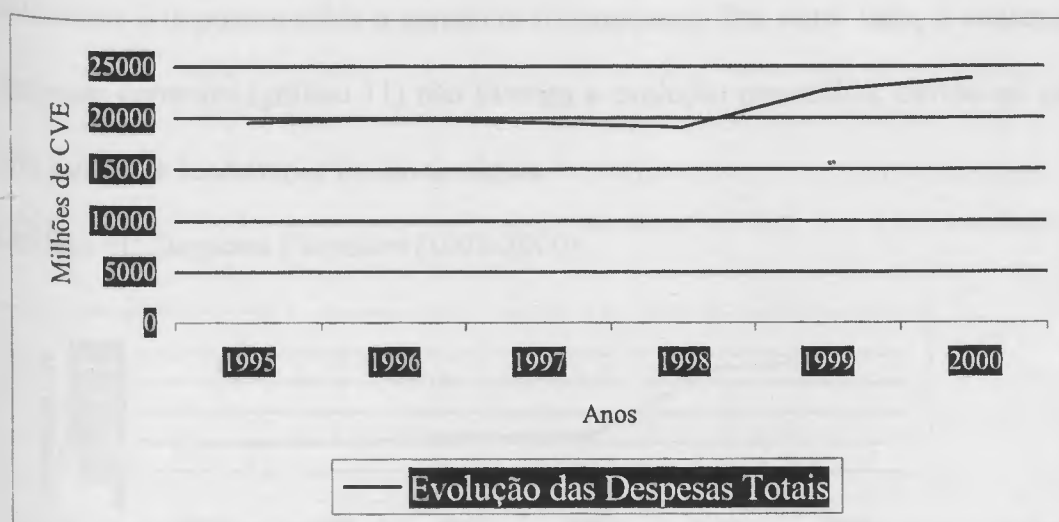
Gráfico 9: Receitas Correntes (1995-2000)



Fonte: BCV, FMI e BP

No que respeita às despesas totais (gráfico 10), a rubrica de salários e ordenados reflecte um forte crescimento em 1999 face a 1998, contribuindo negativamente para o orçamento. Isto deveu-se ao programa extraordinário contra a seca e reforço de pessoal em sectores sociais cabo-verdianos.

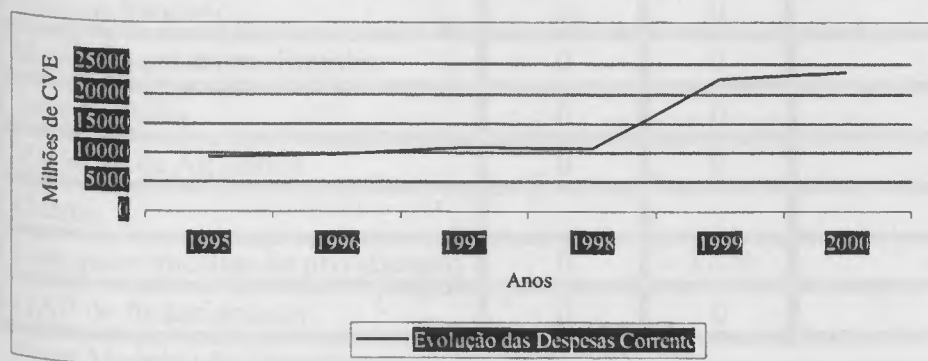
Gráfico 10: Despesas Totais (1995-2000)



Fonte: BCV, FMI e BP

Os dados disponíveis para o ano 2000 evidenciam um crescimento desta rubrica. O programa de privatizações que avançou rapidamente após o segundo semestre de 1999, com um encaixe de 70 milhões de dólares até meados do ano 2000, possibilitou que a dívida interna fosse aliviada. Essa dívida interna era geradora de complicações de gestão macroeconómica para as autoridades. Entre 1996 e 1998 foi superior a 3% do PIB contra 0,2% em 1994, altura que o Estado recorreu à emissão de títulos do Tesouro para responder aos défices públicos. A emissão sistemática de títulos do Tesouro conduziu a um rápido endividamento interno. Mais tarde surgiu um projecto de conversão dos títulos da dívida interna em novos títulos, cuja remuneração ficaria indexada ao rendimento de um *Trust Fund* em divisas (gerido pelo BP a pedido do Governo de Cabo Verde). Este *Trust Fund* recebia contribuições externas (donativos) e receitas de privatizações. Segundo o BCV, em meados de 2000 uma grande parte da dívida interna já tinha sido convertida em títulos do *Trust Fund* (cerca de 100 milhões de dólares), sendo menos oneroso para o Estado cabo-verdiano. Desta forma se destaca ao fim de 5 anos um saldo corrente positivo, devido às receitas não-tributárias, tributárias e impostos sobre o comércio internacional. Por outro lado, a contenção das despesas correntes (gráfico 11) não tiveram a evolução pretendida, devido ao aumento dos salários e contratação de funcionários.

Gráfico 11: Despesas Correntes (1995-2000)



Fonte: BCV, FMI e BP

De acordo com a tabela 4, e analisando o financiamento dos défices, após a ratificação do Acordo de Cooperação Cambial constata-se que tem sido conseguido o financiamento mediante a entrada de empréstimos e donativos. Em 1999, o desembolso foi conseguido através das receitas de privatizações. Em 2000, e de acordo com o orçamento rectificativo o desembolso seria feito através de receitas de privatizações, fontes externas e recursos internos através de empréstimos junto do sistema bancário. Contudo prevê-se no futuro uma redução do défice e uma contenção das despesas correntes.

Tabela 4: Financiamento das Operações Fiscais do Estado

	Unidades Milhões de CVE		
	1998	1999	2000 orçamento rectificativo
Financiamento	2110	4503	5466
Externo liquido	2110	795	2693
Desembolso	2991	3345	3967
Amortizações	-965	-2550	-1274
Variação de Atrasados	65	0	0
Reescalonamento de Atrasados	19	0	0
Interno liquido	0	3708	2774
Sistema bancário	0	0	1795
Novos empréstimos líquidos	0	0	1795
Amortizações	0	0	0
Variação de Atrasados	0	0	0
Outros			
Dos quais: receitas de privatização	0	3708	979
GAP de financiamento	0	0	1

Fonte: Ministério das Finanças

2.5.6. Política Monetária

Com a celebração do ACC com Portugal, a política monetária ficou condicionada pela necessidade de suportar a paridade da moeda nacional de Cabo Verde. Assim, a política monetária actual, implica que o Banco de Cabo Verde reforce a sua capacidade de intervenção ao nível da fiscalização, supervisão, coordenação de actividades das instituições financeiras assim como criando condições para aplicar os instrumentos de intervenção monetária visando dessa forma uma maior eficácia.

A condução da política monetária cabe ao Banco de Cabo Verde (BCV), tendo em conta as directrizes de política económica do governo, estando a sua acção direccionada para a estabilidade cambial, pautando-se pela manutenção das reservas cambiais, para reforçar o regime de câmbios fixos, não esquecendo como objectivo intermédio a estabilidade de preços, verificada nestes últimos anos.

Apesar de algumas dificuldades verificadas após a entrada em vigor do acordo cambial, resultantes da existência de “atrasados cambiais”, assistiu-se a uma evolução positiva a partir de finais de 1999, devido às privatizações e financiamentos.

Actualmente e, no que respeita à política monetária, a oferta de moeda é endógena, implicando que a autoridade monetária esteja atenta no que se refere ao crédito interno.

Segundo anexo 29, podemos verificar que os activos internos, concretamente o crédito interno tem tido uma expansão, estimando-se que continue a crescer. Assim, em 1999, este cresceu 11,4% contra os 6,1% em 1998. *“Em 2000, a taxa de crescimento será de 19,58%. Este forte crescimento é explicado por um lado pelas necessidades de financiamento do Estado e por outro, pela assunção de empréstimos a bolseiros e*

titularização de divisas do Estado consolidadas junto do sistema bancário (daí a retracção simultânea do crédito à economia). ”²⁸

Desta forma, o crédito à economia não sofreu grande variação relativamente a 1999, traduzindo-se essa variação em 15,7%, concluindo-se que é o sector financeiro quem disponibilizou grande parte dos recursos para apoiar a actividade económica.

No que se refere à posição externa, conforme anexo 17 apesar de alguns anos de estagnação, em 1999 registou uma variação de 43,7% relativamente a 1998, induzindo a um aumento da liquidez relativamente ao stock de massa monetária inicial. Porém, a massa monetária nesse ano teve um acréscimo de 15,2% (acima do programado), em consequência do crescimento económico. Se se pensava que existissem pressões inflacionistas, estas foram superadas pelas pressões do lado da oferta.

Em termos de disponibilidades liquidas sobre o exterior, estas nos últimos anos têm evidenciado uma certa instabilidade. É certo que em 1998 esta rubrica registou uma quase estabilização, no entanto em 1999, registou-se um acréscimo acentuado, devido ao encaixe das receitas das alienações de participações do Estado em empresas públicas. Contudo, devido ao défice externo do país e a premente necessidade de financiamento para lhe fazer face e, a impossibilidade de obter os financiamentos em consequência dos atrasos nos recebimentos do programa de privatizações e da ajuda externa, provocou uma redução de reservas em divisas.

O Banco Central e no que se refere à condução da política monetária tem utilizado o instrumento da taxa de juro para regular o mercado primário de liquidez, para cumprir o objectivo das reservas externas por forma a assegurar a estabilidade cambial assim como a secagem de liquidez no sistema que seja excedentária, contribuindo para um

²⁸ ver Boletim Económico do Banco de Cabo Verde/Dezembro de 2000.

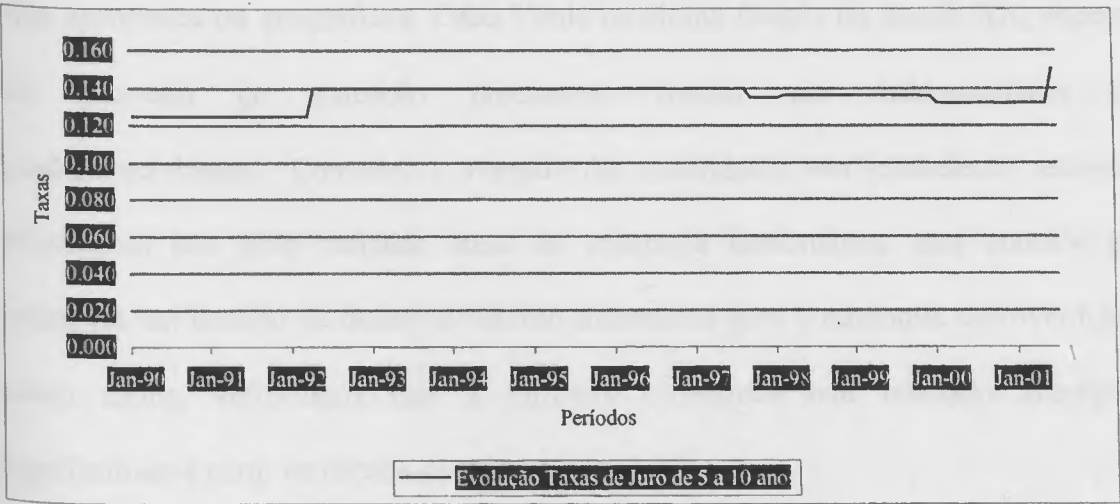
melhor funcionamento dos mercados interbancários. Igualmente, o Banco Central, elevou o coeficiente de reservas obrigatórias de 15% para 18% provocando um aperto da política monetária em consequência da falta de imposição de limites de crédito aos bancos comerciais. A melhoria do funcionamento dos mercados interbancários, insere-se na modernização do sector financeiro que está em curso.

De acordo com o anexo 31, a taxa de colocação de Bilhetes do Tesouro (BT's), que vinha a reduzir-se nos últimos anos registou em Dezembro de 1999 o mínimo histórico de 5,37%. Acompanhando esta evolução a taxa de redesconto que até Dezembro de 1998 se situava nos 10,5% reduziu-se em 2%, passando desde essa data a situar-se nos 8,5%. Porém e de acordo com o Banco de Cabo Verde, devido a pressões que se verificaram no mercado primário da dívida pública no primeiro trimestre de 2000 provocou um novo máximo na taxa de colocação de BT's em Agosto de 2000, atingindo os 9,5%.

Conforme anexo 30 e pelo gráfico 12, as taxas de juro na área do euro atingiram em Setembro de 2000, 4,9% (a 90 dias) quando em Dezembro de 1998 era de 3,2%. Em Agosto de 2000 a taxa de juro em Cabo Verde situava-se nos 4,26%, este acompanhamento relativo das taxas de juro é explicado pela paridade internacional das taxas de juro e numa perspectiva da estabilidade cambial do escudo cabo-verdiano face ao euro.

Por outro lado, e de acordo com o anexo 31, as taxas de juro activas a 90 dias situavam-se nos últimos anos nos 12,0% evidenciando uma certa estabilidade, apesar de serem relativamente a Portugal superiores em cerca de 2%, por outro lado as taxas de juro activas de longo prazo na década de 90 têm evidenciado uma determinada estabilidade apesar de se verificar um aumento em 2001 como constatamos no gráfico 12.

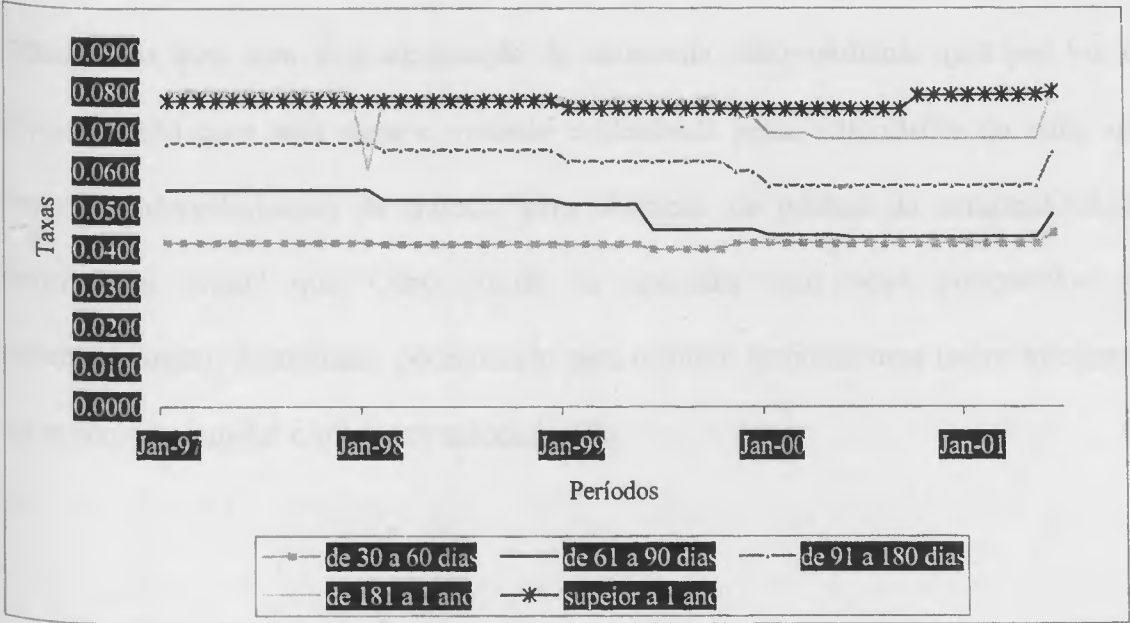
Gráfico 12: Taxas de Juro activas de longo prazo



Fonte: BCV

Em termos de taxas de juro passivas (gráfico 13), praticadas pelo sistema bancário, encontram-se a níveis elevados não acompanhando a evolução da taxa de inflação no país, no entanto podemos verificar uma ligeira redução das taxas passivas nos últimos anos com excepção em 2001.

Gráfico 13: Taxas de Juro passivas



Fonte:BCV

Em suma, constatámos que apesar dos condicionalismos nos mais variados domínios da vida económica ou geográficos, Cabo Verde na última década do século XX, encetou um processo de transição procurando marcar um distanciamento do subdesenvolvimento. Contudo, a vontade das autoridades em estabelecer reformas económicas nas mais variadas áreas da economia demonstram essa vontade em promover um modelo de desenvolvimento sustentável para a economia cabo-verdiana. Desta forma, verificámos que a estrutura económica tem revelado alterações significativas a partir da década de 90 do século XX.

A celebração do ACC, que se traduziu em nossa opinião numa continuidade das reformas operadas, a disciplina orçamental e monetária passaram a ser condição essencial no quadro das reformas económicas. Neste sentido, a economia cabo-verdiana tem assistido nos últimos anos (após 1998) a uma evolução positiva, com taxas de crescimento do PIB real significativas, assim como outros indicadores macroeconómicos a registarem níveis invejáveis, que por si só reflectem a boa condução da política económica por partes das autoridades do país.

Concluimos que, com a modernização da economia cabo-verdiana, quer por via da diversificação quer pelo rigor e vontade evidenciada pelas autoridades do país, sem recurso à desvalorização da moeda, para obtenção de ganhos de competitividade, permite-nos referir que Cabo Verde se encontra com boas perspectivas de desenvolvimento económico, potenciando para o futuro próximo uma maior integração na economia mundial e sua internacionalização.

3 – Integração Monetária

Neste capítulo, propomos abordar e estudar a temática da Integração Monetária através da apresentação da teoria tradicional das Zonas Monetárias Óptimas (ZMO), a qual teve a sua origem com Mundell (1961), tendo sido posteriormente retomada pelos trabalhos de Ingram, Mckinnon, Kenen entre outros.

Inicialmente, esta teoria suscitou interesse e foi alvo de discussão, no entanto progressivamente foi perdendo relevância. Com o processo de construção europeia, a Teoria das ZMO foi alvo de novo interesse e de discussão por parte de diversos autores entre os quais De Grauwe.

Assim, pretendemos analisar em termos particulares, se através da celebração do ACC, existe entre estes Estados uma ZMO ou algo de idêntica natureza. É ainda feita uma abordagem a uma zona de idêntica natureza entre Estados africanos e a França, mais concretamente a Zona do franco CFA.

3.1 - Zonas Monetárias Óptimas – Teoria tradicional

Mundell, num artigo publicado em 1961, criou os fundamentos da teoria “clássica” das ZMO, posteriormente outras contribuições foram feitas, nomeadamente por Mckinnon (1963), Kenen (1969), Fleming (1971), Ingram (1973) entre outros. Inicialmente, os fundamentos das ZMO pretendiam definir as condições que minimizavam os custos para os países que optassem por um regime de câmbios fixos. Este regime cambial permitiria maior estabilidade económica, fomentando o comércio entre os países da zona bem como uma melhor afectação de recursos. Porém, após a derrocada do sistema

de Bretton-Woods e a passagem para um sistema de câmbios flexíveis, o desenvolvimento da teoria das ZMO que até então tinha tido grande relevância, foi “esquecida” sendo retomada aquando da criação da moeda única na Europa, através de um documento da Comissão Europeia (1990) que veio defender as vantagens para os países da Comunidade Europeia avançarem para uma União Monetária.

A União Económica e Monetária (UEM) é um exemplo de zona de integração monetária. Uma União Monetária é um dos estádios mais avançados de integração económica, implicando a eliminação de obstáculos à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.

A participação numa União monetária implica ainda a renúncia por parte dos estados participantes de uma parte da sua soberania em prol de uma entidade supranacional que define as políticas a aplicar nos estados membros. A constituição de uma União Monetária implica a criação de um Banco Central que assume e exerce a política monetária. Desta forma, a teoria das ZMO serviu de base para a criação da UEM, recorrendo-se a ela sempre que vários países pretendem criar uma ZMO, abdicando das suas moedas em favor de uma moeda única, conduzindo à situação de uma zona monetária completa. Podemos dizer que uma zona monetária completa implica desde logo uma liberdade de circulação de capitais, isto é, a possibilidade sem restrições de um residente de um qualquer estado membro poder transferir meios de pagamento para qualquer estado da união e ainda a existência de uma moeda única implicando desta forma uma política cambial única. Caso contrário, quando os países mantêm as suas moedas e apenas decidem manter as taxas de câmbio fixas irrevogáveis, o resultado é uma zona monetária incompleta. Porém, existem custos e benefícios decorrentes deste processo de integração monetária. Em termos de custos e benefícios associados à

criação de uma zona monetária completa ou incompleta²⁹, e retomando a teoria defendida por Mundell, De Grauwe (1992) refere que o custo associado de se optar por um regime de câmbios fixos reside na impossibilidade de um país poder alterar o preço da sua moeda em relação a outra, contudo esta situação também pode ser analisada como um benefício, devido à não utilização do instrumento cambial para responder a choques assimétricos (perturbações não antecipados sobre a procura ou oferta, com repercussões diferenciadas nos vários países), com implicações no equilíbrio interno e externo, podendo apenas ser resolvidos através de mecanismos automáticos de ajustamento. Por outro lado, a política monetária perde autonomia para manter determinados níveis de inflação e desemprego. Mais, se existirem grandes diferenças nas estruturas económicas dos países membros de uma zona monetária poderão existir custos em todo o processo, assim, destacamos a importância que é dada pelos países ao desemprego e à inflação, existindo um custo para os países inflacionistas, que orientam a política cambial para combater o desemprego. Naturalmente que o recurso à taxa de câmbio, depreciando a moeda possibilitava uma melhoria na competitividade externa, já que os produtos nacionais se tornam mais baratos, mas com implicações negativas sobre as importações e dramáticas para o país no caso de ser muito dependente do exterior. Assim variações cambiais provocadas pelas autoridades monetárias levam à perda de credibilidade e provocam desequilíbrios internos e externos, daí que haja uma preocupação constante para criar condições para a estabilidade de preços, contribuindo para o crescimento económico sustentado, aproximando as taxas de crescimento económico dos países da zona monetária. Poderão existir custos da perda do instrumento cambial, devido aos diferentes graus de abertura das economias e dos seus

²⁹ Pode ser aplicada a zonas monetárias completas ou incompletas, mas o ACC luso cabo-verdiano será abordado como uma zona monetária incompleta.

sistemas fiscais bem como de diferenças do mercado de trabalho, isto é, mobilidade laboral e flexibilidade salarial.

Mundell, refere que uma ZMO como área económica é aquela em que a mobilidade dos factores produtivos é perfeita, particularmente o factor produtivo trabalho, isto porque no caso dos preços e salários serem rígidos à baixa então a mobilidade do factor produtivo trabalho assume grande importância.

Se considerarmos dois países, ou regiões, A e B e que estabelecem relações económicas entre si, estando em equilíbrio interno e externo, isto é, pleno emprego e BTC em equilíbrio, se a procura de produtos do país A se deslocasse para o país B (alteração de gostos ou alterações de preços), seria de esperar no país A desemprego (devido à rigidez salarial à baixa), diminuição da produção e problemas na BTC, pelo que o ajustamento seria conseguido, por via do mercado do trabalho ou de uma decisão das autoridades do país A que utilizariam a taxa de câmbio, desvalorizando a moeda, não sendo esta situação compatível por definição de ZMO. No país B, haveria um aumento do produto e pressões inflacionistas devido da exigência de salários mais elevados pelos trabalhadores, resultado de um aumento da procura de trabalho. Este aumento salarial resultaria num aumento da inflação em B, com consequências negativas na competitividade, contudo o desemprego que se verificasse em A seria resolvido devido à migração de mão-de-obra excedentária. Desta forma, este choque provocaria um aumento da inflação em B mas para que esta situação não se tornasse permanente existiriam mecanismos que permitiriam resolver estes desequilíbrios. Assim, através da flexibilidade/mobilidade do factor produtivo trabalho quer pela via salarial (redução dos salários reais em B, devido às reduções de reivindicações salariais, o problema da inflação em B seria resolvido, sem implicações na competitividade da

economia) ou deslocação de trabalhadores de A para B, o desemprego existente em A e, o excesso de procura de trabalho e a inflação em B seriam resolvidos. Outro ajustamento que seria possível, que Mundell apresentou e que foi desenvolvido por Kenen (1969) refere-se a uma possível integração fiscal entre os países A e B, assim, por via da aplicação de um imposto sobre o consumo no país B, levando a uma contracção da procura. A transferência da receita gerada pelo imposto sobre o consumo para o país A, que ao canalizá-la sob a forma de transferências para as famílias, estimularia o consumo no país A e desta forma, assistiria à reposição da procura interna. Em último caso, e na impossibilidade de se colocar em prática qualquer destes mecanismos de ajustamento, apenas com alterações da paridade cambial se resolveriam os desequilíbrios verificados em ambas as economias. Os termos de troca seriam alterados mediante uma desvalorização da moeda entre a moeda do país A e B, com implicações positivas na competitividade e desemprego de A e nas pressões inflacionistas verificadas em B, não se verificando alterações no equilíbrio da BTC de ambos os países.

Com a perda de autonomia da política monetária e a impossibilidade de recorrer ao cambial, as acções das autoridades monetárias tornam-se condicionadas, assim, ao colocarem em prática políticas de carácter expansionista ou "contraccionista, teriam consequências nos termos de troca e na competitividade do país que as aplicasse.

Podemos concluir que a integração monetária bem sucedida, com a impossibilidade de ajustamento cambial, só se torna possível através da flexibilidade salarial, preços e mobilidade do factor produtivo trabalho. Por outro, os custos do processo de integração monetária serão tanto maiores quanto mais reduzido for a mobilidade do factor produtivo e maior a rigidez de salários e preços. Como resultado desta análise, podemos

determinar critérios que nos levam a concluir se dois ou mais países formam entre si uma ZMO, excluindo a necessidade de alteração da paridade cambial para corrigir os desequilíbrios sofridos nas suas economias em consequência de choques assimétricos.

No que se refere aos benefícios/vantagens resultante da criação de uma zona monetária, estes verificam-se ao nível da diminuição da incerteza cambial, quer estejamos perante uma zona monetária completa ou incompleta, uma vez que a taxa de câmbio entre os países intervenientes se encontra fixa, pelo que os agentes económicos poderão adoptar os seus comportamentos em termos económicos sem qualquer risco (cambial), por outro lado, poderá provocar uma redução da taxa de inflação e de juro na zona devido à perda de autonomia da política monetária que impossibilita expandir a oferta de moeda, provocando nas autoridades monetárias uma inoperância quanto à sua acção.

3.1.1 – Critérios inerentes a uma Zona Monetária Óptima

Os critérios de sucesso que nos permitem afirmar que dois ou mais países formam uma ZMO entre si, derivam de:

- Existência de mobilidade factorial (trabalho)

Este critério, estudado e desenvolvido por Mundell (1961), refere que a mobilidade do factor produtivo trabalho permite, caso se verifique desemprego num país e elevados níveis de procura de trabalho no outro, que o equilíbrio de pleno emprego seja reposto sem que haja necessidade de recorrer ao instrumento cambial. Se por um lado os salários de uma economia não descerem nem os desempregados da outra emigram para o país onde existem pressões na procura de trabalho o ajustamento para o equilíbrio terá impactos negativos na inflação na outra economia. As autoridades terão um dilema:

ou controlam a inflação e não equilibram a BTC ou equilibram a BTC e toleram inflação. Este dilema apenas poderia ser resolvido através de uma revalorização da moeda da segunda economia face à outra por forma a atingir o equilíbrio inicial. Assim caso a mobilidade não se verifique seria necessário recorrer ao ajustamento cambial que faria deslocar a procura de bens de um país para o outro, retomando o pleno emprego.

- Existência de flexibilidade salarial

Caso existam choques assimétricos ocorridos numa economia e com repercussões no emprego, ou seja, gerando desemprego ou pressões sobre a procura de trabalho, podem ser atenuados se existir flexibilidade salarial. O ajustamento por via salarial teria tendência para a redução ou elevação dos níveis salariais num país, enquanto que no outro se verificaria o oposto, repondo o equilíbrio no mercado do trabalho, mas, haveria uma redução de preços num país e um aumento no outro. Assim os impactos sobre a competitividade de ambos os países serão contrariados equilibrando a BTC.

- Existência de integração fiscal

Segundo Ingram (1962) e Kenen (1969), ao fundamentarem este critério referem que o desequilíbrio existente, provocado por um choque assimétrico com consequências inflacionistas num dos países, seria resolvido mediante políticas fiscais restritivas, aplicação de um imposto sobre o consumo, cuja receita seria transferida para o país que enfrentasse problemas de redução na procura de produto, e posteriormente canalizado sob a forma de transferências para a economia de forma a estimular a procura até ser atingido o equilíbrio. No entanto, se a solução é de difícil implementação, sobretudo se o choque na procura for persistente e permanente, as transferências não resolvem o

problema, apenas atenuam parte das dificuldades do país afectado, pelo que, no caso do choque ser permanente o ajustamento terá que ser feito através dos preços e salários ou da mobilidade do trabalho.

Segundo De Grauwe (1999), as transferências entre países devem ser temporárias, sob pena de travar os ajustamentos necessários aos choques permanentes, os quais e na impossibilidade de utilização da taxa de câmbio, necessitam de uma flexibilidade de salários ou preços e de uma mobilidade do factor trabalho.

- Estruturas económicas similares

Segundo Kenen (1969), o critério fundamental de uma ZMO é a existência de estruturas económicas similares entre os países, uma vez que, neste caso quer a ocorrência de choques assimétricos quer o recurso à política monetária serão menores. Por outro lado, a diversificação da estrutura produtiva, beneficia os países, pois se um país produzir uma elevada variedade de produtos também terá uma variedade de exportações. E no caso de se verificar um choque na procura de um bem exportado, os impactos serão tanto maiores quanto menor for a diversificação da estrutura produtiva.

- Elevado grau de abertura da economia

Mckinon (1963), fundamentou este critério no contexto de uma economia produtora de bens transaccionáveis e não transaccionáveis (internos). Para o autor, a estabilidade de preços é importante bem como o pleno emprego. Uma economia com um grau de abertura ao exterior elevado deve optar por um regime de câmbios fixos, porque, se optasse por um regime flexível não teria viabilidade devido à ausência de ilusão monetária por parte dos agentes económicos. A ausência de ilusão monetária deve-se à



enorme rapidez que alterações da taxa de câmbio transmite aos preços internos, que será tanto maior quanto for o grau de abertura da economia.

Perante uma recessão uma economia muito aberta e em regime de câmbios flexíveis, se desvalorizasse a sua moeda para fazer face a essa situação, originaria inflação, pois o índice de preços aumentaria em resultado dessa dependência do exterior. Assim se os agentes económicos não sofrem de ilusão monetária e formam as suas decisões com base nos rendimentos reais, na presença de uma desvalorização, exigirão uma revisão dos seus rendimentos nominais com a finalidade de reporem os seus rendimentos reais ao nível anterior à desvalorização. Assim existirão pressões para a subida dos salários nominais, não corrigindo o desemprego e o desequilíbrio externo. Se as autoridades desejarem controlar o nível geral de preços só o poderão fazer através de alterações de preços nos bens não transaccionáveis com consequências na procura e emprego.

Geralmente pequenas economias têm um grau de abertura ao exterior elevado, devido a limitações do seu mercado interno e pela fraca variedade de produtos, tendo que recorrer ao mercado internacional para dar resposta à procura interna. Deste modo, estas economias poderão beneficiar de um regime de câmbios fixos, relativamente aos parceiros comerciais mais significativos, caso contrário essas economias poderão internamente ser alvo de instabilidade ao nível de preços. Contudo, se a economia for menos aberta o índice de preços no consumidor deriva sobretudo dos bens não transaccionáveis, pelo que uma desvalorização cambial melhorará a competitividade dessa economia reduzindo o desemprego.

Mckinon, refere ainda que quanto maior é o grau de abertura e menor for a dimensão do país, maior será a ineficácia do instrumento cambial para fazer face a desequilíbrios externos. Isto porque se uma economia é muito dependente do exterior e com um sector

produtivo limitado, uma desvalorização poderá não ter impactos relevantes sobre as importações dado que internamente não conseguirá produzir esses bens, continuando dessa forma a importá-los.

3.1.2 – Críticas à teoria das Zonas Monetárias Óptimas

Durante a década de 60 e inícios dos anos 70, a teoria das ZMO foi alvo de discussão e debate. Inicialmente um país poderia utilizar a taxa de câmbio para corrigir desequilíbrios resultantes de choques assimétricos. Se o objectivo era, ajustar o nível de desemprego e inflação havia, por outro, a questão do trade-off entre ambos.

Autores como Friedman e Lucas desenvolveram trabalhos que ao introduzirem as expectativas racionais dos agentes económicos no modelo, concluíram que o nível de desemprego não era influenciado aquando da aplicação de políticas inflacionistas ou deflacionistas, uma vez que os agentes económicos ajustam, por via salarial, os novos preços, aproximando a taxa de desemprego da taxa natural de desemprego, pelo que o recurso ao instrumento cambial para corrigir o desemprego na economia teria de ser abandonado uma vez que a utilidade deste instrumento reside na suavização de choques conjunturais.

Na década de 80 e com o processo de integração europeia em franco desenvolvimento, a teoria das ZMO renasceu, através de um documento publicado em 1990 pela Comissão Europeia o qual despertou novos interesses nessa teoria. Neste documento, a Comissão mediante críticas construtivas, apresentou uma nova abordagem. Esta recaía na análise de custos e benefícios decorrentes da integração monetária. Para a Comissão os custos associados a um regime de câmbios fixos diminuía com a integração económica, uma

vez que haveria uma aproximação, em termos de desenvolvimento, dos países membros da zona, o comércio entre os países aumentaria, sobretudo o intra-industrial, fazendo com que os países comprassem e vendessem uns aos outros as mesmas variedades de produtos, a evolução dos ciclos económicos seria uniforme pelo que os choques diferenciados ou assimétricos seriam menos frequentes, no entanto, a maioria desses choques na procura afectariam de forma igual todos os países.

Contrariamente ao documento da Comissão, Krugman (1993) apresentava uma visão oposta. A integração económica e monetária promove o crescimento do comércio intra-industrial, ou seja, as economias de escala resultantes do comércio internacional poderão levar a uma concentração regional das indústrias potenciando esse comércio intra-industrial, levando a uma redução de custos de transacção. Por outro lado, a eliminação de barreiras ao comércio torna possível concentrar a produção numa região ou em poucas regiões, aproveitando economias de escala e diminuindo os custos de transporte e promovendo a especialização da produção.

Embora estas visões possam ser correctas, a visão da Comissão parece ser mais provável, porque, se a integração económica permite maior concentração regional, por outro a importância das fronteiras nacionais diminui, potenciando que a concentração regional se faça em algumas regiões e não somente num país. Para além disto, se a concentração se verifica entre regiões e não entre países, a taxa de câmbio de nada serve para compensar choques da procura, reduzindo os custos decorrentes da União Monetária. A visão a favor da Comissão também é defendida por Frankel e Rose (1997) que evidenciam uma relação positiva entre integração comercial e o grau de simetria dos choques económicos. A proximidade geográfica entre os países é um factor essencial para o desenvolvimento das relações comerciais e dos fluxos de comércio

aproximando os ciclos económicos desses países. Por outro lado, o desenvolvimento e o reforço dos laços comerciais permite aumentar as actividades económicas dos países, fazendo com que os choques económicos sejam mais simétricos. Assim, a perda do instrumento taxa de câmbio deixará de ser considerado um custo quando houver um reforço dos laços comerciais e dos fluxos de comércio entre os países integrados.

Outras críticas foram feitas e, relativamente ao argumento apresentado por Mundell, ao tomar-mos o exemplo apresentado, uma deslocação da procura do país A para o país B e considerando um regime de câmbios fixos no país A, o equilíbrio externo manter-se-á à custa de desemprego, enquanto que o B assistirá a uma elevação da inflação, o que trará desvantagens em termos de incentivos ao investimento no país A em oposição ao país B que se tornará mais atractivo devido ao crescimento da actividade económica, não resolvendo os problemas do país A no que se refere ao desemprego. Em termos de mobilidade do factor produtivo trabalho, existem algumas dúvidas se por si mesmo permitirá o ajustamento, caso o choque seja persistente bem como os custos de migração que estão associados.

No que se refere ao critério formulado por Mckinon, a crítica feita resulta de apenas considerar choques na procura que ocorram num país e não choques assimétricos com o origem externa.

3.1.3 – A nova abordagem da teoria das Zonas Monetárias Óptimas

A teoria tradicional procurava, mediante a conjugação de vários critérios, definir a optimalidade de uma ZMO. Concentrando as atenções sobre nações e não regiões foca-se no estudo dos impactos dos choques assimétricos. Harberler (1970) e Fleming (1971)

defendem como critério de ZMO o diferencial das taxas de inflação. A ideia central refere que desequilíbrios na Balança de Pagamentos derivam de diferenças de desenvolvimento dos países, dos comportamentos dos agentes económico e da aplicação de políticas económicas divergentes, sendo que todas estas diferenças são reflectidas no diferencial de taxas de inflação. Estes autores referem ainda que diferentes taxas de crescimento económico entre os países poderão ser um custo para a criação de uma União Monetária, referindo que com a criação de uma União Monetária, países com baixas taxas de crescimento do produto poderão representar um custo para os que crescem a taxas mais elevadas. Por outro lado, países com taxas de crescimento do produto mais elevadas tendem a aumentar as importações, com custos de défice externo, isto porque as elasticidades entre o rendimento e as importações são iguais entre todos os países. Desta forma recorrendo à política cambial, desvalorizando a moeda, seria uma forma de resolver o défice, mas, numa União Monetária, a competitividade dos produtos nacionais face aos do exterior poderia ser obtida mediante a redução de preços desses produtos exportados com a aplicação de políticas deflacionistas, com repercussões no crescimento económico desse país. Contudo, o pressuposto de que países com taxas de crescimento mais elevadas ou com crescimento mais acelerado sairão prejudicados ao aderir a uma União Monetária poderá ser alvo de controvérsia porque o crescimento económico implica a criação de novos produtos e melhoramento nos já existentes. Verificar-se-á por um lado que a elasticidade rendimento das exportações será maior para países com taxas de crescimento mais elevadas e por outro e elasticidade rendimento das exportações será superior à elasticidade rendimento das importações. Isto possibilita que esse país cresça a taxas elevadas sem défices comerciais, dispensando o recurso à política cambial. Constatamos também que países

com crescimento elevado atraem mais capitais do que aqueles com taxas de crescimento menores, porque a produtividade do capital será maior.

Outra questão alvo de discussão, refere-se às preferências atribuídas pelos vários governos dos países no que respeita ao nível óptimo de inflação e desemprego.

Contudo, e partindo da relação inversa que existe entre ambos (curva de Phillips) é considerado que na criação de uma União Monetária o nível de inflação tenderá ser igual para todos os membros. Uma alteração da taxa de inflação que inicialmente é considerada óptima para um país, conduzirá a uma situação de inflação e desemprego que poderá já não ser considerada de óptimo. Com a introdução das expectativas adaptativas ou racionais na curva de Phillips mostraram que no longo prazo uma alteração da taxa de inflação não teria efeitos sobre a taxa de desemprego. A curva de Phillips será vertical e a taxa de desemprego convergirá para a taxa natural, e desta forma os países não poderão escolher uma combinação óptima de desemprego e inflação. No longo prazo não existem custos em termos de desemprego, apenas no processo de transição do curto para o longo prazo existirão custos.

3.1.4 – Análise de custos e benefícios associados à criação de uma União Monetária

Em termos de custos associados à criação de uma União Monetária, podemos referir:

- Perda de autonomia na condução da política monetária e do instrumento cambial

Consideramos como um custo a perda de autonomia das políticas monetária e cambial mas não será tão elevado como a teoria tradicional das ZMO refere, pois o recurso à política monetária não permite dar resposta a problemas estruturais nas economias,

muito embora possa ser eficiente no curto prazo. Mas esta limitada importância tenderá a ser cada vez menor, pois os choques tenderão a dar-se em menor número à medida que se caminha num processo de integração económica e monetária mais profunda.

- Diminuição das receitas de senhoriagem

Para os países menos desenvolvidos, será um custo elevado, na medida em que ao integrarem uma União Monetária as receitas de senhoriagem diminuirão, devido à disciplina monetária a que estão sujeitos dado que a emissão monetária será menor. A diminuição das receitas de senhoriagem não implica que seja um custo, uma vez que essas receitas resultam em grande parte da falta de rigor na condução da política monetária. Contudo, a integração monetária e a consequente unificação monetária pode aumentar as receitas caso a utilização internacional dessa moeda seja superior a outras.

- Limitações no ajustamento

A impossibilidade de se recorrer à política monetária e à utilização do instrumento cambial é condição essencial numa União Monetária. A existência de choques assimétricos, por si só, constitui um custo, que serão tanto maiores quanto a sua dimensão e incidência, por outro lado, quanto menor for o grau de flexibilidade de preços e salários, a mobilidade de factores de produção e menor for a possibilidade de utilização de outras políticas para o ajustamento mais difícil se tornará o ajustamento.

- Rigor na condução orçamental

Com a perda de autonomia da política monetária e cambial, os países membros da União Monetária, apenas terão a política orçamental à sua disposição, muito embora

com uma autonomia limitada, isto porque, políticas orçamentais constantemente expansionistas num país membro da união implica que tenha de recorrer ao mercado de capitais, com consequências negativas nas taxas de juro, penalizando o investimento privado. Os outros estados membros serão penalizados visto que terão de prosseguir políticas orçamentais restritivas, pois o financiamento das suas dívidas terão custos superiores.

Relativamente aos benefícios decorrentes de uma União Monetária podemos enunciar:

- Eliminação da incerteza associada ao risco cambial

Num regime de câmbios flexíveis a incerteza cambial é seguramente um custo para os agentes económicos, devido à adversidade que têm ao risco. Num regime de câmbios fixos, a incerteza quanto ao risco cambial dentro da união desaparecerá, promovendo desta forma o comércio entre os países membros, por outro, sabemos que o risco cambial tem implicações negativas sobre as empresas, tornando os lucros incertos, pelo que a incerteza reduz o bem-estar, as empresas que são avessas ao risco preferem sempre investimentos cujo o retorno seja certo, por isso a eliminação do risco ou da incerteza cambial promove o bem-estar em termos latos.

A não necessidade dos agentes económicos recorrerem aos activos financeiros derivados para cobrir o risco cambial será um benefício, potencia o comércio na zona, melhora a afectação de recursos e gera aumentos de eficiência no sistema de preços, uma vez que a existência do risco cambial implica incerteza nos preços futuros. Como a informação transmitida pelo sistema de preços, induz os agentes económicos a tomarem

decisões de produção, investimento e consumo, será natural que essas decisões, sem risco, serão mais acertadas.

Quanto mais previsível for a taxa de câmbio real menores custos existirão nas decisões de investimento. Uma redução do risco geralmente leva a reduções da taxa de juro real, diminuindo o prémio de risco e a taxa de desconto dos rendimentos futuros. Assim, uma moeda comum elimina riscos cambiais. De acordo com o modelo Neo-Clássico a eliminação do risco cambial promove, em última análise, o crescimento económico³¹.

- Eliminação dos custos de transacção

Numa União Monetária a redução de custos de transacção é evidente devido à existência de uma única moeda. A redução de custos de transacção é um benefício que deriva da utilização de apenas uma moeda. Os custos associados à conversão de moedas desaparecem. Assim, a existência de uma moeda permite ganhos de eficiência nas trocas comerciais, afectação de recursos e uma maior transparência nos preços, dado que a segmentação ou discriminação destes diminui, aumentando a eficiência económica.

- Menos necessidade de reservas em moeda estrangeira

Com a formação de uma União Monetária, a necessidade de reservas cambiais é menor, para o estabelecimento de trocas com os outros estados membros da união. Desta forma, se os bancos comerciais não necessitam de deter moeda dos países da União Monetária, os Bancos Centrais também beneficiam, uma vez que deixam de deter reservas dos membros dessa união. As moedas estrangeiras perdem importância no que respeita, em termos de possibilidade de financiamento de operações comerciais dentro da união.

³¹ Ver, Grauwe, P. (1997)

Se a moeda da união, for um dos principais meios de pagamentos internacionais, reduz os custos do comércio fora da união, verificando-se mesmo uma diminuição de constituição de reservas cambiais de países exteriores à união.

- Maior harmonização de preços

A circulação de uma única moeda dentro da união permite aos países obter vantagens no que respeita à informação sobre os preços, já que estes serão medidos em toda a união pela mesma moeda, reduzindo uma segmentação e discriminação artificial de preços.

- Aumentos de credibilidade política

Uma moeda única, que por si só constitui um elemento comum dessa união, pode em certa medida potenciar e aumentar a credibilidade de um projecto de integração entre países. Assim, favorece a atractividade desse espaço para capitais estrangeiros.

- Poder negocial internacional

Como já for referido, a moeda única, permite que os países membros da união e a própria união, obtenham ganhos de credibilidade internacional com repercussões em termos de poder negocial junto de outros parceiros económicos, organizações e instituições internacionais.

3.1.5 – Câmbios fixos *versus* câmbios flexíveis

A opção de um país por um regime cambial está relacionado com a sua realidade económica. Na decisão de escolha de um regime, vários factores são identificados, desde logo as características macroeconómicas, estruturais, institucionais, a vulnerabilidade dessas economias a choques nominais ou reais internos ou externos e a credibilidade das autoridades e do país quer em termos nacionais como internacionais.

Num regime de câmbios flexíveis, a taxa de câmbio é determinada pelo mercado, não existindo qualquer intervenção no mercado cambial, com o objectivo de alterar a paridade da moeda. Por oposição, no regime de câmbios fixos, os Bancos Centrais têm a obrigação de intervir no mercado de câmbios para manter essa taxa fixa, podendo em certos casos existir uma margem de flutuação. Deste modo, o mercado de câmbios funciona normal e livremente, competindo aos Bancos Centrais intervirem quando necessário para corrigir ou contrariar tendências que julguem nefastas para a economia. Neste regime de paridades fixas quando um Banco Central não consegue defender a paridade da sua moeda (devido ao esgotamento de reservas cambiais), poderá em última medida desvalorizar. A preferência de um país por um regime cambial fixo ou flexível, reside na susceptibilidade de estar sujeito a choques internos ou externos. É certo que a flexibilização da taxa de câmbio resulta num instrumento que permite o processo de ajustamento a esses condicionalismos. Mas a questão que se coloca é saber quais as condições que melhor determinarão a escolha por um regime de cambial para um país. Relativamente ao que foi abordado na teoria tradicional das ZMO, permitiu-nos retirar algumas conclusões sobre qual o melhor regime a adoptar por um país. Assim, de acordo com a teoria, podemos enunciar que: se um país é de reduzida dimensão, com

um elevado grau de abertura ao exterior, com produção e exportação pouco diversificada, com concentração comercial substancial, com elevada mobilidade do factor produtivo trabalho, com um sistema económico e financeiro pouco desenvolvidos e quanto menor for o diferencial entre a inflação doméstica e a inflação dos principais parceiros comerciais, o regime de câmbios fixos tornar-se-á mais apropriado, caso contrário a opção por um regime cambial flexível será mais favorável.

Se a economia, for alvo de constantes choques económicos, torna-se necessário um regime cambial que estabilize a economia, de modo a que o nível de preços e que o crescimento do produto não tenha grandes oscilações. É verdade que tudo depende da proveniência dos choques, se eles são internos e muito frequentes a opção por um regime de câmbios fixos será o mais apropriado, caso contrário, se são externos e muito frequentes um regime de câmbios flexíveis permitirá minimizar esses choques económicos. Por fim, a credibilidade assume um papel importante para escolher um regime cambial, sendo que um país com uma baixa credibilidade em termos nacionais e internacionais se fixar a taxa de câmbio permitirá ganhos de confiança, credibilizando ainda mais esse país nos mais variados domínios.

Neste sentido o ACC insere-se num regime de câmbios fixos mais concretamente numa ligação cambial-peg. No entanto e de acordo com Estevão (1998), este acordo é uma modalidade de gestão cambial, que se designa de *currency board*, já que as características de um sistema deste tipo implicam uma ligação da moeda nacional a uma moeda estrangeira. Neste caso a ligação do escudo cabo-verdiano ao escudo português que se costuma designar de *simple currency peg*, com a possibilidade de convertibilidade a uma taxa fixa e de gestão cambial por intermédio de uma “entidade”, neste caso uma comissão monetária a COMACC.

3.1.6 – Das origens do sistema *Currency board* até à actualidade

Se o sistema *currency board* foi criado em 1844, pela Administração inglesa para as suas colónias, é certo que mais tarde acabou por se estender a outras áreas, nomeadamente Portugal e as colónias, quando se constituiu a zona escudo (1961-1974).

Com as independências das colónias, esta modalidade quase que foi esquecida³².

Nos últimos anos esta modalidade foi retomada., como a Argentina que se ancorou ao dólar dos E.U.A.. Podemos assim referir que o sistema de *currency board* para Cabo Verde apresenta vantagens, por um lado a estabilidade e a credibilidade e a liberalização de fluxos de capitais que poderão potenciar ainda mais as relações económicas com Portugal, estimulando assim o crescimento económico e o desenvolvimento do país. Contudo, devemos ter em conta que isto só por si não é suficiente, havendo que definir e aplicar rigorosamente medidas de política económica credíveis e realistas.

3.2 – A zona do franco

3.2.1 – As origens da zona do franco

A zona do franco e as suas origens datam da época colonial. De inspiração mercantilista, o pacto colonial visava uma maior aproximação entre a metrópole e os territórios coloniais em termos comerciais. A primeira Grande Guerra e as consequentes dificuldades no comércio mundial permitiram uma maior integração económica entre o

³² Com excepção de Singapura e de economias insulares (Antigua e Barbados, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis entre outros) mantiveram uma ligação ao dólar norte-americano. Hong Kong, aderiu ao *currency board* em 1983, ligando-se ao dólar norte-americano.

Império colonial. O início da segunda Grande Guerra é marcado por um dirigismo monetário com missão de controlo das trocas. A zona do franco constitui-se por oposição a outras divisas como a do esterlino. Com o fim da guerra e a adesão da França ao FMI, foi necessário uma definição em termos de paridade do franco, que se estabeleceu com uma particularidade, a da diferenciação geográfica. Uma para a Metrópole, Norte de África e Antilhas fixando-se o dólar em 119,1F contra os 43,8F de 1939, e outra para as colónias africanas, fixando-se em 85,0F/dólar. Verificou-se a partir dessa data três unidades diferentes, com um franco das colónias francesas do Pacífico (FCFP), com um franco das colónias francesas de África (FCFA) e com um franco para a Metrópole. É nesse período que o Ministro das Finanças francesas fala oficialmente em “zona do franco”.

Mas com as primeiras independências (Norte de África; países do Magreb) surgem rupturas, houve necessidade desses Estados se afirmarem em termos monetários. Na África negra, a independência foi negociada em outros moldes, desde logo se constituiu uma comunidade francesa, instituições foram adoptadas à nova situação, surgindo a União Monetária do Oeste Africano (UMOA). O esforço de integração africano é reforçado, a França e os vários Estados assinam convenções, fixam regras de cooperação monetária. Uma convenção datada de 23 de Dezembro de 1972, assinada pela França, Camarões, Congo, Gabão, República Centro Africana, Chade e Guiné Equatorial³³ estabeleceu o Banco dos Estados da África Central (BEAC). Numa outra convenção assinada em 4 de Dezembro de 1973, estabeleceu-se uma União Monetária do Oeste Africano (UMOA) e o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), relativamente à França, Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Níger,

³³ A partir de 1 Janeiro de 1985

Senegal, Togo e Mali³⁴. A UMOA mais tarde, em 1994, viria a ser complementada numa UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africano.

3.2.2 – O franco CFA

Estabelecida na década de 40, a zona do franco abarca actualmente 15 Estados africanos, estando reunidos em dois grupos geográficos da África Sub-sahariana, assim temos: a UEMOA e a zona do BEAC.

Em Janeiro de 1994 foi estabelecida a UEMOA, tendo sido ratificada pelos seus membros em Agosto desse mesmo ano, a qual viria a complementar a UMOA, estabelecida em 1973. Relativamente aos Estados que integram a UEMOA, fazem parte todos aqueles que constituíam a UMOA, sendo que em Março de 1997 a Guiné Bissau passou a ser membro efectivo da união.

A zona do BEAC foi estabelecida em 1994, fazendo parte os seguintes Estados: Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e República Centro Africana. O alinhamento destes países nestes grupos pré-determinados possuem para além de uma autoridade monetária (Banco Central), uma moeda, o franco CFA.

Assim falamos primeiro do franco CFA “*Communauté financière africaine*” na UEMOA, emitido pelo BCEAO e em segundo do franco CFA “*Coopération financière en Afrique*” na zona de emissão do BEAC.

A evolução económica dos países da zona do franco CFA registou até meados da década de 80 uma certa estabilidade com um crescimento económico sustentado e com uma inflação reduzida mas, em meados da década de 80, a zona do franco CFA inverteu

³⁴ A partir de 1 de Junho de 1984

a essa evolução que até então se vinha verificando, devido a choques económicos. Por um lado, houve uma baixa de preços mundiais para as principais matérias-primas exportadas, provocando uma deterioração dos termos de troca na zona, por outro, verificou-se uma apreciação do franco francês, com consequências na competitividade externa da zona. Com este cenário nada favorável aos países da zona do franco, estes acordaram com a França desvalorizar o franco CFA.

Estes acordos de cooperação monetária franco-africanos garantiam a convertibilidade a uma taxa fixa, podendo ser alvo de reajustamento se as condições económicas assim o determinassem, mediante a decisão unânime de todos os estados membros da área monetária, após consulta ao governo francês. Contudo, não é o Banco de França que garante a convertibilidade dessas moedas com o franco francês, a autoridade responsável é o Tesouro francês, que garante essa convertibilidade a uma paridade fixa e sem limites de montantes, mas os Bancos Centrais da zona terão que ter um depósito pelo menos de 65% das reservas cambiais junto do Tesouro francês.

A par dos mecanismos de controlo da evolução da massa monetária, existe um órgão que controla a evolução económica e monetária da zona franco, o plenário semestral dos Ministros das Finanças da zona franco, nos quais se analisa a evolução económica e monetária de cada uma das zonas.

3.2.3 – A zona do franco CFA e a zona Euro

A Europa dos 15 não coloca em causa a existência e os mecanismos da zona do franco, até porque é signatária dos acordos de Lomé. O principal ponto de interesse para a UE é saber se os acordos concluídos em matéria monetária e, de comércio entre os países da



União e os países exteriores à União são conformes com o Tratado de Maastricht. O artigo 109 do Tratado de Maastricht, revela duas disposições, que estipulam:

Paragrafo 1: “.... o Conselho, deliberando por unanimidade sob recomendação, do BCE ou da Comissão (...) pode celebrar acordos formais relativos a um sistema de taxas de câmbio do ECU em relação às moedas não comunitárias”.

Paragrafo 5: “ Sem prejuízo da competência comunitária e dos acordos da comunidade relativos à união económica e monetária os Estados-Membros podem negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.”

Desta forma o paragrafo 1 estabelece uma regra de unanimidade para um acordo relativo à taxa de câmbio do euro e de países terceiros como o são os países do franco CFA, significando que é o conselho por unanimidade que decide manter a paridade CFA/euro, que será na razão aritmética do valor do franco em euros, sendo dessa forma fixa, porém qualquer modificação desta paridade CFA/euro terá de ter a unanimidade do conselho. Noutro sentido a França não poderá com os seus parceiros africanos da zona franco modificar a paridade CFA/euro, devendo para tal os parceiros franceses negociar directamente com o conselho e com o BCE. Em termos latos “é a Europa que decide”.

O paragrafo 5, estabelece o direito dos países membros da UE concluírem acordos internacionais, que não sejam da competência comunitária. Assim os acordos monetários celebrados pela França não afectam a competência comunitária visto que precedentemente estariam aprovados no quadro das relações UE-ACP. Depois do Tratado de Roma e, graças à convenção de Lomé, a UE mantém com os países africanos da zona do franco e todos os ACP, relações particulares. Os fundos de desenvolvimento

europeus, destinam-se na maior parte para a África Sub-sahariana, sendo exemplo disso o Stabex (estabilizador de preços de matérias-primas agrícolas).

A França ao entrar no sistema monetário europeu garantiu a convertibilidade do franco CFA a uma determinada taxa, o euro valerá aproximadamente 665 mil francos CFA. Desta forma os países africanos da zona franco estão em paridade fixa com o euro, sendo que a UEM é compatível com um regime estabelecido desta forma e, por outro, o franco CFA não constitui uma ameaça ao euro em termos de massa monetária global em euros para os países europeus participantes na UEM, a circulação monetária do franco CFA está longe de representar 1%.

Esta ancoragem ao euro, trará aos países da zona CFA aspectos favoráveis, pois minimizam os efeitos de choques económicos com risco nulo para as trocas comerciais com os países da zona euro. Com uma estabilidade monetária, abrem-se boas perspectivas de crescimento económico para uma parte de África. Por outro lado a mundialização convida África a procurar solidariedade para escapar ao isolamento e lutar contra uma marginalização constante.

3.3 – O Acordo de Cooperação Cambial

O ACC, celebrado em Março de 1998, surgiu em consequência de um modelo de cooperação que tinha por base a implementação de políticas adequadas de estabilização macroeconómica, determinante para a transição da economia cabo-verdiana como um modelo sustentado. Neste sentido, a redução do défice orçamental, desinflação, redução das taxas de juro e crescimento do produto são condições inerentes para a estabilidade macroeconómica. Através do ACC, possibilitou-se um *peg* do escudo cabo-verdiano ao

escudo português, a aplicação de políticas que asseguram uma convergência nominal e uma facilidade de crédito, reforçando as reservas cambiais permitindo ao país encetar um processo de transição.

A aplicação de políticas de estabilização tinham por objectivo contribuir para o ajustamento estrutural e abrir e modernizar a economia. Apesar de ter sido firmado em 13 de Março de 1998 e entrado em vigor a 3 de Julho desse mesmo ano, aquando da assinatura do contrato da facilidade de crédito, o ACC desde logo funcionou em plenitude. Se o ACC prevê uma paridade fixa da moeda cabo-verdiana à moeda portuguesa, apoiando a estabilidade, esse objectivo desde logo foi concretizado, possibilitando desde essa data um ambiente propício ao IDE e por conseguinte a possibilidade de crescimento económico futuro, bem como a criação de outras condições nas relações económicas bilaterais.

Desde 1998, que a conjuntura macroeconómica tem sido acompanhada pela Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM), por forma a se poder determinar se as medidas impostas pelo FMI e estabelecidas no programa de estabilização (acordo *Stand by*) assinado em Fevereiro desse ano estariam a ser cumpridas, acabando por ser harmonizado com o ACC.

Desde logo foram feitos importantes progressos em termos de política económica, como saneamento das finanças públicas, condução de uma política monetária mais eficaz e reformas estruturais em diversos domínios da economia. No entanto, noutras matérias, nomeadamente no que diz respeito ao programa de privatizações, verificaram-se atrasos bem como na conversão da dívida interna (através da criação de um *Trust Fund* off-shore) em consequência de aspectos relacionados com a gestão administrativa e financeira do projecto.

O surgimento deste novo regime cambial para Cabo Verde, foi suportado pela facilidade de crédito, posta à disposição do país por Portugal, sendo que esta facilidade tinha por grande objectivo reforçar as mesmas reservas cambiais cabo-verdianas, conferindo uma capacidade acrescida à taxa de câmbio fixa. Ao reforçar as reservas cambiais do Banco Central permitiu dessa forma reduzir o “stock” de “atrasados” derivados de pagamentos de comércio internacional. Em Outubro de 1998 verificou-se o primeiro saque, no valor de mil milhões de escudos portugueses, seguindo-se mais dois saques de montante idêntico em 1999, que possibilitaram ultrapassar a questão dos “atrasados cambiais”.

3.3.1 – Condições estabelecidas no Acordo

A Portugal e Cabo Verde, partes envolvidas neste processo de cooperação e ligados por laços históricos e de amizade ao estabelecerem esta forma de cooperação económico-financeira procuraram aprofundar os laços económicos bilaterais. A estabilidade cambial permitirá de forma mais significativa o sucesso das reformas levadas a cabo por Cabo Verde, pelo que, as partes através do ACC decidiram:

- Uma paridade fixa entre a moeda cabo-verdiana e a moeda portuguesa - artigo 1º;
- Garantia de convertibilidade da moeda cabo-verdiana por parte de Portugal – artigo 2º;
- Uma facilidade de crédito para reforço das reservas cambiais de Cabo Verde – artigo 3º;
- Que Cabo Verde adoptaria os critérios de referência dos Estados da União Europeia, implementando medidas de política económica compatíveis com a

salvaguarda da paridade cambial, bem como a criação de condições para que haja uma gestão com rigorosa da facilidade de crédito concedida por Portugal-artigo 4º;

- Para salvaguardar as obrigações estabelecidas no Acordo, existirá uma Comissão do Acordo de Cooperação Cambial (COMACC), constituída por elementos de ambas as partes - artigo 5º;
- Que o Acordo será válido por um período de 4 anos, podendo ser renovável por períodos de idêntica duração, caso as partes não manifestem desejo em contrário - artigo 6º;
- Que ambas as partes podem denunciar o Acordo, devendo manifestar por escrito (pré-aviso) à outra parte com antecedência de 6 meses da data que o Acordo cessa efeitos – artigo 7º.

Podemos dizer que é um exemplo das relações entre Portugal e Cabo Verde, num sentido mais restrito de cooperação económico-financeira, um instrumento que possibilita um aprofundamento bilateral dos laços históricos, económicos intensificando os fluxos comerciais e de investimento, podendo potenciar outros acordos.

3.3.2 – A Comissão do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde

A parte portuguesa da COMACC, é constituída por representantes do Banco de Portugal, Ministério da Finanças e Ministério dos Negócios Estrangeiros. Da parte cabo-verdiana os representantes provêm do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Coordenação Económica e do Banco de Cabo Verde.

As funções atribuídas recaem na revisão e definição de condições necessárias ao cumprimento das obrigações estabelecidas no Acordo. A COMACC exerce acções de supervisão de operações financeiras e acompanha a execução de medidas de política económica, determinando as modalidades de gestão, definindo quais os activos que devem constituir a reserva cambial (divisas, ouro ou outros activos financeiros), a cobertura mínima e possíveis modificações do funcionamento do arranjo monetário. Sempre que a COMACC verifique incumprimento das cláusulas pode propor a suspensão do acesso à facilidade de crédito. A COMACC apresenta, até 31 de Março de cada ano um relatório sobre a execução do ACC, ao Ministério das Finanças Português e ao Ministério de Coordenação Económica de Cabo Verde.

3.3.3 – A Unidade de Acompanhamento Macroeconómico do ACC

Criada pela COMACC e, no que diz respeito à natureza e composição, a UAM é constituída por 4 técnicos, sendo dois de representação portuguesa e dois de representação cabo-verdiana. Em termos de atribuições, a UAM desenvolve a sua acção durante a vigência do ACC, cabendo-lhe acompanhar o funcionamento do mesmo, verificando o cumprimento das condicionantes estabelecidas no artigo 4º do ACC. Para além desta função a UAM, exerce ainda funções que lhe sejam superiormente estabelecidas tais como:

1. Acompanhar a execução das medidas de política económica. Verificar se os objectivos definidos no programa macroeconómico estão a ser cumpridos, e na eventualidade de detectar algum desvio deverá alertar, sugerindo medidas correctivas.

2. Verificar o cumprimento das regras cambiais que estão estabelecidas.
3. Colaborar com as autoridades cabo-verdianas em termos de acompanhamento das operações da Balança de Pagamentos e da dívida pública.

Em termos de funcionamento, ao ser criada pela COMACC, a UAM está na sua dependência hierárquica prestando-lhe informações. A UAM estabelece internamente e externamente os contactos que sejam necessários para o bom funcionamento do ACC. A UAM elabora relatórios trimestrais sobre a evolução económica de Cabo Verde.

3.3.4 – A facilidade de crédito prevista no ACC

Nos termos dos artigos 3º e 4º do ACC, prevê-se uma linha de crédito, com a finalidade de reforçar as reservas cambiais de Cabo Verde, destinando-se a financiar a importação de bens essenciais e amortizar a dívida externa, funcionando como garantia complementar da convertibilidade da moeda cabo-verdiana.

Desde logo, a linha de crédito fixada foi de 5,5 mil milhões de escudos portugueses, mas poderia ser de 9 mil milhões de escudos portugueses, caso a COMACC, constatasse o cumprimento dos objectivos do programa macroeconómico de Cabo Verde. No entanto, ficou salvaguardada pela parte portuguesa a possibilidade de poder suspender a linha de crédito em caso de incumprimento do ACC ou de utilização indevida dessa linha de crédito. No Protocolo, relativo à facilidade de crédito, no seu artigo 6º, referente à substituição do escudo português pelo Euro, as partes estabeleceram que o acordo será ajustado com as disposições legais aplicáveis que vierem a ser estabelecidas aquando da substituição do escudo português pelo Euro.

3.4 – Portugal e Cabo Verde, uma Zona Monetária Óptima?

A República de Cabo Verde desde o início da década de 90, que orientou o seu modelo de desenvolvimento para o exterior. Hoje, Cabo Verde é um estado nação politicamente estável, com credibilidade internacional, orientada para uma economia de mercado, com alguns indicadores económicos invejáveis. Mas é verdade que um longo caminho está por percorrer, existem ainda debilidades estruturais por resolver. Apesar dos condicionalismos as autoridades cabo-verdianas nestes últimos anos mostraram que com dedicação, trabalho e rigor, incluindo alguns sacrifícios que é possível mostrar a outros países africanos qual o caminho a seguir em termos de desenvolvimento.

Com a celebração do ACC poderá, potenciar o crescimento económico, podendo por outro lado aproveitar sinergias provenientes do mercado europeu. Contudo, será que Portugal e Cabo Verde formam uma ZMO entre si cumprindo Cabo Verde os critérios inerentes a uma área de integração monetária?. Para avaliar tal facto, serão analisados os critérios anteriormente referidos; mobilidade do factor produtivo trabalho, flexibilidade salarial, integração fiscal, similaridade das estruturas produtivas e grau de abertura da economia.

Antes de ser iniciado o estudo particular de cada um destes critérios, deverá haver alguma compreensão para o estudo que é feito tendo por base a informação disponível que não é a mais desejável. Contudo, e de acordo com a informação disponível recolhida, pensamos que mesmo assim poderemos tecer algumas considerações, e retirar algumas conclusões gerais válidas, muito embora tenhamos consciência de que outras análises poderiam ser realizadas, recorrendo a análises econométricas que ajudariam a

consolidar os comentários tecidos. Feito o comentário passemos em seguida à validação dos critérios.

Mobilidade Factorial

Aquando da análise dos critérios inerentes a uma ZMO referimos que a existência de choques assimétricos provocavam desequilíbrios económicos, nomeadamente desemprego. Nesta situação, uma forma de contornar este desequilíbrio seria através da migração de trabalhadores excedentes de um país para o outro, onde a procura de trabalho era superior. Assim, procurar-se-á saber até que ponto a migração cabo-verdiana responde a alterações de emprego, para tal necessitaríamos de dados estatísticos adequados e suficientes para desenvolver esta questão. Mesmo assim, e apesar das contingências, devido à insuficiência de informação, procuramos concluir alguns aspectos da migração cabo-verdiana.

Da investigação conduzida, a emigração constituiu sempre um fenómeno da história da sociedade cabo-verdiana. Podemos referir que a emigração cabo-verdiana se divide por períodos. Desta forma, num primeiro período que começa em meados do século XIX até aos anos 20 do século XX, o fluxo migratório mais importante dirigiu-se para os Estados Unidos da América, estimando-se em 61,7% do fluxo total, seguindo-se a Guiné com 8,1%, América do Sul com 7,1%, São Tomé e Príncipe com 5,5%, Dacar com 5,1% e Portugal com 4,4%. Num segundo período, dos anos 20 até finais da 2ª Grande Guerra, caracteriza-se por um declínio das saídas do país, sendo que o grande responsável por este declínio foram os E.U.A.. As autoridades norte-americanas impuseram restrições à entrada bem como a factores relacionados com a crise de 1929.

Se esta redução da emigração para os E.U.A. foi uma realidade, a verdade é que não foi compensada pelo aumento de fluxos para a Europa, América do Sul ou África.

Após 1946, e até à independência a emigração voltou a ser um fenómeno marcante para a sociedade cabo-verdiana, transformando-se num verdadeiro exódo a partir do final dos anos 60. Este período caracterizou-se por uma particularidade, a emigração elege a Europa ocidental, mais concretamente Portugal e Holanda seguindo-se os E.U.A, continuando pelas décadas de 70 e 80.

Actualmente não existem dados estatísticos ou publicações que disponibilizem informação sobre o fenómeno migratório de Cabo Verde, e quando existe a informação é dispersa. Porém, existem alguns dados, que permitem tecer alguns comentários. Estimativas da O.N.U., referiam que viviam fora do país quase o dobro dos cabo-verdianos que residiam no arquipélago, a escassez de recursos naturais e os ciclos prolongados de seca, induziam aos fluxos migratórios. Hoje em dia, estima-se que cerca de 500 mil cabo-verdianos residam no exterior. O ICEP (1997), estimava que o número de emigrantes situava-se nos 800 mil, sendo que a maioria da população emigrada residia, por ordem de importância, nos E.U.A. (350 mil), Portugal, Senegal e Angola (cerca de 40 mil) e ainda Holanda França, Brasil entre outros.

O INE (2000) refere que o número de emigrantes em Portugal-eram cerca de 40 mil em 1998, e que os legalizados em 1986 seriam cerca de 26 mil. É certo que se a informação fosse suficiente e homogénea, a análise seria mais consistente, contudo neste capítulo a informação que existe fica muito aquém do pretendido, mas mesmo assim, pensamos que o fenómeno da migração sempre assumiu uma importância considerável na sociedade, pela necessidade imperativa de melhorarem as condições de vida, pelo que a importância do factor sócio-económico favorece a mobilidade do trabalho. Por outro

lado, se tivermos em conta as remessas dos emigrantes, concluímos que a comunidade cabo-verdiana no estrangeira tem um peso considerável, pelo que, e em consideração ao que foi referido, podemos concluir que existe mobilidade do factor produtivo trabalho.

Flexibilidade salarial

Anteriormente, foi analisado o critério da flexibilidade salarial como factor inerente a uma ZMO. Desta forma, se numa economia existir flexibilidade salarial para fazer face a eventuais choques assimétricos, não será necessário recorrer ao instrumento cambial, para atenuar esses desequilíbrios.

A existência de uma flexibilidade salarial permite que a economia retome a sua competitividade face ao exterior, favorecendo a exportação de produtos. Assim, os desequilíbrios no mercado do trabalho serão atenuados, com implicações, positivas na BTC. Por outro lado, podemos verificar uma eventual flexibilidade salarial através da comparação da evolução dos salários com o nível de desemprego na economia. Se o nível de desemprego fosse elevado seria de esperar uma evolução em baixa para o crescimento dos salários, caso contrário níveis reduzidos de desemprego conduziram a reivindicações superiores. Por outro lado, a inflação tem também impactos na evolução salarial, isto é, os sindicatos, ao negociarem aumentos salariais tendem a repercutir nas suas reivindicações a inflação, para que os trabalhadores mantenham o mesmo poder de compra. A evolução do nível de emprego e a inflação poderão determinar uma maior ou menor flexibilidade salarial, dependendo das negociações acordadas entre sindicatos, trabalhadores e entidades patronais. Apesar da insuficiência de informação sobre a evolução do desemprego e salários, tendo em conta que nem a Organização Internacional do Trabalho publica estatísticas sobre Cabo Verde e que os dados que

existem se encontram dispersos, procuramos construir uma série estatística sobre a evolução salarial que possibilitasse uma análise credível. Assim, em virtude da falta de informação optamos por uma “proxi” da evolução do PIB real com a evolução salarial. É certo que é uma análise limitada, mas ainda assim poderão ser tecidas algumas conclusões. Fazemos ainda outra ressalva para o facto de ter existido uma revisão nas contas nacionais cabo-verdianas, pelo que a evolução salarial de cada ano se relacionaria com dados conhecidos desses anos, pelo que não se utilizou os dados após a revisão mas sim os anteriores. Nesta análise relacionamos a evolução salarial com o comportamento da economia do ano anterior, isto é, a evolução salarial num determinado ano é reflexo da evolução económica do ano anterior, devido à desconfiança por parte dos agentes económicos por falta de consistência das previsões económicas. Como referimos, a evolução salarial será feita, tomando em consideração que existe um desfasamento temporal de um ano. Podemos comparar a evolução do crescimento dos salários reais com a taxa de crescimento do PIB real, tabelas 5 e 6..

Tabela 5: Taxa de crescimento real do PIB (antes da revisão de 1998)

Em %

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Taxa de crescimento do PIB	1.4	3.3	4.1	3.8	4.8	3.0	3.0

Fonte: FMI, BCV e cálculos do BP

Tabela 6: Taxa de crescimento real dos salários (sector privado)

Em %

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Director estabel. Comercial	-2.0	-5.0	-3.0	-4.0	73.0	-5.0	0.0
Motorista	2.0	5.0	-3.0	-11.0	-6.0	6.0	0.0
Padeiro	35.0	-60.0	-3.0	-4.0	29.0	-6.0	-4.0
Pedreiro	39.0	-26.0	-3.0	-14.0	46.0	26.0	28.0

Fonte: FMI

Tabela 7: Taxa de crescimento real dos salários (sector público, em média)

Em %

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Administradores alto nível	39.4	16.5	5.0	3.5	0.0	5.0	3.5
Trab.Altamente qualificados	20.6	13.0	5.0	3.5	0.0	5.0	3.5
Trabalhadores qualificados	7.2	9.8	5.0	4.6	0.0	5.0	3.5
Trab. Semi-qualificados	7.8	6.0	5.0	5.0	0.0	5.0	3.5
Trab. Não qualificados	5.9	4.4	5.0	5.0	0.0	5.0	3.5

Fonte: BCV

Gráfico 14: Taxa de crescimento real do PIB (1991-1997)

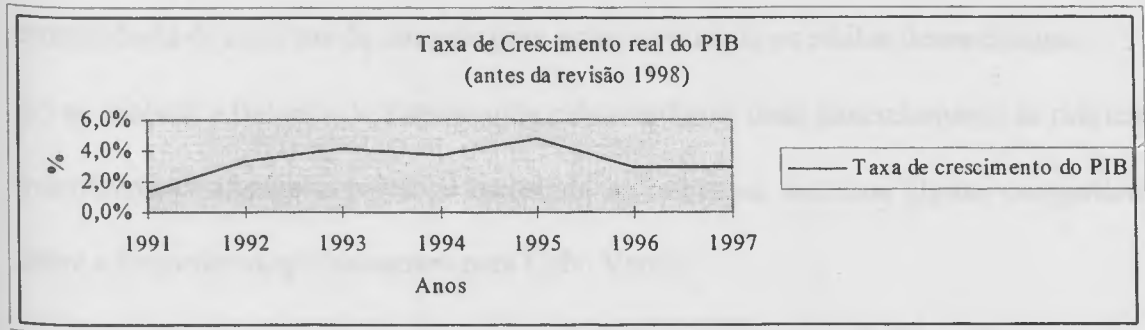
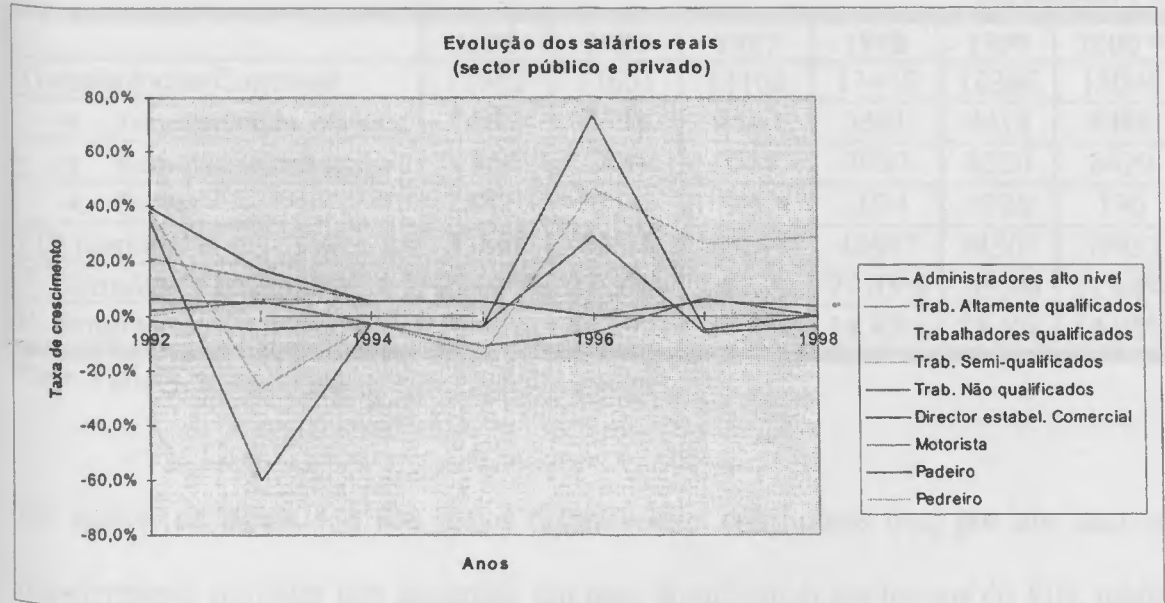


Gráfico 15: Evolução dos salários reais (1992-1998)



Da análise dos gráficos 14 e 15, constatamos que existe uma evolução no mesmo sentido entre o PIB e a evolução dos salários em termos reais, pelo que concluímos que

existe um determinado grau de flexibilidade salarial, isto é, as negociações salariais acompanham a evolução da conjuntura, permitindo dessa forma fazer face a choques assimétricos com implicações na economia, mais precisamente no mercado de trabalho.

Integração fiscal

As consequências de um choque assimétrico, podem ser atenuadas mediante a transferência de recursos de um país para outro atenuando os efeitos desse choque.

Ao se analisar a Balança de Pagamentos cabo-verdiana, mais concretamente as rubricas, transferências oficiais e privadas incluindo as remessas, tecemos alguns comentários sobre a importância que assumem para Cabo Verde.

Tabela 8: Evolução das transferências de recursos para Cabo Verde

	Em unidades e %					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000 *
Transferências Correntes	11352	11651	11163	13445	16366	13096
• Transferências oficiais	3698	3733	4580	5361	4418	4486
• Remessas emigrantes	7369	7554	6539	7050	8220	8420
• Outras	285	364	44	1034	3728	190
PIB nominal	37864	40638	45101	48667	54507	59957
T. Correntes/ PIB nominal	29.98%	28.67%	24.75%	27.63%	30.0%	21.84%
R. emigrantes/PIB nominal	19.46%	18.59%	14.5%	14.49%	15.1%	14.04%

Fonte: FMI, BCV e BP. *Prog.

Da análise da tabela 8 e dos rácios determinados concluímos que, por um lado as transferências correntes têm assumido um peso significativo em termos do PIB, muito embora haja uma redução dos rácios nos anos de 1997 e 1998 devido, em parte, à conjuntura internacional. Verificámos que se as transferências oficiais ou privadas, nestes últimos anos são sempre superiores a 20% do PIB, podendo de certa forma

atenuar desequilíbrios na economia resultantes de choques assimétricos. De acordo ainda com a tabela 8 identificamos que mais de 50% dessas transferências correntes são sob a forma de remessas, com Portugal a assumir uma dos principais fontes de origem das mesmas (anexo 23) apesar da significativa contribuição dos países da Zona euro. Podemos assim afirmar que a Zona euro assume-se como a principal responsável pelas transferências recebidas por Cabo Verde, e se atendermos que estas representam mais de 50% do total, então a integração fiscal, por via de transferências canalizadas por Portugal e pela UE é uma realidade pelo que a opção de fixação da taxa de câmbio do ao escudo português e directamente ao euro tem benefícios para Cabo Verde.

Estruturas económicas similares

A ocorrência de choques assimétricos será menor, se a estrutura económica entre dois países que fixam a taxa de câmbio for idêntica, pelo que a existência do instrumento cambial será reduzida.

Como referimos, Cabo Verde “elegeu” Portugal como o seu principal parceiro comercial. A questão que se coloca é saber se Portugal e Cabo Verde detêm uma estrutura económica idêntica. Comparamos a estrutura de comércio externo de Portugal e Cabo Verde, mais concretamente a distribuição sectorial das exportações e importações, e podemos concluir se existe uma similitude da estrutura económica entre os dois países.

As tabelas 9 e 10, representam de uma forma resumida a estrutura do comércio externo de Portugal e Cabo Verde, respectivamente.

Tabela 9: Estrutura do comércio externo português (1999)

Exportações de Produtos	%	Importações de Produtos	%
Produtos agrícolas e alimentares	7.0	Produtos agrícolas e alimentares	12.5
Químicos, plásticos e borracha	6.7	Químicos, plásticos e borracha	12.2
Têxteis e vestuário	20.7	Máquinas e material eléctrico	21.9
Couro e calçado	7.2	Veículos e equip. de transportes	17.3
Máquinas e material eléctrico	19.0	Têxteis e vestuário	8.2
Veículos e equip. de transportes	15.6	Combustíveis minerais	7.0
Madeira, cortiça e pasta de papel	9.5	Metais e material eléctrico	7.2
Metais e produtos metálicos	4.8	Madeira, cortiça e pasta de papel	4.2
Outros	9.5	Outros	9.5

Fonte: INE

Tabela 10: Estrutura do comércio externo de Cabo Verde(2000)

Exportações de Produtos	%	Importações de Produtos	%
Produtos do Mar	7.07	Produtos agrícolas	17.0
• Peixe enlatado	0.31	Indústria Alimentar e bebidas	15.13
• Peixe congelado	3.36	Produtos minerais	10.47
• Peixe fresco	1.13	Material equipamento eléctrico	16.09
• Crustáceos e lagosta	2.27	Material de transporte	9.54
Calçado	51.78	Produtos químicos	6.39
Vestuário	35.14	Metal e produtos de metal	6.89
Outros	6.01	Outros	18.49

Fonte: Direcção Geral de Estatísticas/BCV

De acordo com as tabelas, as estruturas de comércio externo são muito diferentes. Como reflexo dessa diferença apenas dois sectores assumem grande importância no que respeita às exportações (calçado e vestuário), que representam mais de 86% do peso das exportações. Relativamente às importações, Cabo Verde é extremamente dependente de produtos com um considerável grau tecnológico, assim como de bens alimentares, devido à escassez de recursos. Ao se analisar a estrutura do comércio externo português, esta situa-se num nível superior no que respeita à incorporação tecnológica e

transformação. Podemos dizer que entre Portugal e Cabo Verde as estruturas económicas e produtivas são diferentes, criando condições para a ocorrência de choques assimétricos.

Grau de abertura

É verdade que uma economia que seja muito aberta ao exterior, muito dada em termos de comércio externo, terá maior probabilidade de sofrer choques provenientes do exterior. Assim, analisamos se a economia cabo-verdiana, possui um grau de abertura elevado ou não (tabela 11). O grau de abertura mede a importância que têm as outras economias na economia nacional.

Tabela 11: Grau de abertura da economia cabo-verdiana (1995-1999)

	Mil contos e %				
	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações	687	1046	1295	1016	1170
Importações	19394	19355	21763	22597	26915
Taxa de cobertura	3.5	5.4	6.0	4.5	4.3
PIB nominal	37864	40638	45101	48667	54507
Exportações/PIB nominal	1.81	2.57	2.87	2.09	2.15
Importações/PIB nominal	51.22	47.63	48.25	46.43	49.38
Grau de abertura	50.03	50.20	50.13	48.52	51.53

Fontes: FMI; BCV, BP

De acordo com a tabela 11, podemos constatar que Cabo Verde é uma economia muito dependente do exterior, uma vez que as importações superam em muito as exportações. Apesar da série estatística ser reduzida, não existem mudanças acentuadas em termos de evolução nestes últimos anos referentes à estrutura comercial cabo-verdiana. É certo que as exportações têm evoluído positivamente mas a um ritmo muito lento, o mesmo não

acontecendo com as importações, que aumentaram a um ritmo superior em relação ao crescimento das exportações. No que se refere ao grau de abertura da economia, Cabo Verde apresenta taxas na ordem dos 50%, o que é significativo, uma vez que e segundo Mussa et al (2000), atribuem a economias em desenvolvimento uma taxa de 40%.

Sendo Cabo Verde uma economia dependente do exterior, interessa saber se com Portugal existem laços comerciais muito fortes, e se para Cabo Verde, Portugal tem importância significativa em termos comerciais e qual a importância da UE neste contexto. Conforme tabelas 12 e 13, procuraremos dar resposta a estas interrogações.

Tabela 12: Distribuição geográfica das exportações cabo-verdianas

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1997	1999
Portugal	39.6	66.0	80.0	48.8	58.8	82.9	77.9	74.1	88.9	89.7
Outros países zona euro*	1.1	10.4	10.5	18.7	2.1	8.1	11.6	9.7	7.5	3.7
Total	40.7	76.4	90.5	67.5	60.9	91.0	89.5	83.8	96.4	93.4

Fontes: BCV; FMI e BP; * Espanha e Holanda

Tabela 13: Distribuição geográfica das importações cabo-verdianas

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1997	1999
Portugal	31.1	34.2	32.2	33.6	34.5	39.8	40.9	42.8	46.9	52.7
Outros países zona euro*	21.8	23.6	19.8	18.5	26.7	17.7	20.1	24.7	18.8	24.6
Total	52.9	57.8	52.0	52.1	61.2	57.5	61.0	67.5	65.7	77.3

Fontes: BCV; FMI e BP; * Alemanha, Espanha, França e Holanda

Constatamos numa primeira análise que Portugal assume o maior protagonismo em termos de parceiro comercial, verificando-se um acentuar desse protagonismo nos últimos anos. Em termos de exportações, Portugal adquiriu cerca de 90% dos produtos cabo-verdianos e mais de 50% das importações cabo-verdianas são provenientes de

Portugal. Se analisarmos o comércio externo de Cabo Verde com outros países da zona euro, verificamos que em termos de exportações estas têm oscilado ao longo destes últimos anos, mesmo assim representavam em 1997, 1998 e 1999, 9.7%, 7.5% e 3.7% respectivamente. Mas ao se analisar as importações, e tivermos em consideração apenas quatro países da zona euro, estas situam-se num intervalo de 20 a 25%. Em termos totais, a zona euro assume-se como destino das exportações cabo-verdianas em mais de 90%, e como zona de origem em mais 75%.

Concluimos desta forma que Cabo Verde concentra o seu comércio externo com a zona euro, sendo Portugal o seu principal parceiro comercial, pelo que a decisão de fixar a taxa de câmbio é segundo este critério uma boa opção.

Em suma, podemos referir que à luz da teoria das ZMO e, tendo por base a validação dos critérios inerentes a uma ZMO, que estamos perante uma zona com determinadas características, sendo que a ancoragem da taxa de câmbio ao escudo português veio impulsionar outro tipo de relação entre os dois países. Da validação dos critérios podemos referir que, apesar da existência de uma possível flexibilidade no mercado do trabalho cabo-verdiano, da existência de um nível razoável de transferências do exterior por via das remessas dos emigrantes, da ligação muito forte em termos comerciais a Portugal e à zona euro e com um grau considerável de abertura ao exterior poderíamos sem dúvida referir que Cabo Verde e Portugal formariam uma zona monetária ótima incompleta. Contudo, como é sabido Cabo Verde é uma economia menos desenvolvida, com uma estrutura económica diferente à de Portugal, pelo que o incumprimento deste critério implica que não possamos falar de uma zona monetária ótima incompleta, mas sim de uma zona monetária com características muito particulares, segundo Mendonça (2000) de uma *zona monetária natural incompleta*.

4. A internacionalização de Cabo Verde

Neste capítulo focalizámos a nossa análise nas possibilidades de internacionalização da economia cabo-verdiana, isto é, a sua inserção na economia mundial, o lugar que ocupa e que eventualmente poderá vir a ocupar. Por outro lado, pretendemos, ainda que de forma limitada, analisar de que forma as economias menos desenvolvidas enfrentam o fenómeno da globalização. É igualmente alvo de estudo, as relações que a UE detém actualmente com os ACP's, tendo por base a posição cabo-verdiana e sua ligação a um espaço mais amplo, podendo obter sinergias desse relacionamento sem esquecer o contexto africano em que está inserida.

4.1 A internacionalização de Cabo Verde por via da Zona Monetária Natural Incompleta

Reportando à análise feita no capítulo 3, a validação dos critérios inerentes a uma ZMO, à luz da teoria tradicional, verificamos que as condições de optimalidade não estavam totalmente reunidas. Constatamos alguma mobilidade do factor produtivo trabalho entre Cabo Verde e Portugal, uma entrada razoável de capitais em Cabo Verde sob a forma de remessas de emigrantes, um grau de abertura da economia considerável e uma concentração das relações externas com Portugal. Contudo, porém a diferença de estruturas produtivas permitiu-nos dizer que não estariam totalmente reunidas as condições de óptimo de uma ZMO entre Portugal e Cabo Verde. Mas, a invalidação deste último critério, não impede que Portugal e Cabo Verde formem uma ZMO com determinadas características, pelo que nos referimos a *Zona Monetária Natural*

Incompleta, sem colocar totalmente de parte a possibilidade de no futuro os dois países poderem formar uma ZMO incompleta.

A ligação do escudo cabo-verdiano ao português permitiu uma determinada estabilidade cambial, com impactos económicos positivos para Cabo Verde, beneficiando deste acordo. Esta integração com Portugal ainda não se esgotou, possibilitando a obtenção de sinergias, tendo em conta o *peg* ao euro. A circulação da moeda europeia, permitirá por outro lado uma participação numa zona monetária ampla e de vocação internacional mais forte. Uma moeda única de circulação internacional, trará benefícios para todos os intervenientes, e será precisamente desta ligação cambial entre Cabo Verde a Portugal e directamente à zona euro, que obterá uma “imagem” mais internacional sem esquecer a realidade africana e o contexto africano a que pertence.

Como pequena economia aberta, sob a forma de arquipélago, localizado no continente africano, onde as assimetrias são muito vincadas, em termos sociais, políticos, religiosos, esta forma de integração mais intensa, permitirá aceder preferencialmente a um espaço mais desenvolvido como é a UE, potenciando e aprofundando relações com outros estados membros com os quais a tradição comercial e político-diplomático são menores, promovendo ainda mais a sua inserção, podendo beneficiar de uma maior creditação e afirmação internacional, através da ligação com países da UE. Porém, não nos podemos esquecer, que a realidade económico-social do país se insere numa dinâmica muito própria, pelo que temos a consciência que ao se analisar este tema temos de considerar Cabo Verde como uma parte integrante de África.

4.2 Condicionanismos africanos

Ao escrevermos sobre Cabo Verde e, a vontade de afirmação internacional, o contexto africano como referimos atrás, condiciona essa vontade, pelo que nos parece imperativo analisar a realidade cabo-verdiana num contexto africano.

Na década de 60, o continente africano era visto como um parceiro emergente no seio das relações internacionais, mas, passadas quatro décadas de independências africanas, constatamos que em termos gerais foram um desastre, económico, político e social. Esta visão baseia-se numa série de exemplos como a má gestão generalizada ou a adopção de modelos de desenvolvimento inadequados.

Os anos passaram e um sentimento de pessimismo surgiu, com os próprios africanos a questionarem-se sobre se o continente terá algum futuro e num sentido mais restrito que futuro terão os países que o integram. Detectamos que grande parte da fragilidade internacional dos países africanos e a sua vulnerabilidade a influências internas ou externas, devem-se à sua fraqueza económica da qual Cabo Verde é exemplo. Esta questão provoca uma dependência da ajuda dos países ocidentais, que nem sempre é certa, ficando à mercê das condições impostas por estes. É certo que a importância do continente africano tem vindo a desaparecer gradualmente na economia mundial, sendo basicamente um continente exportador de matérias-primas. A situação é difícil de quantificar, uma vez que não abundam estatísticas fiáveis relativas ao continente africano. Na década de 80 e 90, a maioria dos países africanos viu decrescer o rendimento percapita, a produção alimentar decresceu, a ajuda externa aumentou. Com o fim da “Guerra Fria”, a procura de minerais estratégicos diminuiu, deslocando-se essa procura para fontes localizadas no leste europeu, marginalizando desta forma o

continente africano, situação análoga se coloca ao investimento directo. Desta deterioração económica, resulta que os países dependam cada vez mais de importações.

A conjuntura internacional na década de 90 não foi favorável, crises financeiras ou mesmo petrolíferas contribuíram para o agravamento económico.

Mas, é verdade que as relações entre os estados africanos e as antigas potências coloniais permaneceram quase sempre de forma profunda e geralmente cordiais, apesar dos conflitos no processo de transição para a independência e o período imediato que se lhe seguiu, não obstante esta situação, o processo de transição de Cabo Verde revelou-se de forma pacífica comparativamente a outros estados. Se inicialmente, os estados se afastaram das antigas metrópoles, com o desejo de afirmação internacional, não é menos verdade que após as independências se assistiu a uma intensificação das relações externas, sendo que as relações com as antigas metrópoles ocuparam sempre um lugar “especial” nos mais variados domínios, passamos a enunciar: em contactos ao nível diplomático, com o objectivo de encontrar plataformas de entendimento e de actuação na cena internacional; na existência de instituições como a Commonwealth, CPLP ou a comunidade francófona; em acordos relacionados com intercâmbios culturais, com a imigração e questões de cidadania; em acordos estabelecidos de base bilateral.

Porém, a intensidade de relações dos novos países surgidos após as independências, com as ex-metrópoles varia consoante o seu grau de interdependência. Um caso paradigmático, refere-se à relação da França com as suas antigas colónias. Como experiência temos a celebração do acordo de natureza económica, financeira e técnica que concretamente partiu de uma decisão do governo de Paris ao criar dois bancos centrais multilaterais, para controlar e agrupar as economias das suas antigas colónias: o BCEAO e o BCEAC. Estes bancos, como foi referido no capítulo anterior, criaram a

moeda uniforme (franco CFA) ligada ao franco francês, estando sob a alçada e controlo das autoridades de Paris. O efeito global deste sistema é a possibilidade que a França detém em determinar as políticas monetárias, financeiras e económicas assim como as relações externas dos estados agrupados em torno daqueles bancos. De forma similar temos a cooperação entre Portugal e Cabo Verde, que se traduziu pela celebração do ACC. Apesar desta aproximação entre os estados africanos e europeus, os acordos realizados foram celebrados de acordo com as particularidades de cada um, uma vez que, tendo sido colonizados por diferentes países, privilegiando o relacionamento com as suas antigas metrópoles, sendo que o sucesso deste relacionamento depende de uma série de factores dos quais destacamos: a influência cultural; o poder económico da antiga potência colonial; o interesse de outras potências sobre esse território africano e os recursos do país africano.

4.3 A Globalização - perspectivas para Cabo Verde

Na generalidade assistimos que a África Sub-Sahariana nos últimos anos não apresentou níveis de crescimento do rendimento *percapita* extraordinários nem houve evoluções significativas em termos de redução da pobreza. Se é verdade que o resto do Mundo cresce economicamente, África assiste a uma estagnação económica, para além de outros problemas bastante graves, como guerras civis ou doenças. Contudo, em África nem tudo é sombrio. Países como Cabo Verde, que tem empreendido reformas económicas, procurando novas formas de integração, pode ser considerado como um bom exemplo africano.

Segundo Dollar (2000), a chave para África prosperar consistirá em reformas económicas que favorecerão o crescimento, necessitando por outro lado de doadores internacionais para apoiarem o continente e, desta forma poder alcançar um futuro mais próspero, porém esse futuro está nas mãos dos africanos. Citando o autor:

“Os que estão de fora podem ajudar mas os africanos têm que tomar a iniciativa de tornar o continente próspero.”

As reformas económicas, permitirão um crescimento económico, mas por outro lado, a estabilidade económica, a abertura das economias, a captação de IDE serão determinantes para o crescimento. Por outro lado, a assistência internacional deve ser feita com algumas precauções, pois pode não produzir resultados, devido à corrupção e ao desperdício prevalecerem. Caso contrário a existência de um bom ambiente político, permitirá que a ajuda internacional, seja muito útil acelerando o crescimento e contribuindo para a redução da pobreza. É certo que a abertura à economia mundial, é uma força para o desenvolvimento dos países africanos e respectivas sociedades. De acordo ainda com o autor a globalização potencia a igualdade. Os países ao participarem no fenómeno da globalização crescerão mais rapidamente, recuperando atrasos, diminuindo as disparidades em relação a outros países. Assim, pensamos que participar de forma activa na globalização é promover futuramente a igualdade.

Dollar, entende que a razão porque em África muitos países fiquem se atrasem, reside no facto de não estarem a participar na globalização, e neste sentido terão de ser as sociedades africanas a tomarem iniciativas através de reformas para que possam contornar os obstáculos com que se deparam. No entanto, os países ricos ou mais desenvolvidos, terão um papel preponderante neste processo, como um regime de comércio mundial mais benéfico para os países pobres, alívio da dívida e premiar

aqueles que melhor gestão façam relativamente à ajuda financeira internacional, queremos com isto dizer que a ajuda internacional deverá beneficiar primeiramente os países onde os progressos sejam visíveis e em que a governação seja exemplar. Neste sentido Cabo Verde está em nossa opinião no caminho certo, tem sabido gerir a ajuda internacional, e dentro do contexto africano, tem tentado marcar uma posição de distanciamento por um lado e de afastamento por outro, no que diz respeito à vontade de promover a sua inserção na economia mundial. Contudo, e ainda de acordo com o autor, a integração de África na economia mundial não será fácil, levando a um mundo cada vez mais polarizado. Mas se existe um mundo cada vez mais rico e outro cada vez mais pobre, tal se deve à não participação no fenómeno da globalização, pelo que as ambições cabo-verdianas de procurarem um distanciamento do subdesenvolvimento, diminuição das desigualdades, na promoção do crescimento económico, abertura da economia, captação de investimento estrangeiro, reformas políticas entre outras, vai de encontro à capacidade que poderá ter em termos de inserção da sua economia em termos mundiais e de projecção internacional, pelo que participar na globalização permitirá caminhar nesse sentido em nosso entender.

4.4 As relações entre a União Europeia e Cabo Verde

Hoje em dia ao falamos do relacionamento entre a Europa e África pensa-se geralmente nos acordos “ACP”. Estes surgiram após a segunda Guerra Mundial. O cenário internacional alterou-se, a era colonial chegava ao fim. Com as independências, os países africanos foram apercebendo-se que as suas estruturas económicas estavam profundamente dependentes das antigas metrópoles. No seguimento da Convenção de

Yaoundé (Camarões) de 1963, surgiu um novo acordo (Yaoundé II), que entrou em vigor em 1971, no entanto a conjuntura internacional afectou profundamente o acordo, pois havia grande instabilidade internacional devido aos choques petrolíferos. Por outro lado, é neste período que se dá o primeiro alargamento da Comunidade Económica Europeia (CEE), com a adesão da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.

A entrada do Reino Unido para a CEE, suscitou desde logo controvérsia, sobre a nova forma de relacionamento com os países da Commonwealth, por outro lado, a Holanda e a Alemanha defendiam posições globalistas, não desejando favorecer nenhum país em vias de desenvolvimento, no lado oposto, situavam-se a França e a Grã-Bretanha que pretendiam criar mecanismos que favorecessem as suas antigas colónias. Face a tudo isto chegou-se à conclusão havia de se criar um novo tipo de acordo, surgindo assim os acordos ACP, que pretendiam essencialmente: a garantia de preços estáveis e justos para os produtos exportados para a CEE; a não reciprocidade de vantagens comerciais relativamente às concedidas pela CEE; a supressão de todos os direitos aduaneiros na CEE para produtos africanos; aumento de ajudas financeiras e a redução das exigências relativas às regras de origem.

Mais tarde em 1975, foi assinada a Convenção de Lomé (Togo), ficando conhecida por Lomé I, à qual se lhe seguiu mais três convenções, a Lomé II (1980/85); Lomé III (1985/1990); Lomé IV (1990/2000).

Tudo isto vem no seguimento das relações da UE e África. Nas duas últimas décadas do século XX, assistimos a importantes mutações em termos económicos e políticos na cena internacional, nomeadamente o fim da Guerra Fria e ao processo de globalização dos mercados. A celebração de determinados acordos possibilitou a certos países africanos, incluindo Cabo Verde de participar activamente neste processo em curso.

Como referimos a UE mediante as convenções de Yaoundé e Lomé detém um relacionamento privilegiado com os países de África, Caraíbas e Pacífico. Contudo, o início desta nova era, há necessidade de responder às novas exigências, quer africanas quer europeias. Para os países africanos, incluindo Cabo Verde, há necessidade de encontrar mecanismos para enfrentar os desafios a nível internacional, novas formas de cooperação, já que existe reciprocidade de interesses. No que diz respeito à relação entre a União Europeia e África, esta é de proximidade de laços históricos marcados por vários séculos de existência. Daí que a responsabilidade histórica da Europa para com África, constitui em certa medida uma oportunidade que Cabo Verde pode beneficiar e aproveitar, sendo actualmente uma realidade a UE ser o principal parceiro comercial de Cabo Verde. Por outro lado, a concorrência existente dificulta a acção dos vários intervenientes, assim para alguns países da União, sobretudo os menos desenvolvidos, procuram outras oportunidades de mercado fora do continente europeu que estejam por explorar. Nesta lógica países como Portugal, poderão também beneficiar do potencial que África tem para oferecer.

Já referimos a importância que a Europa assume para Cabo Verde em termos comerciais e mesmo em termos de IDE, porém e como referimos no capítulo 1, Cabo Verde pela sua localização possui um papel geo-estratégico, isto é, possui um papel de entreposto entre África e a Europa podendo assumir-se como “plataforma” de ligação entre a Europa e a CEDEAO (com mais de 200 milhões de habitantes). Neste sentido a integração regional num mercado como o da CEDEAO, possibilitará a Cabo Verde vir a assumir para a Europa um parceiro geo-estratégico no continente africano para acesso mais fácil a outros potenciais mercados. Por outro lado entendemos que sendo a dimensão do mercado interno pequena e geograficamente distante do continente

Europeu, a Cabo Verde impõe-se-lhe enfrentar e conquistar mercados dessa sub-região africana. Este activo geo-estratégico, não se esgota apenas no continente africano. Cabo Verde é ponto de escala, nas relações entre E.U.A., Europa e África, sem falar da América do Sul mais concretamente do MERCOSUL, a vocação Atlântica existe, contudo só por si não é suficiente.

Em termos gerais o desenvolvimento dos países do Sul, especialmente africanos, podem potenciar o nascimento de um mercado para as potências do norte, escoando as produções excedentárias, podendo em certa medida resolver parte do desemprego que assola a Europa. A questão que se coloca é de saber como a potenciar nos fluxos comerciais mundiais, isto é, integrar África em termos de economia mundial. Sabemos que a construção de uma Europa económica e politicamente forte, poderá beneficiar os países africanos em geral, pois é constituída essencialmente por países que foram potências colonizadoras do continente africano.

4.5 Integração Regional e Desenvolvimento

Em termos gerais o continente africano encontra-se marginalizado face à economia mundial, com a sua importância a decrescer ano após ano. Assim, os países africanos terão que encontrar soluções fazer face aos grandes blocos económicos mundiais caso da ASEAN, NAFTA, MERCOSUR e da UE, ou quanto muito deverão procurar formas de ancoragem a esses blocos de maneira a facilitar a sua inserção na economia mundial. É verdade que, com o processo de independência, os países africanos têm procurado novas formas de cooperação, de certa forma novos instrumentos que melhor se adaptem às suas realidades. Por outro lado, assistimos em África à criação de organismos de

integração por regiões, a norte a União do Magreb Árabe (UMA), a ocidente a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) na qual Cabo Verde faz parte, na África Oriental e Austral temos a *Preferential Trade Area for Eastern and Southern Africa* (PTA) e na África Central surge a Comunidade Económica de Estados da África Central (CEEAC). Relativamente na África Austral temos duas organizações com características próprias a SADCC/SADC (Southern African Development Community) e a SACU. Apesar deste processo de integração africana, devemos ter em conta as seguintes realidades, como: o fraco desempenho das economias africanas, que dependem em muito da exportação de bens primários e a necessidade de aumentar e diversificar as produções; pequena dimensão das economias que integram o continente africano; estruturas sócio-económicas desadequadas; grandes disparidades económicas entre alguns países e uma enorme dependência das relações comerciais com países exteriores ao continente africano.

Não obstante estes condicionalismos, a criação destes espaços de integração pretendem em última análise promover o crescimento e desenvolvimento económico, aliviar a pobreza, melhorar a qualidade de vida dos povos desfavorecidos, reforçar e consolidar as afinidades e laços históricos, sociais e culturais existentes entre os estados da região, promovendo o emprego e otimizando a utilização dos recursos, entre outros.

Já referimos na África Subsahariana existem países considerados dos mais pobres do planeta, com rendimentos médios por africano extremamente reduzidos. Por isso existem preocupações, de que o crescimento económico se torne imperativo, para melhorar em certa medida o nível de vida das populações, e reduzir as desigualdades num ambiente de estabilidade económica e monetária. É verdade que estes problemas terão que ser resolvidos ou quanto muito atenuados, e neste sentido constatámos que

existe vontade por parte dos africanos em resolver estas questões. Numa Conferência realizada em Lomé, em Dezembro de 1999, os chefes de Estado e de Governo referiram a possibilidade da criação de uma “Zona Monetária Única”, da CEDEAO, num horizonte de 2004. Entendemos que é um projecto ambicioso, difícil de implementar, com interrogações sobre um eventual desenvolvimento desse projecto. No entanto, segundo O. Correia (2000), a construção de uma área monetária africana, nessa sub-região passa por uma forte determinação ao nível dos dirigentes políticos e da sociedade em geral, uma vez que os problemas proliferam nesses países, bem como a fragilidade quer em termos políticos quer em termos militares e de segurança. Assim constatamos que apesar de uma vontade própria, possivelmente ainda teremos de esperar várias décadas para assistirmos à criação de uma África Sub-sahariana unida em termos políticos e económicos e com uma moeda única, mas estamos certos da ambição da África Sub-Sahariana na determinação, vontade, desejo de constituírem um bloco unido, criando formas de integração mais profundas em defesa dos interesses africanos em termos internacionais. Ao falarmos de desenvolvimento, Cabo Verde, é sabido que o país é pobre, não possui recursos, com a produção interna é reduzida sendo o seu capital físico e humano baixo, extremamente dependente do exterior, bastante vulnerável face ao exterior o que dificulta os esforços para desenvolver e promover o próprio país. A esta situação há a referir a descontinuidade geográfica que por si mesma dificulta o processo de desenvolvimento.

Citando O. Correia (2001), *“Não é o mundo que precisa de Cabo Verde mas os cabo-verdianos que precisam de encontrar, na relação que estabelecem com outros países,*

os meios para assegurar o bem-estar da população e para consolidar os caminhos que poderão conduzir ao seu desenvolvimento”³⁵.

Sem dúvida que Cabo Verde, terá que impor medidas de ajustamento estrutural nas quais as reformas económicas e políticas terão que se dirigir para um modelo de desenvolvimento nacional passando pela criação de infra-estruturas, transformação e aproveitamento a posição estratégica como factor de crescimento económico. Por outro lado sendo um ponto de escala, ao favorecer a prestação de determinados serviços, promove o crescimento económico e dinamiza o seu desenvolvimento. Actualmente a localização de do arquipélago cabo-verdiano confere-lhe o estatuto de uma economia de triplo “T”, isto é, que se sustenta nos serviços relacionados com transportes, turismo e telecomunicações. Pela importância que assumem para a economia, estes serviços poderão contribuir consideravelmente para o desenvolvimento do país.

Em suma, Cabo Verde tem apostado nestes últimos anos na internacionalização da sua economia, pensamos que a celebração do ACC foi um passo importante para a inserção da sua economia em termos mundiais. Com uma posição geo-estratégica privilegiada, pode potenciar um desenvolvimento económico sustentável e em certa medida servir de plataforma nas relações económicas entre os países do norte com a África Sub-Sahariana. Por outro lado, o país não pode alhear-se do contexto africano, apesar de existir vontade de se afastar da realidade africana, existe uma vontade de estreitar laços económico-políticos com os países da região. Contudo, a existência deste dilema não impede que de forma concertada esses países implementem medidas de política económica com o objectivo de promoção de um crescimento económico sustentável.

³⁵ Forum - Onde estamos? Para onde vamos?Praia, 19 Julho 2001

5. Conclusão

Terminada a apresentação deste documento, será importante referir as principais conclusões, deixando em aberto possibilidades de investigação para trabalhos futuros nesta área. Assim, relativamente a cada capítulo, tendo por base os objectivos a que nos propusemos analisar, podemos concluir.

No que se refere ao capítulo 2, constatámos, através da investigação realizada que Cabo Verde encetou um processo de transição, em inícios da década de 90 do século XX, processo esse que se encontra em fase desenvolvimento, resultado de reformas económicas em diversas áreas da vida económica e social, apesar de existirem debilidades. Porém, entendemos que as mutações na economia cabo-verdiana nos últimos anos do século XX foram uma realidade sem precedentes. O desenvolvimento económico foi a estratégia estabelecida, instrumentos de desenvolvimento foram utilizados e reformas foram operadas, com vista à estabilização macroeconómica e a um crescimento económico sustentável, que após investigação e uma análise detalhada constatámos existir nos últimos anos. Da análise da evolução recente da economia cabo-verdiana e as consequências da celebração do Acordo de Cooperação Cambial e os impactos sobre uma pequena economia aberta, analisando determinados indicadores económicos e tendo em conta que apenas decorreram alguns anos após a celebração do acordo, constatámos que determinados indicadores evidenciam uma evolução muito positiva, como a inflação, IDE ou remessas de emigrantes, pois registam níveis muito satisfatórios que em nossa opinião se deve à celebração do acordo, e que de outra forma possivelmente não seriam alcançados. Porém, também estamos certos que existem fraquezas económicas e sociais que estrangulam as actuações das autoridades de Cabo

Verde. Mas, somos de opinião que a decisão de fixar a taxa de câmbio entre Portugal e Cabo Verde foi acertada, pois se por um lado Cabo Verde e suas autoridades para além de terem ganhos de credibilidade internacional, por outro, o acordo possibilitou a obtenção de alguma estabilidade macroeconómica.

No capítulo 3, propusemo-nos analisar se Portugal e Cabo Verde formariam entre si uma zona monetária óptima. Após uma conceptualização teórica relativa à teoria tradicional das zonas monetárias óptimas, e partindo dos critérios inerentes à constituição de uma zona monetária, concluímos após investigação, que dos critérios inerentes à formação de uma ZMO apenas não se cumpria o critério relativo às estruturas produtivas ou económicas similares, verificando-se uma determinada mobilidade do factor trabalho, flexibilidade salarial, integração fiscal e um considerável grau de abertura. Assim, devido a não existir de uma ZMO entre Portugal e Cabo Verde introduzimos o conceito de Zona Monetária Natural Incompleta, pois as condições de optimilidade para a existência de uma Zona Monetária Óptima não se encontravam totalmente reunidas. Pensamos que apesar de Portugal e Cabo Verde não formarem uma ZMO incompleta, na acepção da palavra, essa possibilidade num futuro próximo não se encontra excluída.

No capítulo 4, o objectivo proposto, e na sequência do que foi investigado no anterior, focalizámos a nossa análise, no estudo de uma possível de internacionalização de Cabo Verde, como forma de inserção na economia mundial. Com alguma ousadia, pensamos que Cabo Verde por via do acordo cambial estabelecido, e por via da Zona Monetária Natural Incompleta, deu um passo nessa sua internacionalização, devido ao peg estabelecido com o euro, obtendo dessa forma sinergias, por via da ligação a um espaço mais alargado como é o da União Europeia bem como a obtenção de credibilidade



internacional. Constatámos que a posição geo-estratégica do arquipélago cabo-verdiano pode ser um elo de ligação entre a Europa e África. Verificámos ainda que Cabo Verde se “sente” mais próximo da Europa que de África em consequência dos laços históricos a Portugal. Contudo uma conclusão a retirar refere que apesar do contexto africano, condicionar fortemente as suas orientações nessa internacionalização, o fenómeno da globalização poderá contribuir para uma mais rápida inserção de Cabo Verde na economia mundial.

Para finalizar, não queríamos deixar de referir que apesar de determinados condicionalismos que nos surgiram ao longo da realização deste trabalho, sobretudo no que se refere à recolha de informação estatística, que quase sempre é inexistente ou insuficiente, deixamos através deste documento algumas questões e orientações que podem ser alvo de investigações futuras.

Referências Bibliográficas

- África Hoje (2000), Política Economia e Cultura, Lisboa, www.portugalnet.pt
- Amador, J. (2000), “Os indicadores macroprudenciais e a Gestão da Política Económica”, Comunicação preparada para a conferência do 24º aniversário do BCV, Cidade da Praia, Junho
- Argy, V., Grauwe, P. and Polak, J. (1990), “Choosing an Exchange Rate Regime: the Challenge for smaller industrial countries”, International Monetary Fund, Katholieke Universiteit Leuven, Macquarie University.
- Associação Industrial Portuguesa (1997), Estudo de Oportunidades para as Empresas Industriais Portuguesas - Guia de Cabo Verde, Lisboa, AIP.
- Banco de Cabo Verde 2000, Boletim Económico/Boletim de Estatísticas, Dezembro
- Banco de Cabo Verde 2000, Indicadores Económicos & Financeiros, Dezembro
- Banco de Cabo Verde 2000, Programação Monetária Ano 2000, Janeiro
- Banco de Portugal 1996, Evolução das Economias dos PALOP 1995/1996, Setembro.
- Banco de Portugal 1997, Evolução das Economias dos PALOP 1996/1997, Setembro.
- Banco de Portugal 1999, Evolução das Economias dos PALOP 1998/1999, Setembro.
- Banco de Portugal 2000, Evolução das Economias dos PALOP 1999/2000, Setembro.
- Banco Mundial 2000, “Prespectivas Económicas Globais”, Comunicado 2001/126/S
- Banque Africaine de Développement, (1999) “Raport sur le Développement en Afrique 1999”
- Banque France, (1998), “Convention de cooperation monétaire entre les États members de la banque des États de l’Afrique centrale (BEAC) et la République Française, www.banque-france.fr
- Bayoumi, T. and Eichengreen B. (1996), “Operationalizing the Theory of Optimum Currency Areas”, CEPR Discussion Paper 1484, www.cepr.org
- Buiter, W. (1999), “Optimal Currency Areas: Why does the exchange rate regime matter?”, CEPR Discussion Paper 2366, www.cepr.org

- Burgo, C. (2000), “Como vencer o desafio do desenvolvimento em economias em transição?” documento preparado para a conferência do 24º aniversário do BCV (não publicado).
- C. C. Europeias (1990), “Marché Unique, Monnaie Unique”, *Economie Européenne*, nº 44.
- Correia, O. (2000), “O Sistema Financeiro e os Novos Desafios (o caso de Cabo Verde), apresentado no Encontro de Economistas Nacionais integrado no 24º Aniversário do Banco de Cabo Verde (não publicado).
- Correia, O. (2000), “Zonas Monetárias Óptimas - A Experiência do BCEAO e o Projecto de Criação da Zona Monetária Única da CEDEAO”, Praia, Dezembro.
- Correia, O. (2001), “Que Parcerias Para o Nosso Desenvolvimento?”, Intervenção forum a SEMANA, Julho 19, www.bcv.cv
- De Grauwe, P. (1997), “The Economics of Monetary Integration” 3rd rev. ed., Oxford, Oxford University Press.
- Estêvão, João (1998), “Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde”, “Brief Papers” nº4/98, CEsA Lisboa.
- Estudos de Desenvolvimento “África em Transição”-CEsA 2000, Trinova, Setembro.
- Fatás, A. (1997), “EMU: Countries or Regions? Lessons From the EMS Experience”, CEPR Discussion Paper 1558, www.cepr.org
- Feldstein, M. (1988), “International Economic Cooperation”, NBER, Conference Report: University of Chicago Press
- Ferreira, E. (1998), “Reflexão sobre o modelo de desenvolvimento Cabo Verdiano”, Cesa, Lisboa
- Ferreira, E. (1998), “Reflexões sobre as infraestruturas e sistemas de transportes no desenvolvimento de uma pequena economia insular: o caso de Cabo Verde”, Cesa, Lisboa
- Fleming, J. M. (1971), “On Exchange Rate Unification”, *The Economic Journal*, Vol. 81, September.
- Frankel, J. A. and A. K. Rose. (1996), “The endogeneity of the optimum currency area criteria.” NBER Working Paper 5700.
- Fundação Calouste Gulbenkian, (2001) “Globalização, desenvolvimento e equidade”, Lisboa, Julho

- Fundo Monetário Internacional (1998), "Cape Verde: Statistical Tables", IMF Staff Country Reports nº 98/31, Maio.
- Fundo Monetário Internacional (1998), "IMF Approves Stand-by Credit for Cape Verde", Press release, nº 98/3, Fevereiro 23.
- Fundo Monetário Internacional (1998), "IMF Concludes Article IV Consultation with Cape Verde", Press Information Notice, nº98/15, Março10.
- Fundo Monetário Internacional (1999), " IMF Concludes Article IV Consultation with cape Verde", Public Information Notice, nº 99/47, Junho 14.
- Fundo Monetário Internacional (1999), "Cape Verde: Recent Economic Developments", IMF Staff Country Report, nº 99/58, Julho.
- Fundo Monetário Internacional (2000), "IMF Completes Cape Verde Third Review Under the Stand-by Arrangement", News Brief, nº 00/13, Março 6.
- Fundo Monetário Internacional (2000), Cape Verde Letter of Intent, Fevereiro 22.
- Gemdev (1994), " L'intégration Régionale dans le monde. Inovations et ruptures", p. 153-210, Karthala
- Ghosh, A. and Wolf, H. (1994), "How Many Monies? A Genetic Approach to Finding Optimum Currency Areas? ", NBER Working Paper 4805, www.nber.org
- Hugon, P. (1999), "Economia de África", Tempos e Espaços Africanos, ed. Vulgata, Dezembro
- INE (2000), "Estrangeiros com residência legalizada por nacionalidade – Cabo Verde", Lisboa.
- Kennen, P. (1969) "The Theory of Optimum Currency Areas: An Electric View", in Mundell , R. e Swoboda (edits), Monetary Problems of the International Euromoney, Chicago: University of Chicago Press, p.41.
- Krugman, P. (1991), "Geografy and trade", Massachussts, the MIT Press.
- Krugman, P. (1993), "Lessons of Massachussts for EMU", in Torres, F. and Giavazzi, F., Adjustment and growth in the European Monetary Union, Cambridge University Press, p. 241-269.
- Mackinnon, R. (1963), "Optimum Currency Areas", The American Economic Review, Vol. III, Seepتمبر.
- Marchés Tropicaux et méditerranéens (1998), nº2735, p. 739-740, article "Le franc CFA et l'Euro: ancrage opportun, Avril

- Marchés Tropicaux et méditerranéens, (1997), n°2718, p.2703-2705 article “Le franc CFA et l’Euro. Quel avenir pour la zone franc d’Afrique?”, Décembre
- Marques, P. (2000) « Uma análise da Racionalidade do Acordo Cambial luso-caboverdiano à luz do (novo) conceito de Zonas de Cooperação Monetária Ótima », ISEG
- McCallum, B. (1999), “Theoretical Issues Pertaining to Monetary Unions”, NBER Working Paper 7393, www.nber.org
- Mendonça, A. (2000), O Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal: Algumas Notas de Balanço (versão provisória), apresentado no Encontro de Economistas Nacionais integrado no 24º Aniversário do Banco de Cabo Verde (não publicado).
- Mendonça, A., Faustino, H., Branco, M. e Filipe, J. (1999), “Economia Financeira Internacional”, McGraw-Hill, Outubro.
- Ministério das Finanças, (2000), “Acordo de Cooperação cambial entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde – relatório de implementação”, Lisboa
- Mundell, R. (1961), “A Theory of Optimum Currency Areas”, The American Economic Review, Vol. VI, September.
- Mundell, R. And Swoboda A. (1969), “ Monetary Problems of the International Economy”, The University of Chicago Press
- Mussa, M., P. Masson, A. Swoboda, E. Jadresic, P. Mauro and A. Berg (2000), “Exchange rate regimes in an increasingly integrated world economy, Advance copy.
- Nana-Sinkam and Samuel C. (1978), “Monetary Integration and Theory of Optimum Currency Areas in Africa”, Studies in the Social Sciences, Setembro.
- Olters, Jan-Peter (1999), “Foreign Exchange Queues, Informal Traders, and a Zero Premium in the Black Market - A Cape Verdean Puzzle”, IMF Working Paper 99/110, www.imf.org
- PNUD (2000), Relatório do Desenvolvimento Humano de 2000.
- Problèmes Économiques, (1997) n°2547, p.13 article “La Théorie des zones monétaires optimales el l’Union monétaires européenne”, Décembre.
- Proença, C. (1998), “A política económica e social em cabo Verde”, Cesa, Lisboa
- Robson, P. (1990), “The Economics of International Integration”, 3rd rev. ed.

Anexo 1: Evolução da população total residente por ilha de 1940 a 2000

							Milhares
Ilhas	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Boavista	2779	2985	3263	3569	3372	3452	4193
Brava	8528	7937	8625	7756	6985	6975	6820
Fogo	23022	17582	25615	29412	30978	33902	37409
Maio	2237	1924	2680	3466	4098	4969	6742
Sal	1121	1838	2608	5505	5826	7715	14792
Santiago	77382	59397	88587	128782	145957	175691	236352
S. Antão	35977	28379	33953	44623	43321	43845	47124
S. Nicolau	14846	10366	13866	16308	13572	13665	13536
S. Vicente	15848	19576	20705	31578	41594	51277	67844
Total	181740	149984	199902	270999	295703	341491	434812

Fonte: INE de Cabo Verde

Anexo 2: Superfície das ilhas de Cabo Verde

Ilhas	Área Km ²
Boavista	620
Brava	64
Fogo	476
Maio	269
Sal	216
Santa Luzia	35
Santiago	991
S. Antão	779
S. Nicolau	343
S. Vicente	227
Ilhéus do Rombo	3
Ilhéus Branco e Raso	10
Total	4033

Fonte: INE de Cabo Verde

Anexo 3: Contribuição de cada sector para o PIB no período de 1998 a 2000



	% do PIB		
	1998	1999	2000
Sector Primário			
• Agricultura, Pecuária e Silvicultura	10,2	14,3	10,8
• Pesca	1,4	1,2	1,2
Sector Secundário			
• Indústria e Energia	9,4	8,8	9,3
• Construção	9,6	9,4	10,4
Sector Terciário			
• Comércio	16,2	16,0	16,8
• Hotéis	5,2	5,6	7,2
• Transportes e Comunicação	17,6	17,5	18,7
• Outros Serviços	24,9	18,6	20,9

Fonte: INE – Estatísticas de Cabo Verde

Anexo 4: Comércio externo no período de 1993 a 1999

	Mil contos						
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações	312	408	687	1046	1295	1016	1170
Importações	12387	17113	19394	19355	21763	22597	26915
Saldo	- 12075	- 16705	- 18707	- 18309	- 20468	- 21581	- 25745
Tx de Cobertura	2,5	2,4	3,5	5,4	6,0	4,5	4,3

Fonte: BCV

Anexo 5: Distribuição Geográfica das Importações, 1990-1999

Em % do Total

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Alemanha	2,4	6,3	3,7	4,9	4,0	4,1	3,1	2,1	4,6	2,0
Espanha	7,3	5,4	2,1	0,7	0,9	1,7	3,8	2,4	2,4	2,4
E.U.A.	1,9	1,4	5,6	3,5	2,3	3,3	3,6	9,4	5,6	3,4
França	3,2	2,1	3,6	4,4	13,8	4,0	5,6	9,2	5,0	2,4
Holanda	8,9	9,8	10,4	8,5	8,0	7,9	7,6	11,0	6,8	17,8
Portugal	31,1	34,2	32,2	33,6	34,5	39,8	40,9	42,8	46,9	52,7
Reino Unido	1,6	1,5	1,9	2,1	1,4	2,1	2,8	2,0	2,7	2,9
Suécia	1,8	2,6	2,2	2,3	4,2	2,3	1,7	1,1	0,7	0,1
Outros	41,8	36,7	38,4	40,0	30,9	34,8	30,9	20,0	25,2	16,3
Importações Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP

Anexo 6 : Distribuição Geográfica das Exportações, 1990-1999

Em % do Total

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Espanha	0	0	0	15,3	0	7,2	11,1	8,7	7,3	2,9
Holanda	1,1	10,4	10,5	3,4	2,1	0,9	0,5	1	0,2	0,8
Portugal	39,6	66	80	48,8	58,8	82,9	77,9	74,1	88,9	89,7
outros	59,3	23,6	9,5	32,5	39,1	9	10,5	16,2	3,7	6,6
Exportações Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP

Anexo 7 – Donativos recebidos por Cabo Verde entre 1998-2000

Milhares de contos ECV

Doador	1998	1999	2000	Donativos Directos	Ajuda Alimentar	Total
Alemanha	378.000	378.000	378.000	972.000	162.000	1.134.000
Áustria	315.000	315.000	315.000	840.000	105.000	945.000
Bélgica	89.420	89.420	89.420	-	268.260	268.260
China	4.024	4.024	4.024	12.072	0	12.072
E.U.A.	268.260	268.260	268.260	-	804.780	804.780
Holanda	504.000	504.000	504.000	1.008.000	504.000	1.512.000
Japão	220.500	220.500	220.500	378.000	283.500	661.500
Luxemburgo	650.000	650.000	650.000	1.638.000	312.000	1.950.000
Suécia	350.000	350.000	350.000	1.050.000	0	1.050.000
Suiça	366.000	366.000	366.000	855.525	242.475	1.098.000
U.E.	1.155.000	1.155.000	1.155.000	1.890.000	1.575.000	3.465.000
FAO	223.550	55.887	55.888	335.325	0	335.325
FENU	89.420	89.420	89.420	268.260	0	268.260
FNUAP	178.840	178.840	178.840	536.520	0	536.520
PNUD	143.072	143.072	143.072	429.216	0	429.216
UNICEF	187.782	153.355	152.014	493.151	0	493.151
UNSO	43.458	-	-	43.458	0	43.458
Total	5.166.326	4.920.778	4.919.438	10.749.527	4.257.015	15.006.542

Fonte: Adaptação, D.G. Planeamento e Orçamento

Anexo 8 – PIB per capita e população: número e crescimento

Países	PIB per capita a preços de 1995 (dólares)		Taxa de cresc. médio do PIB real per capita (%)		Número milhões	População: Taxa média de cresc. (%)	
	1980	1998	1980-1990	1990-1998		1980-1990	1990-1998
Angola	698	523	0,6	-3,2	12,1	2,7	3,5
Benin	362	405	-0,5	1,8	5,8	3,0	2,7
Burkina Faso	209	249	0,8	0,7	11,3	2,8	2,8
Burundi	176	149	1,5	-5,3	6,5	2,8	2,1
<i>Cabo Verde</i>	-	1380	4,1 ^d	3,0	0,4	1,7	2,3
R. Centro Africana	417	340	-1,0	-0,7	3,5	2,4	2,1
Chade	176	231	3,5	-0,8	7,3	2,5	3,0
Comores	431	325	-0,3	-3,3	0,7	3,1	2,8
R. P. D. do Congo	313	124	-1,6	-8,3	49,1	3,3	3,5
Guiné Equatorial	-	1050	-0,8 ^a	15,3	0,4	5,1	2,6
Eritreia	-	190	-	2,0 ^f	3,6	1,9	2,7
Etiópia	-	113	-1,7 ^d	2,0	59,7	2,8	2,7
Gambia	377	349	-0,1	-1,2	1,2	3,7	3,7
Guiné	-	573	1,5 ^b	0,9	7,3	2,5	3,2
Guiné-bissau	168	173	2,0	-1,1	1,2	2,0	2,2
Lesoto	311	485	1,8	4,8	2,1	2,5	2,3
Libéria	-	-	-	-	2,7	3,6	-0,3
Madagáscar	344	231	-1,6	-2,0	15,1	2,7	3,3
Malawi	169	169	-1,8	2,7	10,4	4,4	1,1
Mali	289	264	-1,7	1,3	10,7	2,6	2,4
Mauritânia	558	478	-2,7	1,3	2,5	2,7	2,8
Moçambique	166	169	-1,5	1,8	18,9	1,5	3,8
Níger	328	216	-3,3	-1,2	10,1	3,3	3,4
Ruanda	321	279	-1,2	-1,7	6,6	3,4	-1,5
São Tomé Príncipe	-	339	-0,5 ^e	-0,6	0,1	2,4	2,2
Serra Leoa	320	160	-1,8	-6,1	4,6	2,2	1,6
Somália	-	-	-0,5	-	9,2	2,9	2,0
Sudão	229	296	-2,1	5,8	28,3	2,6	2,0
Togo	454	337	-1,3	-0,5	4,4	3	2,9
Uganda	-	338	0,7	4,3	20,6	2,2	2,8
Rep. U. Tanzania	-	173	1,4 ^c	0,0	32,1	3,2	3,0
Zâmbia	551	427	-1,3	-1,4	8,8	2,3	2,5
Todos países menos Desenvolvidos	272	287	-0,1	0,9	613,5	2,5	2,5
Todos países Desenvolvidos	892	1260	2,2	3,1	4696,8	2,1	1,7

Fonte: Adaptação. Cálculos do secretariado da UNCTAD, baseados da divisão de estatísticas das Nações Unidas; indicadores de desenvolvimento mundiais de 2000 do World Bank e outras fontes nacionais e internacionais.

Nota: a) 1987-1990; b) 1988-1990; c) 1982-1990; d) 1985-1990; e) 1992-1998; f) 1986-1990

Anexo 9- Indicadores de Saúde

Países	% mulheres que durante parto tiveram assistência de pessoal qualificado	% de crianças que no 1º ano foram vacinadas (3 doses) ^a
	1990-1998 ^b	1995-1998
Angola	-	36
Benin	60	81
Burkina Faso	27	37
Burundi	24	50
<i>Cabo Verde</i>	54	80
R. Centro Africana	46	46
Chade	15	24
Comores	52	75
R. P. D. do Congo	-	10
Guiné Equatorial	5	81
Eritreia	21	60
Etiópia	8	58
Gambia	44	96
Guiné	31	56
Guiné-bissau	25	63
Lesoto	50	50
Libéria	58 ^c	19
Madagáscar	47	68
Malawi	55	96
Mali	24	52
Mauritânia	40	28
Moçambique	44	77
Níger	18	22
Ruanda	26	77
S. Tomé Príncipe	86 ^c	73
Serra Leoa	-	56
Somália	2 ^c	24
Sudão	69	72
Togo	51	37
Uganda	38	46
Rep. U. Tanzania	38	74
Zâmbia	47	70
Todos países menos Desenvolvidos	26	55
Todos países Desenvolvidos	54	75

Fontes: Adaptação. O Estado das crianças no Mundo 2000, da UNICEF; Indicadores de Desenvolvimento Mundiais 2000 do Banco Mundial; Relatório da Saúde no Mundo-1998 da OMS.

a) Difteria, Tosse convulsa e Tétano. b) Ou último ano disponível. c) Os indicadores são da data referida ou referem-se a uma parte do país.

Anexo 10- Indicadores de Saneamento

Países	% População. com acesso a água ou saneamento adequado							
	Urbano				Rural			
	Água		Saneamento		Água		Saneamento	
	1980	1998 ^a	1980	1998 ^a	1980	1998 ^a	1980	1998 ^a
Angola	85	46	40	62	10	22	15	27
Benin	26	71	48	57	15	46	4	8
Burkina Faso	27	66	38	41	31	37	5	33
Burundi	90	92	40	60	20	49	-	50
<i>Cabo Verde</i>	100	84	34	42	21	44	10	14
R. Centro Africana	-	55	-	38	-	21	-	16
Chade	-	48	-	79	-	56	-	11
Comores	-	76	-	40	-	45	-	16
R. P. D. do Congo	43	89	-	53	5	26	10	6
Guiné Equatorial	47	88	99	61	-	-	-	48
Eritreia	-	60	-	48	-	8	-	-
Etiópia	-	91	-	97	-	19	-	7
Gambia	85	80	-	83	-	65	-	23
Guiné	69	69	54	54	2	36	1	19
Guiné-bissau	18	-	21	-	8	-	13	-
Lesoto	37	91	13	56	11	57	14	35
Libéria	-	79	-	56	-	13	-	4
Madagáscar	80	71	9	68	7	30	-	30
Malawi	77	95	100	18	37	40	81	1
Mali	37	87	79	12	-	55	-	3
Mauritânia	80	34	5	73	85	40	-	41
Moçambique	-	85	-	68	-	37	-	26
Niger	41	70	36	78	32	59	3	5
Ruanda	48	-	60	-	55	79	50	85
S. Tomé Príncipe	-	-	-	8	-	-	-	-
Serra Leoa	50	58	31	17	2	21	6	8
Somália	60	46	45	69	20	28	5	35
Sudão	100	-	63	-	31	-	-	-
Togo	70	84	24	70	31	40	-	20
Uganda	45	77	40	75	8	41	10	55
Rep. U. Tanzania	88	92	83	98	39	58	47	83
Zâmbia	65	84	100	94	32	10	48	57
Todos países menos								
Desenvolvidos	51	79	44	67	24	51	12	29
Todos países								
Desenvolvidos	73	89	50	79	32	62	13	25

Fontes: Adaptação. FAO, <http://apps.fao.org>; "Water Supply and Sanitation sector monitoring Report 1993 and 1996" da OMS/UNICEF; "The international drinking water supply and sanitation decade" da OMS; "End of decade review (as at December 1990), review of national progress (various issues); "The state of the world's children 2000. a) Ou último ano disponível.

Anexo 11- Indicador de Nutrição

Países	Calorias tomadas per capita diariamente	
	1985-1990	1998
Angola	2147	1920
Benin	2023	2571
Burkina Faso	1680	2149
Burundi	2022	1578
<i>Cabo Verde</i>	2570	3099
R. Centro Africana	2301	2056
Chade	1644	2171
Comores	1783	1858
R. P. D. do Congo	2078	1701
Eritreia	-	1744
Etiópia	-	1805
Gambia	1644	2599
Guiné	2227	2315
Guiné-bissau	1821	2411
Libéria	2508	1979
Madagáscar	2421	2001
Malawi	2246	2226
Mali	1739	2118
Mauritânia	2118	2640
Moçambique	1954	1911
Níger	2151	1966
Ruanda	2292	2035
S. Tomé Príncipe	2103	2201
Serra Leoa	2087	2045
Somália	1735	1531
Sudão	2276	2444
Togo	2198	2513
Uganda	2065	2216
Rep. U. Tanzania	2283	1999
Zâmbia	2193	1950
Todos países menos desenvolvidos	2093	2167
Todos países Desenvolvidos ^b	2277	2663

Fontes. Adaptação. FAO, <http://apps.fao.org>; "Water supply and sanitation sector monitoring report 1993 and 1996" - OMS/UNICEF; "The international drinking water supply and sanitation decade: end of decade review (as at December 1990), review of national progress (various issues)" da OMS; "The state of the world's children 2000"- UNICEF.

b) Média para os países para os quais os dados estão disponíveis.

Anexo 12 -Indicadores de Comunicação e Média

Países	Estações de correios abertos ao público por 100000 habitantes		Telefones 1000 habitantes		Rádios por 1000 habitantes	
	1980	1998 ^a	1980	1998 ^a	1980	1997 ^a
Angola	1.4	0.7	5.1	6.0	21	54
Benin	-	3.1	5.0 ^c	6.6	66	110
Burkina Faso	1.2	0.8	1.5 ^c	3.6	18	34
Burundi	0.4 ^d	0.4	1.3 ^e	2.9	39	69
<i>Cabo Verde</i>	18.7 ^d	12.9	5.7 ^f	98.0	142	183
R. Centro Africana	3.1 ^e	1.0	2.1 ^f	2.7	52	83
Chade	0.5 ^e	0.5	1.5 ^g	1.2	168	236
Comores	-	5.6	5.0 ^c	9.5	119	141
R. P. D. do Congo	1.4	1.0	0.8	0.4	193	376
Guiné Equatorial	4.6 ^d	5.9	-	12.9	401	428
Eritreia	-	11	-	6.7	-	91
Etiópia	1.1 ^f	0.9	2.3	2.8	168	202
Gambia	-	-	5.4 ^h	20.8	114	165
Guiné	-	1.3	1.9 ^g	4.8	30	49
Guiné-bissau	-	1.7	-	7.0	31	43
Lesoto	9.2	7.6	-	9.7	25	52
Libéria	2.6	1.2	-	2.2	179	329
Madagáscar	85.6	5.1	4.3	3.1	180	209
Malawi	3.9	2.9	5.2	3.5	186	258
Mali	1.9 ^d	1.2	-	2.5	15	55
Mauritânia	3.7	2.4	2.5 ^d	5.8	129	146
Moçambique	4.8	2.1	4.5 ^f	4.0	21	40
Níger	2.7	0.5	1.7	1.8	45	70
Ruanda	-	0.6	0.9	1.6	34	101
S. Tomé Príncipe	55.9	12.9	15.1 ^f	22.1	245	272
Serra Leoa	3.3 ^d	1.2	-	3.8	176	253
Somália	-	-	-	1.5	19	53
Sudão	4.0	1.7	3.4	5.7	225	272
Togo	15.2	1.2	3.8	7.0	203	219
Uganda	-	1.5	3.6	2.8	100	130
Rep. U. Tanzania	3.2	1.9	5.0	3.8	81	280
Zâmbia	7.0 ^f	2.2	10.7	8.8	56	120
Todos países menos Desenvolvidos ^b	6.7	4.8	2.3	4.0	79	142
Todos países Desenvolvidos ^b	13.1 ⁱ	12.7	15.5	58	120	245

Fontes: Adaptação. "Statistical yearbook 1999" da UNESCO; "Postal Statistics 1998" da Universal Postal Union; "Yearbook of Statistics 1989-1998; outras fontes internacionais e nacionais.

a) Ou último ano disponível; b) média dos países para os quais os dados estão disponíveis; c) 1978; d) 1982; e) 1983; f) 1981; g) 1977; h) 1979; i) excluindo a China.

Anexo 13 - Indicadores da área e população

Países	Área		População			
	Total (000 Km ²)	% terra arável sob permanentes colheitas-97	Densidade Pop/Km ² 1998	Total milhões 1998	Urbana % 1998	Taxa actividade ^a 2000
Angola	1246.7	2.8	10	12.1	33	83
Benin	112.6	16.7	51	5.8	41	79
Burkina Faso	274.0	12.6	41	11.3	17	84
Burundi	27.8	42.8	232	6.5	8	90
<i>Cabo Verde</i>	4.0	10.2	101	0.4	59	68
R. Centro Africana	623.0	3.2	6	3.5	40	77
Chade	1284.0	2.8	6	7.3	23	80
Comores	2.2	52.9	295	0.7	32	75
R. P. Dem. do Congo	2344.9	3.5	21	49.1	30	74
Guiné Equatorial	28.1	8.2	15	0.4	46	69
Eritreia	117.6	5.0	30	3.6	18	82
Etiópia	1104.3	10.6	54	59.6	17	73
Gambia	11.3	20.0	109	1.2	31	80
Guiné	245.9	6.0	30	7.3	31	84
Guiné-bissau	36.1	12.4	32	1.2	23	75
Lesoto	30.4	10.7	68	2.1	26	67
Libéria	111.4	4	24	2.7	48	70
Madagáscar	587.0	5.3	26	15.1	28	80
Malawi	118.5	21.3	87	10.3	15	83
Mali	1240.2	3.8	9	10.7	29	82
Mauritânia	1025.5	0.5	2	2.5	55	76
Moçambique	801.6	4.3	24	18.9	38	87
Niger	1267.0	3.9	8	10.1	20	82
Ruanda	26.3	43.4	251	6.6	6	90
São Tomé Príncipe	1.0	42.7	147	0.1	45	-
Serra Leoa	71.7	7.5	64	4.6	35	65
Somália	637.7	1.7	14	9.2	27	76
Sudão	2505.8	7.1	11	28.3	34	61
Togo	56.8	42.3	77	4.4	32	71
Uganda	241.0	34.1	85	20.6	13	86
Rep. U. Tanzania	883.7	5.3	36	32.1	26	86
Zâmbia	752.6	7.1	12	8.8	44	77
Todos países menos Desenvolvidos	20523.0	6.6	30	613.5	24	77
Todos países menos Desenvolvidos	83890.7	9.8	56	4696.8	39	73 ^b

Fontes: Adaptação. Guia de estatísticas da UNCTAD; "Production Yearbook- 1998" da FAO; Relatório Mundial do Trabalho-2000 da OIT.

a) População activa em idade económica, taxas de participação da força de trabalho calculadas como percentagem dessa força de trabalho entre as idades 15-64 da população total com idade entre 15-64.

b) Inclui a África do Sul.

Anexo 14 - Produção agrícola: (%) da quota agrícola; Taxa de crescimento média anual

Países	(%) da quota agrícola em:				Taxa média de crescimento anual (%)				
	Total força trabalho		PIB		Produção agrícola total				
	1980	1998	1980	1998	1980-1990	1990-1998	1996	1997	1998
Angola	74	72	14 ^a	12	0,8	4,5	4,1	0,5	14,7
Benin	70	56	35	39	6,6	7,0	11,6	7,7	-2,7
Burkina Faso	87	92	33	33	6,4	4,3	9,7	4,1	6,7
Burundi	93	91	62	54	2,8	-2,0	-0,1	-1,8	-5,2
<i>Cabo Verde</i>	52	24	17 ^b	12	11,2	5,2	-0,6	1,0	11,0
R. Centro Africana	72	74	40	53	2,3	3,8	15,3	-2,3	1,0
Chade	83	77	45	40	1,0	5,7	8,9	6,6	17,8
Comores	83	74	34	39	2,5	2,3	-2,3	1,8	8,2
R. P. D. do Congo	72	64	25	58 ^d	3,1	-1,2	-12,0	-1,3	-0,2
Guiné Equatorial	66	71	69 ^a	22	1,3	-2,9	6,1	-9,9	2,8
Eritreia	-	78	-	9 ^d	-	6,1 ^f	-7,5	3,2	40,1
Etiópia	80 ^c	83	56	50	-	5,0 ^f	13,9	1,0	-7,2
Gambia	84	80	31	27	0,7	0,2	-19,7	30,3	-1,2
Guiné	81	85	24 ^c	22	-0,4	4,0	2,3	4,3	5,5
Guiné-bissau	82	83	44	62	3,8	2,4	-1,9	2,2	1,7
Lesoto	86	38	24	11	1,8	0,9	14,4	3,7	-17,8
Libéria	74	69	36 ^c	-	0,4	0,9	12,2	28,7	1,1
Madagáscar	81	75	30	31	1,6	1,1	1,7	1,2	0,1
Malawi	83	84	44	36 ^d	1,6	2,3	7,6	-4,8	4,2
Mali	86	82	48	47	2,6	3,2	0,9	2,8	6,3
Mauritânia	69	53	30	25	1,3	1,2	6,1	-1,1	0,7
Moçambique	84	81	37	34	-0,5	5,2	12,4	6,2	7,4
Níger	91	88	43	41	-0,3	2,5	13,6	-20,0	50,6
Ruanda	93	91	50	47	1,2	-4,2	6,4	11,1	8,3
S. Tomé Príncipe	-	-	22 ^c	23	-1,3	8,0	23,5	12,2	6,3
Serra Leoa	70	63	33	44	2,3	-	5,3	5,5	-6,4
Somália	76	72	68	65 ^g	1,8	1,9	2,9	2,6	-5,6
Sudão	71	63	33	39	-0,8	6,4	9,2	0,7	0,3
Togo	73	61	27	42	4,6	4,6	17,1	6,0	-2,5
Uganda	86	81	72	45	3,1	1,6	-3,1	0,3	6,3
Rep. U. Tanzania	86	81	53 ^h	46	2,7	0,6	2,7	-5,0	4,1
Zâmbia	73	71	14	17	4,2	0,5	19,6	-14,2	-4,9
Todos países menos Desenvolvidos	76	72	31	33	1,6	2,5	4,9	0,8	1,9
Todos países Desenvolvidos	66	57	16	14	3,7	3,9	4,7	2,8	2,5

Fonte: Adaptação. Cálculos do secretariado da Unctad, baseado na publicação da FAO, "Production Yearbook" vol.52, 1998; Comissão económica para África; Banco Mundial (World Development indicators 2000, CD-ROM); UNDP, Human Report 2000; outras fontes nacionais e internacionais.

Notas: a) 1985; b) 1986; c) 1986; d) 1997; e) inclui a Eritreia; f) 1993-1998; g) 1990; h) 1988

Anexo 15 - Indicadores demográficos

Países	Rácio: mortalidade infantil		Esper. média		Rácio: nascimentos		Rácio: mortalidade	
	por 1000 nados vivos		de vida (anos)		por cada 1000 ind.		por cada 1000 ind.	
	1985-1990	1998	1985-1990	1990-1995	1985-1990	1998 ^a	1985-1990	1998
Angola	138	170	44	47	51	48	21	19
Benin	104	101	51	54	49	41	16	13
Burkina Faso	110	109	46	45	49	46	19	19
Burundi	114	106	47	43	47	42	18	20
<i>Cabo Verde</i>	74	54	64	69	36	32	9	6
R. Centro Africana	104	113	48	45	42	37	18	19
Chade	131	118	45	48	48	44	21	18
Comores	95	67	55	59	42	36	12	9
R. P. D. do Congo	100	128	50	51	48	46	15	15
Guiné Equatorial	127	108	46	50	44	41	20	16
Eritreia	112	70	48	51	45	40	17	14
Etiópia	133	110	45	43	49	44	20	20
Gambia	143	64	43	47	46	40	21	17
Guiné	145	124	43	47	47	42	22	17
Guiné-bissau	151	130	42	45	44	42	23	20
Lesoto	107	94	56	55	38	35	12	12
Libéria	104	157	53	39	47	44	14	15
Madagáscar	104	95	54	58	46	40	15	11
Malawi	153	134	45	40	52	47	21	23
Mali	145	144	49	54	51	47	19	16
Mauritânia	110	120	49	54	44	40	16	13
Moçambique	125	129	46	44	46	43	19	19
Níger	135	166	45	49	56	48	20	17
Ruanda	115	105	48	41	45	43	17	17
S. Tomé Príncipe	-	60	-	-	-	33	-	10
Serra Leoa	180	182	37	38	49	46	27	25
Somália	132	125	45	39	52	52	20	18
Sudão	86	73	51	55	37	33	14	11
Togo	96	81	51	49	45	41	15	15
Uganda	124	84	41	41	50	51	22	21
Rep. U. Tanzania	92	91	51	48	45	41	15	15
Zâmbia	85	112	50	41	46	42	15	20
Todos países menos Desenvolvidos	116	107	49	52	43	38	16	15
Todos países Desenvolvidos	76	64	61	65	30	25	10	9

Fontes: Adaptação.Prespectivas da população mundial – 1998 das Nações Unidas (Revisão); A situação das crianças no Mundo- 2000 da UNICEF; Anuário estatístico para a Ásia e Pacífico 1992 da ESCAP. Indicadores de desenvolvimento mundiais-2000 do Banco Mundial; Indicadores de desenvolvimento dos países asiáticos e do Pacífico-1995.

a) Ou o último ano disponível.

Anexo 16 - Sector industrial: Taxa média de crescimento anual e quota no PIB

Em %

Países	Quota no PIB		Taxa de crescimento média anual				
	1980	1998	1980-1990	1990-1998	1996	1997	1998
Angola	10	6	-11,1	-2,7	2,6	9,3	4,9
Benin	8	8	5,1	5,6	7,4	5,6	3,0
Burkina Faso	16	21	2,0	3,1	3,4	11,2	12,4
Burundi	7	8	5,7	-9,3	-16,4	-2,8	2,0
<i>Cabo Verde</i>	7	10	8,6	2,1	63,5	9,1	-
R. Centro Africana	7	9	5,0	-0,7	-12,1	-7,9	4,7
Chade	11	13	-	-	-	-	-
Comores	4	5	4,9	-	-0,2	-0,1	2,0
R. P. D. do Congo	14	7	-	-	-	-	-
Guiné Equatorial	-	2	-	-	-	-	-
Eritreia	-	16	-	-	-	-	-
Etiópia	8	7	-	-	-	-	-
Gambia	6	6	7,8	0,8	-1	1,5	3,8
Guiné	5	4	4,0	3,6	2,5	4,5	5,0
Guiné-bissau	14	9	9,2	0,1	2,3	3,3	-45,0
Lesoto	7	17	13,7	9,4	14,1	-	-
Libéria	8	-	-	-	-	-	-
Madagáscar	11	11	2,4	0,6	1,1	1,7	-
Malawi	14	14	3,6	0,5	-1,4	0,6	5,7
Mali	7	4	6,8	4,6	5,8	4,6	0,1
Mauritânia	13	9	-2,1	-1,7	12,5	-21,9	-0,9
Moçambique	-	11	-	16,8	14,7	29,8	7,5
Níger	4	6	-2,7	1,9	4,4	4,7	2,5
Ruanda	17	13	2,6	4,6	15,1	16,6	10,4
São Tomé Príncipe	9	5	0,5	1,3	1,1	1,1	2,0
Serra Leoa	5	6	-	5,0	-	-	-
Somália	5	5	-	-	-	-	-
Sudão	7	9	-	-	-	-	-
Togo	8	9	1,7	2,1	2,7	2,9	9,4
Uganda	4	9	3,7	14,2	19,7	13,4	14,4
Rep. U. Tanzania	8	7	4,4	1,8	3,2	4,9	6,5
Zâmbia	18	11	4,1	-14,5	5,5	7,4	-1,0
Todos países menos Desenvolvidos	12	12	-1,2	5,3	6,6	12,6	8,8

Fontes: Adaptação. Cálculos do secretariado da UNCTAD, baseados nos indicadores de desenvolvimento mundiais de 2000 do World Bank.

Anexo 17 – Principais Indicadores Económicos, 1995-2000

	1995	1996	1997	1998 est.	1999		2000	
					prog.	est.	prog.	est.
Produto e Preços	(variação anual em percentagem)							
PIB real	7,5	3,5	5	7,9	6	8	8	
I.P. Consumidor (taxa v. homóloga)	5,6	9,1	6,7	8,3	3	-1,5		-2,6 ³
Contas externas								
Exportações f.o.b. (em USD)	24,1	17,7	35,9	-43,7	53,3	-65,3	378,6	
Importações f.o.b. (em USD)	19,7	-11,9	2,6	-1,3	4,7	7,1	4,4	
Finanças Públicas								
Receitas totais (s/donativos)	14,7	-14,7	14,4	18,2	10,4	17,5	5,7	
Donativos	9,4	-3,4	12,2	10,3	10,9	-15,7	30,5	
Despesas totais	10,2	1,7	-1,8	-2,4	17,2	19	5,1	
Défice global (base compromissos)	3,7	18,7	-16	56,6	70,6	113,4	-21,8	
Moeda e Crédito								
Crédito Interno Total	29,1	10,3	20,3	6,1	8,5	11,4	6,7	7,5 ⁴
Sector público administrativo (líq.)	24	14,7	14,7	-0,4	0,1	6	2,5	13,1 ⁴
Economia	34,2	6,2	25,8	11,9	15,3	15,7	9,7	3,3 ⁴
Massa Monetária	20,2	12,6	11,2	2,7	12	15,2	10,1	2,5 ⁴
Saldo Orçamental Global	(em percentagem do PIB)							
Excluindo donativos	-27,7	27,6	-21,3	-15,1	-17,9	-16,4	-15,5	
Incluindo donativos	-12,9	-14,2	-10,8	-4,3	-6,8	-8,3	-5,9	
Investimento Interno Bruto	38,5	38,8	39,1	40,2	42,6			
Saldo BTC								
Excluindo transferências oficiais	-15,6	-18,3	-18,8	-26,5	-18,7	-26,6	-17,1	
Incluindo transferências oficiais	-11,6	-6,5	-7,3	-11,7	-7,9	-14,1	-7,4	
Taxas de Câmbio (médias)	(em unidades definidas)							
Nominal CVE/USD	76,9	82,6	93,2	98		102,7		116,3 ⁵
Nominal CVE/PTE	0,512	0,535	0,532	0,544		0,55		0,55 ⁵
ITCE real (base 100:1992) ¹	97,1	95,9	103,4	103,9		104,7		97,8 ⁶
Dívida Externa (USD milhões)	190,8	201,8	215,8	229,4		288,8		
Em % das export. de bens e serviços	202,8	180,7	163,9	180,2		253,4		
Em % do PIB	38,7	41	44,6	46,2	46,2	54,4		
Serviço da dívida em % das export. ²	15,5	13,6	13,9	15,3		18,6		
T. De Juro (passiva>lano, em %)	8,3	8,3	8	7,9		7,4		7,4 ⁷

Fontes: Adaptação. Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP; ¹ Índice da taxa de Câmbio efectiva real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros cabo-verdianos no período 1995/99 (apreciação +; depreciação -);

² Exportação de bens e serviços; ³ em Maio; ⁴ em Abril (variação face a Dezembro anterior); ⁵ em Junho;

⁶ em Maio; ⁷ em Abril.

Anexo 18 - Investimento: taxas de crescimento médio anual e quota no PIB

Em %

Países	Quota no PIB		Taxa de crescimento média anual				
	1980	1998	1980-1990	1990-1998	1996	1997	1998
Angola	18 ^a	20	-5,1 ^b	13,6	1,3	11,5	-10,5
Benin	15	17	-4,2	4,3	-3,4	16,3	-2,5
Burkina Faso	17	29	8,6	4,1	35,0	0,2	0,9
Burundi	14	9	6,9	-16,1	8,5	-22,1	16,8
<i>Cabo Verde</i>	33 ^d	40	-4,7 ^e	10,5	-5,1	6,2	8,0
R. Centro Africana	7	14	10,0	-4,4	-69,7	105,1	53,4
Chade	3 ^f	15	-	-	-	-	-
Comores	33	20	-4,2	-2,0	0,1	1,0	-1,1
R. P. D. do Congo	10	8	-5,1	-3,5	-10,3	-1,0	16,8
Guiné Equatorial	-	85	-	53,8	116,1	33,1	40,8
Eritreia	-	41	-	-	-	-	-
Etiópia	13 ^g	18	2,1 ^h	14,4	28,9	5,9	-5,7
Gambia	27	18	-	3,2	7,7	-15,7	-1,4
Guiné	15 ^d	21	3,3	-1,8	-5,7	1,6	5,7
Guiné-bissau	28	11	12,9	-10,2	8,6	-19,9	-41,3
Lesoto	43	49	6,3	11,1	19,2	3,5	-10,4
Libéria	27	-	-	-	-	-	-
Madagáscar	15	13	4,9	0,4	12,5	-1,5	16,7
Malawi	25	14	-2,8	-8,5	5,0	7,1	-8,6
Mali	15	21	3,6	-1,3	12,8	-10,6	13,3
Mauritânia	23	21	6,9	6,8	22,5	15,9	17,5
Moçambique	6	20	3,8	9,1	-7,1	17,1	29,4
Niger	28	10	-7,1	4,5	32,9	15,7	4,7
Ruanda	16	16	4,3	-0,9	19,4	47,0	25,8
São Tomé Príncipe	34	41	-0,8 ^e	-2,1	7,1	-3,6	-0,4
Serra Leoa	3 ⁱ	8	-	-	-	-	-
Somália	42	16 ^j	-	-	-	-	-
Sudão	15	-	-	-	-	-	-
Togo	28	14	2,7	12,6	29,5	-0,2	-4,5
Uganda	6	15	8,0 ^m	10,0	10,0	-2,6	10,5
Rep. U. Tanzania	19 ^c	15	0,9 ^l	-2,3	-7,9	-3,8	4,2
Zâmbia	23	14	-8,7	12,1	9,6	25,4	-3,5
Todos países menos Desenvolvidos	17	19	2,4	5,7	8,4	6,6	5,8

Fonte: Adaptação. Cálculos do secretariado da UNCTAD, baseado nos indicadores de desenvolvimento mundiais do World Bank.

Notas: a) 1985; b) 1985-1990; c) 1988; d) 1986; e) 1986-1990; f) 1982; g) 1981; h) 1981-1990; i) 1984 j) 1990; l) 1988-1990; m) 1982-1992

Anexo 19 - Índice de Preços no Consumidor, 1993 - 2000

Em %

		Variação mensal (1)	Variação acumulada (2)	Variação homologa (3)	Variação média (4)
1993	Dezembro	-	4.37	4.37	5.81
1994	Dezembro	-	4.10	4.10	3.44
1995	Dezembro	-	5.62	5.62	8.37
1996	Dezembro	-	9.06	9.06	5.96
1997	Dezembro	0.42	6.72	6.72	8.56
1998	Janeiro	0.71	0.71	6.2	8.21
	Fevereiro	-0.06	0.65	3.67	7.50
	Março	-0.94	-0.30	2.19	6.75
	Abril	0.66	0.36	1.93	6.01
	Maio	1.84	2.20	4.12	6.10
	Junho	-0.65	1.84	2.57	5.50
	Julho	0.41	2.26	1.95	4.78
	Agosto	2.15	4.46	2.93	4.34
	Setembro	1.65	6.18	4.32	4.08
	Outubro	0.22	6.42	7.70	4.24
	Novembro	0.00	6.42	6.86	4.25
	Dezembro	1.79	8.32	8.32	4.39
1999	Janeiro	-0.49	-0.49	7.02	4.47
	Fevereiro	0.99	0.49	8.15	4.85
	Março	-1.47	-0.99	7.57	5.29
	Abril	-0.55	-1.54	6.28	5.65
	Maio	0.50	-1.04	4.88	5.71
	Junho	0.17	-0.88	5.43	5.94
	Julho	1.38	0.49	6.45	6.31
	Agosto	0.33	0.82	4.55	6.44
	Setembro	0.16	0.99	3.02	6.32
	Outubro	1.20	-0.22	1.56	5.80
	Novembro	-1.65	-1.87	-0.11	5.20
	Dezembro	0.34	-1.54	-1.54	4.36
2000	Janeiro	-1.62	-1.62	-2.65	3.54
	Fevereiro	-0.40	-2.01	-3.98	2.52
	Março	-1.14	-3.12	-3.66	1.60
	Abril	0.86	-2.28	-2.28	0.90
	Maio	0.17	-2.12	-2.61	0.28
	Dezembro (prog.)	-	-	-	2.00

Fontes: Banco de Cabo Verde, FMI e cálculos do BP

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. Anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior

(4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores

Anexo 20 - Economia Nacional: Indicadores de Produção e Mercado de Trabalho

	1998	1999	2000
PIB pela Óptica da Despesa (t.v.h)			
Produto Interno Bruto	5,9	8,0	8,4
Consumo privado	8,0	9,0	6,0
Consumo público	5,4	11,9	11,8
FBCF+ variação de existências	-0,4	16,4	10,2
Exportações	-0,5	31,4	7,7
Importações	5,5	22,9	7,8
Part. Sector. composição do PIB (em % do PIB)			
• Sector primário			
Agricultura, Pecuária e Silvicultura	10,2	14,3	10,8
Pesca	1,4	1,2	1,2
• Sector Secundário			
Indústria e Energia	9,4	8,8	9,3
Construção	9,6	9,4	10,4
• Sector Terciário			
Comércio	16,2	16,0	16,8
Hotéis	5,2	5,6	7,2
Transportes e Comunicações	17,6	17,5	18,7
Outros Serviços	24,9	18,6	20,9
Mercado de Trabalho²			
Taxa de actividade (em %)	67,0	63,2	66,3
Santiago	67,3	59,9	70,4
S. Vicente	66,5	64,9	64,4
Sal	74,1	73,3	77,1
Fogo	62,8	67,0	65,7
Taxa de Desemprego (em %)	26,0	25,4	20,9
Santiago	23,4	22,4	20,3
S. Vicente	28,2	30,0	21,5
Sal	17,5	18,9	14,4
Fogo	40,3	32,0	31,0
Desemprego de Longa Duração ¹ (% desemp. Total)			
Santiago	46,3	48,2	58,0
S. Vicente	46,7	48,7	49,7
Sal	44,1	26,6	22,0
Fogo	68,9	63,5	66,3
Desemprego por sectores de Actividade (t.v.em %)			
Agricultura, Pecuária e Pesca	3,5	4,1	2,8
Indústria Transformadora	6,5	10,8	10,5
Construção	22,8	26,3	21,1
Comércio por grosso e a retalho	11,6	14,3	14,4
Alojamento e restauração	5,8	4,7	4,6
Administração Pública	6,6	5,9	9,7
Educação e Saúde	1,8	2,8	3,8
Outros	46,6	35,1	38,2

Fontes: Adaptação. Banco de Cabo Verde; IIEFP. ¹ % pessoas desempregadas mais 6 meses.

² Informações de 2000 até 3º trimestre

Anexo 21- Balança de Pagamentos, 1995-2000

Em milhões de CVE

	1995	1996	1997	1998	1999		2000 (1º trim.)	
				est.	prog.	est.	prog	est
1. CONTA CORRENTE	-4393	-2636	-3293	-5689	-4140	-7680	-2471	-4452
Balança comercial	-16019	-14545	-15930	-18191	-18837	-22097	-5418	-20038
Exportações (f.o.b.) ¹	1930	2441	3743	2218	3562	807	807	3862
das quais: bens adquiridos em portos p/transportadoras	1283	1402	2449	1569		607	568	
Importações	-17949	-16986	-19673	-20408	-22399	-22904	-6226	-23900
Balança de serviços (líq.)	477	614	1808	-400	2256	-1082	-660	2731
Créditos	5127	6398	8508	8468		10898		
Débitos	-4650	-5784	-6700	-8869		-11980		
Balança de rendimentos (líq.)	-203	-356	-334	-543	-560	-867	-125	-241
Créditos	263	226	454	246		195	73	
dos quais: Juros extraordinários das contribuições p/TF ³						105	0	
Débitos	-465	-582	-788	-789		-1062	-198	
dos quais: Juros programados	-379	-465	-473	-517	-528	-814	-196	-580
Transferências correntes ²	11352	11651	11163	13445	13001	16366	3733	13096
Transferências oficiais	3698	3733	4580	5361	4418	5029	560	4486
Transferências privadas	7653	7918	6583	8084	8583	11337	3173	8610
das quais: Remessas emigrantes	7369	7554	6539	7050	8220	8071	2336	8420
2. CONTA CAPITAL E DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4692	4495	3305	4310	5055	11954	659	5564
2.1 CONTA DE CAPITAL	1605	1060	587	1839	1294	1771	0	1314
Transferências de capital ²	1605	1060	587	1839	1294	1771	0	1314
das quais: Perdão de dívida				0		924	0	
Donativos para TF ³				1438		395	0	
2.2 CONTA DE OP. FINANC.	3087	3435	2718	2471	3761	10183	659	4250
Investimento directo	1968	2334	1074	860	5060	5432	2437	5800
do qual: Receitas privat. para TF ³				0	3000	1605	2384	3800
Investimento de carteira				0		293	0	
Outras operações	1119	1101	1644	1611	-1299	4458	-1778	-1550
das quais: Desemb. de empréstimos	1764	1890	2809	4041	7300	5641		7300
Desembolsos para o TF ³	0	0	0	1357	4100	1884	244	2500
Alimentação do TF ³				-2794	-7100	-3988	-2628	-6300
3. ERROS E OMISSÕES	449	-2287	-3848	1120	0	-445	261	0
4. BALANÇA GLOBAL	748	-428	-3836	-259	915	3829	-1550	1112
5. FINANCIAMENTO	-748	428	3836	259	-915	-3829	1550	-1112
Variação das DLX (aumento: -)	-1075	128	286	-816	-915	-4402	1394	-1112
Empréstimos excepcionais				854		1182	0	
Variação de atrasados (redução: -)	326	300	1846	196	-1343	-908	156	0
Alívio da dívida	0	0	1705	26	1343	299	0	0
6. DIFERENCIAL DE FINANC.⁴	0	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Adaptação. Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Inclui vendas de combustível a navios e reexportação; ² Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital; ³ Fundo estabelecido off-shore para suporte à conversão da dívida interna; ⁴ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Anexo 22 – Distribuição do Investimento Externo por países e ramos de actividades até Setembro de 1999

Valor em milhões de escudos

Países	Investimento Realizado	Investimento Previsto	Empregos Previstos	Oper. de Invest por Sector de Actividade		
				Indústria	Turismo	Outros
Portugal	4595.2	4678.1	2350	21	8	19
Portugal/MIX	0.0	400.0	0	0	1	0
Senegal	42.0	62.0	34	2	0	0
Senegal/Portuguesa	0.0	79.8	70	1	0	0
Espanha	120.0	553.5	220	2	0	0
Suécia/Espanha	45.4	45.4	0	0	0	1
Itália	1125.7	3865.5	597	3	11	2
Suiça	0.0	467.7	99	0	2	0
Bélgica	0.0	126.1	58	0	1	1
Rússia	365.5	1200.0	150	0	0	1
Inglaterra	1630.6	2700.0	6	0	0	2
Holanda	0.0	556.0	134	2	0	0
Angola	856.8	856.8*	0	0	0	2
Alemanha	0.0	799.5	6	0	5	0
Hong Kong	106.1	120.0	387	2	0	0
Libéria	0.0	1520.0	0	0	0	1
Dinamarca	0.0	79.7	0	1	0	0
Albânia	0.0	3.5	51	1	0	0
China	0.0	8.0	0	1	0	1
Total Geral	8887.3	18464.8	4162	36	28	30

Fonte: BCV (Dados recolhidos junto ao PROMEX)

* o valor antes apresentado decorria das previsões feitas antes da privatização

Anexo 23 – Remessa de emigrantes por país de origem

Milhões de escudos

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000*
E.U.A	780,9	768,0	1238,0	1238,0	1470,0	1143,9	1184,8	1399,6	1625,1	1948,9	1119,1
P.Baixos	611,9	679,0	674,0	888,0	914,1	1024,1	898,2	839,2	1137,8	1386,5	538,5
França	495,4	510,0	561,0	696,0	688,8	794,8	760,8	673,0	824,1	877,7	415,5
Itália	270,6	329,0	358,0	340,0	345,2	443,4	557,5	484,4	552,1	637,9	238,3
Alemanha	150,5	162,0	200,0	216,0	200,0	242,0	258,6	241,9	235,1	245,4	159,1
Portugal	238,5	370,0	453,0	440,0	779,9	1271,9	1481,4	1057,0	1383,9	1490,1	788,6
Reino Unido	73,3	78,0	64,0	66,0	75,4	147,0	180,4	176,6	235,9	258,2	64,0
Suiça	102,8	122,3	144,9	133,2	193,5	237,0	209,1	219,8	187,8	195,5	66,9
Angola	32,1	9,0	13,0	10,0	0,0	0,0	0,6	10,4	9,7	17,7	8,8
Outros	379,9	467,0	577,0	595,0	551,0	542,4	595,1	518,0	400,8	537,0	201,5
TOTAL	3135,9	3494,3	3793,9	4622,2	5217,8	5846,5	6126,5	5620,2	6592,1	7595,0	3599,5

Fonte: Banco de Cabo Verde

Anexo 24 - Dívida Externa Total

Em milhões de USD

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Dívida Contratada	294,2	301,2	346,8	369,5	394,8	410,8	414,6	484,4	544,1
Dívida Efectiva Acumulada	137,3	167,7	143,5	148,0	174,8	202,2	215,8	254,0	288,8

Fontes: BCV e DGT

Anexo 25 - Situação da Dívida Externa de Cabo Verde por Credores - Dez.99

Em milhões de USD

Financiadores	Montante Contratado	Montante Desembolsado	Montante Reembolsado	Dívida Efectiva
ABUDHABI	1,5	0,2	0,0	0,2
BADEA	48,0	30,4	15,5	14,9
BAD	21,1	21,1	14,3	6,8
NTF	13,0	4,8	2,2	2,7
BM/IDA	152,8	88,2	1,4	86,8
BEI	16,9	14,3	4,0	10,4
CGD	12,0	11,6	6,9	4,7
CACEX	3,0	3,0	0,9	2,1
CHINA	21,3	13,4	0,0	13,4
FAD	115,6	74,4	2,8	71,6
FIDA	25,4	10,9	0,8	10,1
ICO ESPANHA	7,3	6,8	0,0	6,8
OPEC	27,1	16,1	11,5	4,6
PORTUGAL	21,6	18,4	0,0	18,4
SOMAGUE	12,0	12,0	3,3	8,7
KOWAIT	20,1	13,3	4,2	9,1
SAUDI FUND	2,3	2,8	2,1	0,7
SAA	6,9	7,9	7,9	
NORDIC	2,9	4,5	0,9	3,6
GERMANY	13,4	13,4	0,0	13,4
TOTAL	544,1	367,4	78,6	288,8

Fontes: BCV

Anexo 26 - Taxas de Câmbio (médias), 1988-2000

	CVE/USD	CVE/PTE	CVE/EURO	ITCE ¹ (base 100:1992)	
				Nominal	Real
1988	72,07	0,501		102,16	
1989	77,98	0,496		102,60	
1990	70,03	0,491		101,92	
1991	71,41	0,494		101,73	
1992	68,02	0,504		100,00	100,00
1993	80,43	0,501		97,35	97,70
1994	81,90	0,494		97,41	96,82
1995	76,85	0,512		93,31	97,12
1996	82,59	0,535		89,39	95,92
1997	93,19	0,532		90,56	103,35
1998	97,99	0,544		88,30	103,94
1999	102,70		102,27	87,26	104,74
1999					
Janeiro	95,11		110,265	87,26	105,00
Fevereiro	98,08		110,265	87,26	105,93
Março	100,92		110,265	87,26	104,00
Abril	102,49		110,265	87,26	102,80
Maio	102,99		110,265	87,26	103,31
Junho	105,06		110,265	87,26	103,48
Julho	105,33		110,265	87,26	104,59
Agosto	103,31		110,265	87,26	104,73
Setembro	104,14		110,265	87,26	104,89
Outubro	102,42		110,265	87,26	103,32
Novembro	105,27		110,265	87,26	101,22
Dezembro	107,28		110,265	87,26	101,35
2000					
Janeiro	106,87		110,265	87,26	99,85
Fevereiro	109,47		110,265	87,26	99,62
Março	110,93		110,265	87,26	98,31
Abril	112,00		110,265	87,26	98,12
Maio	121,65		110,265	87,26	97,84
Junho	116,34		110,265	87,26	

Fontes: Adaptação. Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 1995/99 (apreciação +; depreciação -).

Anexo 27 - Operações Financeiras do Estado, 1995-2000

	1995	1996	1997	1998 est.	1999		2000 ⁴	
					orç.	est.	orç.	est.
1-Receitas Totais	14630	14059	14640	16928	18712	18149	2580	20283
1.1 Receitas orçamentais	840	8648	9085	11623	12801	13733	2405	14380
1.1.1 Receitas Correntes	8304	8648	9085	10331	12281	13214	2389	13880
Receitas não-tributárias	1896	1817	1759	1955	2216	2896	281	2935
Receitas tributárias	6408	6831	7326	8376	10065	10318	2108	10945
impostos sobre rendimento	2201	2441	2753	3035	3922	3924	789	4208
impostos sobre o comércio internac.	3757	3922	4148	4906	5555	5818	1172	6137
1.1.2 Reemb. de capital por parte de EP ¹	101	0	0	1292	520	519	16	500
1.2 Donativos	5602	5411	4750	5241	5811	4416	175	5765
1.3 Transferências de EP ²	623	0	805	64	100	0	0	138
2-Despesas Totais	19508	19849	19501	19038	22312	22652	4039	23803
2.1 Despesas correntes ³	9287	9774	10994	10719	11292	12097	3256	12505
salários e ordenados	3949	4284	4529	4894	7540	6372	1651	6544
bens e serviços	285	284	619	350	1005	590	81	701
subsídios e transferências	1667	1535	2893	2672	971	2673	802	3415
juros programados	1208	1493	1832	1893	1094	944	246	1012
Dívida Interna	938	1233	1402	1543	695	639	195	545
Dívida Externa	270	260	430	350	399	305	51	467
Outras despesas	2178	1878	1121	910	682	1518	476	833
2.2 Despesas de Investimento	10221	10375	1121	910	682	1518	476	833
2.3 Desp. Sociais extraordinar.					1100	1994		
3-Saldo Corrente	-983	-826	-1909	-388	989	1117	-867	1375
4-Saldo Corrente Alargado	-882	-826	-1909	904	1509	1636	-851	1875
5-Saldo Global(sem donativos)	-10480	-11201	-9611	-7351	-9411	-8919	-1634	-9285
6-Saldo Global(base compromissos)	-4878	-5790	-4861	-2110	-3600	-4503	-1459	-3520
7-Varição de atrasados	347	375	-1777	65	0	0	0	0
8-Alívio da Dívida	0	0	1464	19	0	0	0	0
9-Saldo Global (base caixa)	-4531	-5415	-5174	-2026	-3600	-4503	-1459	-3520
10-Financiamento	4531	5415	5174	2026	3600	4503	1459	3520
10.1 Interno (líq.)	3761	4048	4212	0	900	3708	1127	206
do qual: Sistema Interno	1975	971	2173	0	0	0	1121	0
privatizações	1575	2316	1885	0	900	3708	0	274
10.2 Externo (líq.)	770	1367	962	2026	2700	795	332	3314
11-Diferencial de Financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Adaptação. BCV, FMI e cálculos do BP. ¹ correspondentes a financiamentos concedidos na sequência do accionamento de garantias outorgadas pelo Estado a dívidas de empresas em causa; ² parcela das despesas de invest. que cabe às empresas públicas suportar; ³ em 99, uma desagregação diferente não permite comparar, no caso das rubricas assinaladas, despesas orçamentadas e realizadas; ⁴ 1º trimestre.

Anexo 28 - Indicadores - Finanças Públicas

	1997	1998	1999
Indicadores Orçamentais (em % PIB)			
Receitas Totais	31,0	32,0	29,7
Despesas Totais	41,4	35,9	38,0
Saldo Global	-10,3	-4,0	7,4
Saldo Primário	-16,5	-10,3	13,0
Dívida Pública	81,2	78,6	69,0
Saldo Orçamental Efectivo e Ajustado (em % PIB)			
Saldo Orçamental	-4,0	-7,4	-3,4
Saldo Corrigido da inflação	-8,4	-11,8	-3,4
Componente Cíclica	-0,1	-0,3	0,2
Saldo ajustado de flutuações cíclicas	-3,9	-7,1	-3,2
Défice de Dívida da Administração Pública			
Défice de Administração Pública (em % PIB)	10,3	4,0	7,4
Pagamentos de Serv. Dívida Externa (em % PIB)	2,5	3,9	1,8
Receitas de Privatizações (em % PIB)	4,0	0,0	6,1
Variação % dos depósitos do SPA	0,3	-9,7	-25,7
Variação % da dívida Pública Total	15,2	8,2	18,2

Fontes: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde



Anexo 29 - Síntese Monetária, 1995-2000

	1995	1996	1997	1998	1999		Mar-00	
					prog.	est.	prog.	est.
POSIÇÃO EXTERNA	4985	6811	5613	5647	5846	8110	8364	6685
Activos externos (líq.)	5207	7098	6126	6086		8510		7093
Banco de Cabo Verde	4718	4590	4304	3529		6508		5084
Disponibilidade líq. sobre o exterior	2421	2099	1642	728		4590		3177
Outros activos (líq.)	2298	2491	2662	2801		1918		1907
Bancos comerciais	489	2508	1822	2557		2002		2009
Responsabilidades de m/l prazo	-222	-287	-513	-440		-400		-408
ACTIVOS INTERNOS (líq.)	19763	21055	25362	26159	29777	28519	29162	30469
Crédito interno total	20897	23043	27712	29404	31917	32761	33290	34433
Crédito líquido ao S.P.A.	9978	11447	13126	13079	13092	13870	13956	15030
do qual:Créd. líq. ao Governo central	11879	13341	15515	15504		8702		8928
Créditos sobre o <i>Trust Fund</i>		0	0	0		6803		7697
Crédito à economia	10919	11596	14587	16325	18825	18892	19334	19403
Empresas públicas	617	433	370	440		512		444
Sector privado	10303	11164	14217	15885		18380		18959
Outras rubricas (líq.)	-1134	-1989	-2351	-3244	-2140	-4242	-4128	-3965
TOTAL ACTIVO	24748	27866	30975	31806	35623	36629	37526	37154
MASSA MONETÁRIA	24748	27866	30975	31806	35623	36629	37526	37154
pro memoria: Base Monetária	10655	9983	10035	10971		11701	12079	12347
Circulação monetária	4640	4520	4854	5060		6026		5260
Depósitos à ordem em m/n	7406	8487	10666	10396		12281		12578
Quase moeda	12703	14859	15455	16351		18322		19316
Dep. em m/e de residentes		138	526	575		1075		1050
Dep. a prazo em m/n	6941	6930	6686	6471		6411		6787
Dep. a prazo de emigrantes	5006	6223	6609	7254		9005		9592
Dep. de poupança	756	539	670	907		936		936
Cheques e ordens de pagamento		362	289	278		119		147
Dep. de caução		411	309	610		146		128
Acordos de recompra de BT		256	366	256		631		676
TOTAL DO PASSIVO	24748	27866	30975	31806	35623	36629	37526	37154

Fontes: Adaptação. Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Anexo 30 - Principais indicadores Monetários e Financeiros (Área Euro)

	Dez-98	Dez-99	Set-00
Taxas de Câmbio do Euro¹			
Dólar	1,2	1,0	0,9
Iene	137,4	103,7	93,1
Índice de taxa de câmbio nominal efectiva ²	103,4	90,1	82,8
Taxas de Juro			
Mercado Monetário Interbancário^{3,4} (em%)			
Overnight	3,1	3,0	4,6
1 mês	3,2	3,5	4,7
3 meses	3,2	3,4	4,9
6 meses	3,1	3,5	5,0
12 meses	3,1	3,8	5,2
Taxas de Rendib. das Obrigações de Dívida Pública⁴			
5 anos ⁵	3,4	4,8	5,3
10 anos	4,0	5,3	5,5
Mercados Bolsistas			
Índice Dow Jones Euro Stoxx alargado ⁵	298,4	389,1	428,1
Agregados monetários			
M1	9,2	9,8	6,6
M3	4,7	6,2	5,5

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, Outubro 2000.

¹ Até Dez. de 1998 o quadro inclui taxas de câmbio do ECU.

² Cálculo do BCE, uma variação positiva representa uma apreciação.

³ Até Dez. 1998 as taxas de juro da procura de depósitos Interbancários em fim de período; a partir de Janeiro de 1999 a taxa de juro overnight para a área do euro (EONIA) e EURIBOR para os restantes prazos.

⁴ Até Dez. 1998 as taxas de juro foram calculadas com base nas taxas nacionais ponderadas pelos respectivos PIB's; a partir de Janeiro de 1999 os ponderadores são os montantes em circulação para cada prazo residual.

⁵ Até Dez. de 1998 valores de fim de período.



Anexo 31 - Taxas de Juro, 1995-2000

Em %

	Dez-95	Dez-96	Dez-97	Dez-98	Dez-99	Abr-00
Taxas activas						
Até 90 dias	12,00	12,38	12,67	12,50	11,94	11,94
de 91 a 180 dias	12,00	13,38	12,42	12,44	12,44	12,45
de 181 dias a 1 ano	12,50	12,50	13,67	12,75	12,68	12,73
de 1 a 2 anos	13,00	13,38	13,75	13,69	13,64	13,48
de 2 a 5 anos	13,00	13,38	13,42	13,56	13,39	13,41
Superior a 5 anos	14,00	14,00	13,50	13,63	13,60	13,58
Taxas Passivas						
Depósitos c/caderneta			2,88	2,88	1,50	1,50
Depósitos a prazo						
de 30 a 60 dias	4,00	4,00	4,17	4,13	4,25	4,25
de 61 a 90 dias	5,00	5,00	5,50	5,25	4,50	4,49
de 91 a 180 dias	7,05	7,05	6,70	6,53	6,00	6,00
de 181 a 1 ano	8,28	8,28	8,00	7,88	7,36	7,36
Superior a 1 ano	8,28	8,50	7,75	7,75	7,58	7,58
Poupança-habitação			9,00	9,00	8,50	8,50
Depósitos de emigrantes						
À ordem			2,44	2,44	1,75	1,75
de 30 a 60 dias			5,00	5,00	4,00	4,00
de 61 a 90 dias			5,50	5,50	5,00	5,00
de 91 a 180 dias	9,53	8,18	7,87	7,87	8,10	8,10
de 181 a 1 ano	11,00	9,63	9,50	9,13	8,75	8,75
Superior a 1 ano			9,50	9,50	9,50	9,50
Poupança-habitação						
de 30 a 180 dias			7,10	7,10	7,10	7,10
de 181 a 1 ano			8,25	8,25	8,17	8,17
Superior a 1 ano			8,33	8,33	8,33	8,33
Taxas de Referência						
Redesconto			10,50	10,50	8,50	8,50
Bilhetes do Tesouro						
91 dias			7,44	6,87	5,37	7,48
182 dias				7,23	6,68	8,27
364 dias			10,33	7,78	7,59	
Inflação (t.v.homóloga no mês)	5,62	9,06	6,72	8,32	-1,54	-2,28

Fonte: Adaptação. Banco de Cabo Verde e cálculos do BP